



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E
DIREITOS HUMANOS

JOSÉ FLÁVIO AVILA

CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE E POBREZA: UMA
ANÁLISE DO PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA
LATINA DE 1990 A 2015

Pelotas

2020

JOSÉ FLÁVIO AVILA

**CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE E POBREZA: UMA
ANÁLISE DO PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA
LATINA DE 1990 A 2015**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Direitos Humanos

Orientador: Sandro Schreiber de Oliveira

Pelotas
2020

Catálogo da Publicação
Ficha elaborada a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da UCPEL: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

Avila, José Flávio

Crescimento econômico, desigualdade e pobreza: uma análise do processo de exclusão social na América Latina de 1990 a 2015./ José Flávio Avila. – Pelotas: UCPEL, 2020.

155 f.

Orientador: Dr. Sandro Schreiber de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2020.

1. América Latina. 2. economia. 3. desigualdade. 4. pobreza. I. Oliveira, Sandro Schreiber, orient. II. Título.

JOSÉ FLÁVIO AVILA

**CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE E POBREZA: UMA ANÁLISE
DO PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA DE 1990 A 2015**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Direitos Humanos

Orientador: Sandro Schreiber de Oliveira

Aprovado em 28 de Dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro Schreiber de Oliveira (Orientador)
Universidade Católica de Pelotas

Prof. Dr. Carlos Nélon dos Reis
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Gabrielito Reuter Menezes
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. César Augusto Costa
Universidade Católica de Pelotas

Dedico esta dissertação a todos que lutam por um mundo justo onde sejamos humanamente diferentes e socialmente iguais e, por uma América Latina, nossa Pátria Grande, unida e livre das amarras que hoje nos impõem.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, mesmo não sendo uma tarefa simples, é necessário. Eventualmente, podemos deixar de lado alguém que mereça ser citado, mas falhas fazem parte da natureza humana.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Sandro, por ter aceito o encargo de ser meu orientador. Agradeço, também, aos professores Carlos Néelson, Gabrielito e César, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho e por suas contribuições a esta tese de doutoramento.

A todos os professores do PPGPS da UCPel, pela convivência e pelo conhecimento científico transmitido, em especial por me ensinarem a aprender, meus agradecimentos. Agradeço, também, aos técnicos administrativos da UCPel, pelo auxílio prestado sempre que a eles recorri e aos colegas e amigos que o doutorado me proporcionou fazer.

Agradeço, também, aos meus colegas de trabalho, por terem assumido minhas tarefas no decorrer do período em que estive afastado para poder concluir as disciplinas do curso.

À minha mãe, Eneida Avila, e à minha filha, Vitória Avila, pelo estímulo, por saberem compreender a ausência e a pouca atenção que lhes pude dedicar no transcorrer desse tempo e por serem as fontes do meu alento.

Por fim, mas não mais importante, agradeço profundamente àqueles que com seu esforço geram as riquezas, mesmo que mal distribuídas, deste país, pois é desta riqueza que provém a remuneração de minha atividade profissional, servidor que sou da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.

*“A utopia está lá no horizonte. Me
aproximo dois passos, ela se afasta dois
passos. Caminho dez passos, e o
horizonte corre dez passos. Por mais que
eu caminhe, jamais a alcançarei. Para
que serve a utopia? Serve para isto: para
que eu não deixe de caminhar.”*
Eduardo Galeano

*“Pero aunque lo exiguo de nuestras
personalidades nos impida en estos casos
ser voceros de su causa, creemos que la
división de América en nacionalidades
inciertas e ilusorias es
complementamente ficticia. Constituimos
una sola raza mestiza desde Méjico hasta
el estrecho de Magallanes. Así que
tratando de librarme de cualquier carga de
provincialismo, brindo por Perú y por
América unida..”*
Ernesto Guevara de la Serna

RESUMO

O objetivo inicial deste trabalho era investigar o desenvolvimento econômico da América Latina no período de 1960 a 2015, buscando identificar um padrão no crescimento econômico, bem como verificar seus reflexos na desigualdade e na pobreza da região e, também, a relação existente entre o crescimento econômico e esses dois últimos fenômenos na região, ou seja, como, e se, o crescimento econômico impacta no desenvolvimento latino-americano. No entanto, a escassez de dados, principalmente anteriores a 1990, determinaram a necessidade de se trabalhar com uma amostra com as informações disponíveis em uma linha de tempo que compreende os anos de 1990 a 2015. Desta forma, para atingir o objetivo proposto, agora limitado temporalmente, a proposta foi realizar uma discussão sobre o processo de inserção latino-americano na divisão internacional do trabalho, estabelecer os conceitos de desigualdade e pobreza com os quais se pretende balizar a pesquisa para, depois, analisar, através de análises gráfica e técnicas estatísticas, os dados socioeconômicos disponibilizados por organismos internacionais. Partindo da visão de que a realidade existente é resultado de um processo histórico resultante das formações socioeconômicas e das relações de produção vigentes em cada período histórico e que, portanto, a pobreza e a desigualdade socioeconômica da América Latina são frutos do modelo de desenvolvimento experimentado pela região, o referencial teórico utilizado no estudo foi o materialismo histórico e dialético. As hipóteses que se apresenta são: H1 – houve crescimento econômico na região no período analisado, mas esse não apresentou um padrão; H2 – o crescimento econômico verificado não resultou na diminuição da desigualdade e da pobreza na região no período analisado; e H3 – não existe convergência entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza na região no período analisado. A análise dos dados disponíveis, realizada de acordo com a metodologia descrita, permite concluir que: a) houve crescimento econômico na região no período analisado e que esse apresentou um viés de alta em todos os países; b) o crescimento econômico verificado impactou positivamente na desigualdade, mas não afetou os níveis de pobreza; e c) que não existe convergência entre o crescimento econômico, a desigualdade e a pobreza na região. Assim, refuta-se as hipóteses H1 e H2 e confirma-se a hipótese H3.

Palavras-chave: América Latina. Economia. Desigualdade. Pobreza.

ABSTRACT

Initially the objective of this work was investigating the economic development in Latin America from 1960 to 2015, aiming to identify a pattern in its economic growth, how it affected social inequality and poverty as well as the way these two phenomena are related to the local economic growth, i.e., whether and how it impacts in the Latin American development. However, due to scarcity of data, especially before 1990, we had to work with an information sample of a timeline ranging from 1990 to 2015. Thus, in order to reach the objective proposed, now restricted to a limited period of time, we started a discussion on the process of Latin American insertion into the international division of work, establishing concepts of inequality and poverty, intended to guide the research, to analyze, through graphic analysis and technical statistics, the socioeconomic data provided by international organizations. Considering that the current reality results from a historical process of socioeconomic formations and relations of production present in each historical period and, thus, poverty and socioeconomic inequality in Latin America are fruit of the model of development experienced by the region, the referential framework used in the study was the historical and dialectical materialism. The hypotheses presented are: H1 – There was economic growth in the analyzed period, but it did not set a pattern; H2 – The economic growth verified in the region did not result in reduction of inequality and poverty over the analyzed period; H3 – There is no convergency among economic growth, inequality and poverty in the region over the given period. The analysis of available data following the methodology earlier described allows us to conclude that: a) there was growth in the region over the analyzed period revealing an uptrend in all countries; b) the verified economic growth positively impacted inequality but did not affect poverty rates; c) there is no convergency among economic growth, inequality and poverty in the region. Therefore, we refute hypotheses H1 and H2 and confirm H3.

Keywords: Latin America; economy; inequality; poverty

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população nos países da América Latina de 1990 a 2015..	85
Gráfico 2: Número de países com população acima e abaixo da média regional de 1990 a 2015	85
Gráfico 3: Evolução da população urbana nos países da América Latina de 1990 a 2015	88
Gráfico 4: Evolução da população rural nos países da América Latina de 1990 a 2015	88
Gráfico 5: Evolução da população feminina nos países da América Latina de 1990 a 2015	91
Gráfico 6: Evolução da população masculina nos países da América Latina de 1990 a 2015	91
Gráfico 7: Evolução da População Economicamente Ativa x População total x População urbana na América Latina de 1990 a 2015.....	93
Gráfico 8: Evolução do desemprego nos países da América Latina de 1995 a 2015	95
Gráfico 9: Comparação da evolução do desemprego e da PEA nos países da América Latina de 1995 a 2015.....	96
Gráfico 10: Evolução do PIB nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões).....	98
Gráfico 11: Evolução das médias do PIB e do PIB_pc na América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões).....	100
Gráfico 12: Evolução do PIB_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões).....	100
Gráfico 13: Número de países com PIB_ppc acima e abaixo da média regional (1995 a 2015).....	102
Gráfico 14: Crescimento do PIB_ppc dos países latino-americanos entre 1995 e 2015 (US\$ 2011 bilhões).....	102
Gráfico 15: Variação do crescimento do PIB_ppc da América Latina entre 1995 e 2015 (US\$ 2011 bilhões).....	103
Gráfico 16: Evolução da média regional do PIB_ppc_pc (1995 a 2015)	105
Gráfico 17: Variação do PIB_ppc_pc dos países latino-americanos (1995 a 2015)	105

Gráfico 18: Número de países com PIB_ppc_pc acima e abaixo da média regional (1995 a 2015).....	106
Gráfico 19: Variação dos ingressos com comércio exterior dos países latino-americanos (1995 a 2015)	108
Gráfico 20: Evolução dos ingressos com comércio exterior da América Latina (1995 a 2015).....	108
Gráfico 21: Evolução dos dispêndios com comércio exterior dos países latino-americanos (1995 a 2015)	110
Gráfico 22: Evolução dos dispêndios com comércio exterior da América Latina (1995 a 2015).....	111
Gráfico 23: Evolução do comércio exterior da América Latina (1995 a 2015).....	111
Gráfico 24: Evolução do saldo do comércio exterior da América Latina (1995 a 2015).....	112
Gráfico 25: Evolução do Índice de Gini dos países da América Latina (1995 a 2015)	115
Gráfico 26: Evolução da média do Índice de Gini x evolução do PIB (US\$ 2010) na América Latina (1995 a 2015)	116
Gráfico 27: Evolução do IDH dos países da América Latina (1995 a 2015).....	118
Gráfico 28: Evolução do IDH (R) dos países da América Latina (1995 a 2015)...	120
Gráfico 29: Evolução do IDH (S) dos países da América Latina (1995 a 2015)...	122
Gráfico 30: Evolução do IDH (E) dos países da América Latina (1995 a 2015)...	124
Gráfico 31: Evolução das médias das dimensões do IDH dos países da América Latina (1995 a 2015)	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Países da América Latina que compõem a amostra para análise gráfica	29
Quadro 2: Países da América Latina que compõem a amostra 1 para análise de painel.....	32
Quadro 3: Países da América Latina que compõem a amostra 2 para análise de painel.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição das variáveis utilizadas na análise gráfica.	29
Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis para Análise Gráfica	30
Tabela 3: Descrição das variáveis utilizadas na análise de painel.....	32
Tabela 4: Estatísticas Descritivas das Variáveis para Análise de Painel	33
Tabela 5: Evolução da população nos países da América Latina (1990 a 2015) – milhões de habitantes	84
Tabela 6: Evolução da população urbana dos países da América Latina de 1990 a 2015	86
Tabela 7: Evolução da população rural nos países da América Latina de 1990 a 2015	87
Tabela 8: Evolução da população feminina nos países da América Latina de 1990 a 2015	89
Tabela 9: Evolução da população masculina nos países e da América Latina de 1990 a 2015	90
Tabela 10: Evolução da População Economicamente Ativa nos países da América Latina de 1990 a 2015.....	92
Tabela 11: Evolução do desemprego nos países da América Latina em percentual da População Economicamente Ativa e valores absolutos de 1995 a 2015	94
Tabela 12: Evolução do PIB nos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões).....	97
Tabela 13: Evolução do PIB_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões).....	99
Tabela 14: Evolução do PIB_ppc nos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2011 bilhões).....	101
Tabela 15: Evolução do PIB_ppc_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2011 bilhões).....	104
Tabela 16: Evolução das Exportações dos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 milhões).....	107
Tabela 17: Evolução das Importações dos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 milhões).....	109
Tabela 18: Evolução do Índice de Gini dos países da América Latina entre 1995 e 2015	114

Tabela 19: Evolução do IDH dos países da América Latina de 1995 a 2015	117
Tabela 20: Evolução do IDH (R) dos países da América Latina de 1995 a 2015 .	119
Tabela 21: Evolução do IDH (S) dos países da América Latina de 1995 a 2015..	121
Tabela 22: Evolução do IDH (E) dos países da América Latina de 1995 a 2015..	123
Tabela 23: Resultados para Pobreza com MQO-FE.....	126
Tabela 24: Resultados para IDH com MQO-FE.....	128
Tabela 25: Resultados para pobreza com System-GMM	130
Tabela 26: Resultados para IDH com System-GMM	132
Tabela 27: Resultados para pobreza com System-GMM Ortogonal.....	134
Tabela 28: Resultados para IDH com System-GMM Ortogonal.....	136

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	25
2.1	DADOS	26
2.2	ESTRATÉGIA EMPÍRICA.....	33
3	AMÉRICA LATINA: DA COLONIZAÇÃO AO PÓS-SEGUNDA GERRA MUNDIAL	36
3.1	ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO LATINO-AMERICANA	38
3.2	O PRIMEIRO PERÍODO PÓS-COLONIAL (DOS PRIMÓRDIOS À 1914).....	43
3.3	O segundo período pós-colonial (1914 a 1945)	48
3.4	A GUERRA FRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA.	53
4	POBREZA E DESIGUALDADE: AFINAL DO QUE SE TRATA?	63
4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A POBREZA	64
4.1.1	Pobreza como fenômeno unidimensional	66
4.1.2	Pobreza como fenômeno multidimensional	68
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE	74
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
5.1	ANÁLISE GRÁFICA.....	83
5.1.1	Características gerais da população da América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015	83
5.1.2	Crescimento econômico na América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015	96
5.1.3	Desenvolvimento socioeconômico na América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015	112
5.2	ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL.....	125
5.2.1	Robustez	132
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	148

1 INTRODUÇÃO

[...] acreditamos, e depois desta viagem com mais firmeza ainda, que a divisão da América em nacionalidades vagas e ilusórias é totalmente fictícia. Constituímos uma única raça mestiça do México até o estreito de Magalhães. E, assim, me despindo de qualquer provincialismo eu brindo ao Peru. E pela América unida. (ERNESTO GUEVARA - De moto pela América do Sul).

Meus primeiros contatos com esse tema se deram na juventude, com meu ingresso no curso de Engenharia Química da FURG. Ali fui colocado em contato com um livro que me marcou profundamente e fez despertar em mim a consciência de que eu era mais que apenas brasileiro. O livro em questão é o “Veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano.

Logo no início da introdução, denominada de “Cento e Vinte Milhões de Crianças no Centro da Tormenta”, Galeano descreve o papel que a América Latina possui, até os dias atuais, na divisão internacional do trabalho. Escreve Galeano (1994, p. 13):

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço das necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

Ao impacto causado pela leitura de “As Veias Abertas da América Latina” juntaram-se as descrições da realidade latino-americana presentes em duas outras obras: “De moto pela América do Sul - diários de viagem” escrito por Ernesto Guevara e “Com Che pela América do Sul - viagens da juventude” de Alberto Granado. Ambos foram companheiros de viagem e nesses livros relataram suas "aventuras" pela América do Sul e descreveram, entre outras coisas, a terrível situação por que passavam os trabalhadores da região submetidos ao jugo das burguesias locais à serviço do capital internacional.

Anos após a conclusão do curso de Ciências Econômicas (que havia trocado pela Engenharia Química) fui colocado, no curso de Mestrado em Economia do

Desenvolvimento realizado na PUC/RS, em contato com outras obras que aprofundaram minha consciência latino-americana. Na disciplina de Economia Latino-Americana, cursada no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma PUC/RS, fui apresentado a Ruy Mauro Marini, sua Dialética da Dependência e à Teoria da Dependência de Theotônio dos Santos.

A pesquisa realizada para a dissertação de mestrado me mostrou uma faceta da pobreza mais ampla do que apenas a restrição monetária. Contudo, em uma dissertação de mestrado, a amplitude da pesquisa é mais restrita e não foi possível estudar a América Latina e nem as relações dos caminhos de desenvolvimento da região com a profunda desigualdade e enorme pobreza que atingem uma grande massa de seres humanos que nela habitam. Restringi-me a estudar a pobreza no Rio Grande do Sul em suas múltiplas dimensões.

A oportunidade para pesquisar o desenvolvimento econômico da América Latina e as relações com a desigualdade e a pobreza surgiram com a seleção para o Doutorado. Juntamente com essas razões de cunho pessoal, está a compreensão de que os problemas comuns que afligem a região serão mais facilmente superados se políticas públicas em comum forem adotadas pelos países que a compõe. Esses são os elementos motivadores para a realização da pesquisa que aqui proponho desenvolver.

A região que iniciou sua vida política independente, quase ao mesmo tempo em que ocorria a Revolução Industrial, teve sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, como exportadora de matérias-primas iniciada através da colonização europeia. Soma-se a isso o fato de que, cada vez mais, cresce a consciência da existência de causas e problemas similares em todos os países da América Latina. Por outro lado, os problemas atuais do desenvolvimento econômico estão levando os povos latino-americanos a se conhecerem de forma mais sistemática e a valorizarem o que se constitui em características de uma personalidade histórica, cultural e econômica comum.

La experiencia colonial compartida, como divisiones de los imperios hispanol y portugués fue decisiva al forjar los destinos económicos y políticos de las nuevas repúblicas después de la Independencia. El patrón de desarrollo del siglo XIX, basado en la exportación de riquezas naturales a los países industrializados, reforzó esta sensación de compartir un pasado.
(BULMER-THOMAS, 1998, p. 17)

Os mais de 300 anos de colonização deixaram marcas profundas na forma de organização das sociedades e das economias da América Latina. Essas marcas estão presentes até os dias atuais e dão aos países que formam a região uma série de características comuns. Entre elas, a persistente desigualdade e uma pobreza profunda.

Países e nações são frutos de um processo que se inicia com sua inserção no sistema mundial de produção. Suas qualidades e os problemas que enfrenta na atualidade são resultado do seu passado. Dessa forma, o passado comum de colônias ibéricas, bem como os alinhamentos internacionais pelos quais passaram, seja no período colonial ou no período pós independência política, exerce influência sobre o presente do povos e países da América Latina, sendo, portanto, também, causa dos problemas que hoje enfrentam (BONFIM, 2008).

Nos anos que se seguiram ao fim do período colonial, uma série de eventos políticos e militares marcaram a trajetória do território. As influências da Revolução Mexicana, das duas Guerras Mundiais e da Grande Depressão (1929) que ocorreu entre elas, produziram desdobramentos em todo o mundo, culminando com a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos como potência hegemônica com grande repercussão em toda a América Latina (PRADO; PELLEGRINO, 2014).

Nas décadas de 1940 e 1950 ascendem na América Latina uma série de governos que, de acordo com Prado e Pellegrino (2014, p. 131), são caracterizados pela "presença de um Estado forte, comandado por um líder carismático, capaz de manter a ordem, no período em que as classes populares lutavam por ganhar espaço no cenário político e exigiam reformas sociais".

Essas reivindicações das classes populares, aliadas à vitória da Revolução Cubana em um contexto de Guerra Fria, ensejaram um novo ciclo político na região. Nas duas décadas seguintes, 1960 e 1970, uma série de regimes cívico-militares assumem, através de golpes de estado, o comando de grande parte dos países latino-americanos, com o intuito de impedir que a "ameaça comunista" se transformasse em realidade na região e de garantir a manutenção da influência dos Estados Unidos e do modo capitalista de produção como hegemônico.

A partir do final da década de 1970, as ideias neoliberais tiveram impulso com as vitórias de Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e de Reagan nos Estados Unidos (1980), constituindo a partir daí um padrão hegemônico para o desenvolvimento mundial.

Na América Latina, essas ideias aportaram e se expandiram antes que nos países capitalistas centrais. A introdução do neoliberalismo ocorreu no início da década de 1970 com as experiências do Chile, da Argentina e do Uruguai e ganhou força na década de 1980, chegando ao ápice na década seguinte, impulsionado pelo Consenso de Washington e pela imposição dos países centrais.

Buscando se adequarem ao modelo neoliberal, os países da América Latina, em maior ou menor grau, desregulamentaram a economia, reprimiram o movimento sindical e popular, privatizaram bens públicos e determinaram “o fim do processo de industrialização por substituição de importações” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 19). O resultado foi a elevação da taxa de desemprego e a concentração da renda na mão da classe social mais favorecida.

Para a América Latina, o neoliberalismo prometia a volta do crescimento econômico, dos ingressos de capital internacional e o aumento da produtividade das empresas em decorrência da competição e da especialização da produção (MARTINS, 2011). Todavia, na realidade, esse processo causou, diferentemente do prometido, um aprofundamento do subdesenvolvimento.

Não é estranho, então, que governos com ideias divergentes daquelas preconizadas pelo Consenso de Washington começassem a surgir, a partir do final dos anos 1990, em toda a região. Com diferentes graus de rejeição ao neoliberalismo, vários países latino-americanos iniciaram, de acordo com Ibarra (2001), a trilhar uma rota alternativa, buscando recuperar uma autonomia que possibilitasse atender as demandas oriundas dos movimentos populares em ascensão.

Nos últimos anos, os países da região, a partir do gradual – mas não sem retrocessos – abandono das teses neoliberais, têm desenvolvido um maior empenho no sentido de solucionar os graves e persistentes problemas de desigualdade e pobreza. É inegável, também, como demonstra o Panorama Social da América Latina (2019) da Divisão de Desenvolvimento Social e da divisão de Estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que a desigualdade, a pobreza e a pobreza extrema ainda são problemas graves na região e a busca de sua superação tem retrocedido nos últimos anos.

Pese a los importantes avances logrados entre comienzos de la década pasada y mediados de la presente, desde 2015 se han registrado retrocesos, que se expresan particularmente en el aumento de la pobreza extrema cuando se considera el promedio regional. (CEPAL, 2019, p. 16)

A existência de problemas comuns oriundos do tipo de ocupação a que a América Latina foi submetida, permite inferir que o estudo do desenvolvimento econômico de cada país da região, para ser devidamente compreendido, deva, necessariamente, referir-se às questões regionais. É o que nos diz Furtado (2007) na introdução de “A economia latino-americana”, ao afirmar a existência de uma “tomada de consciência” de que somos uma comunidade com interesses comuns.

A histórica desigualdade presente na região, e que forma com a pobreza um ciclo vicioso no qual ambas se retroalimentam, é o maior entrave para que a América Latina supere, mesmo que com a manutenção do modo de produção capitalista hegemônico na região, o subdesenvolvimento e logre atingir um nível de desenvolvimento sustentável, o que tem se mantido mesmo nos períodos de crescimento econômico.

La desigualdad es una característica histórica y estructural de las sociedades latinoamericanas y caribeñas, y se ha mantenido y reproducido incluso en períodos de crecimiento y prosperidad económica. Es un obstáculo a la erradicación de la pobreza, al desarrollo sostenible y a la garantía de los derechos de las personas. Está asentada en una matriz productiva altamente heterogénea y poco diversificada y en una cultura del privilegio que es un rasgo histórico constitutivo de las sociedades de la región. (CEPAL, 2019, p. 14).

Essa visão de que a desigualdade e a pobreza são resultados de um processo histórico e que possuem causas estruturais tem se evidenciado para os que se debruçam sobre o tema, seja para entender suas causas e origens, seja para buscar soluções para superá-las.

Na análise deste fenômeno social perverso, cada vez mais se acentuam os aspectos estruturais – as configurações históricas das estruturas econômicas, políticas e sociais – pondo em destaque os antigos privilegiamentos para alguns setores sociais de um lado e a subalternidade conjugada à marginalização, do outro lado, a tal ponto que se consolida um contexto cultural de normalidade. (PETRY, 2007, p. 01).

A necessidade do estudo da desigualdade se impõe pela compreensão das íntimas relações existentes entre desigualdade e pobreza e pelo grande impacto que a primeira exerce sobre um conjunto de variáveis socioeconômicas, como bem-estar, mortalidade infantil, pobreza, taxa de poupança, entre outras (BARROS; MENDONÇA, 1995).

Hoffmann (1998) utiliza-se da metáfora da “parada de Pen” para descrever a situação da distribuição de renda no Brasil. Segundo ele, a “parada de Pen” teria milhões de anões, poucos milhares de pessoas de estatura média e algumas

dezenas de gigantes. Essa mesma parada pode ser utilizada para representar a desigualdade na América Latina, levando-se necessariamente em conta as diferenças existentes entre os países da região.

Aliando-se essa visão ao fato de que parte considerável da literatura que estuda esse tema aponta a existência de uma relação causal entre um baixo crescimento econômico dos países e seus níveis de pobreza, estudar as relações entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade é uma tarefa necessária para que se possa superar o atual estágio em que se encontram vários povos do mundo, em especial os da América Latina. Entretanto, segundo Pereira e Amorim (2010), não se pode ver a pobreza e o conjunto das iniquidades existentes na América Latina como um fenômeno natural cuja existência é mera decorrência da insuficiência dos meios de produção diante de um alto contingente populacional.

Para explicar a pobreza e a desigualdade da América Latina, deve-se partir de sua própria história, uma vez que, de acordo com as desigualdades socioeconômicas presentes ao longo da história da região, são representações de um processo único que engloba os aspectos culturais e sociais resultantes da colonização e a maneira com a qual a América Latina foi inserida no contexto econômico internacional, uma vez que desde o início constitui parte integrante e especializada do mercado mundial (MENDONÇA, 2009).

Entre as principais características da América Latina estão a forma como a região foi colonizada, o elevado índice de pobreza e a persistente desigualdade socioeconômica. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a região não é a mais pobre do mundo, mas é a mais desigual. Entender a dinâmica do crescimento econômico e das variações da pobreza e da desigualdade é de fundamental importância para os que pretendem que a situação atual seja superada.

Não se pode ignorar que o elevado índice de desigualdade da América Latina tem relação direta com os níveis de renda média *per capita* (JANVRY; SADOULET, 1999) ou como dizem Birdsall, Lustig e McLeod (2011), que eles são decorrentes da alta concentração de renda no topo da pirâmide social.

Mesmo que a pobreza e a desigualdade não tenham surgido recentemente na América Latina, as crises econômicas dos anos 1970 e 1980 afetaram de forma dura a região, fazendo com que, além dos problemas estruturais oriundos do modelo de desenvolvimento adotado, as questões sociais fossem elementos importantes que

impediram a melhora dos índices de pobreza e desigualdade nos países latino-americanos (MATTEI, 2012).

A década de 1990 também foi importante para a conformação do atual quadro socioeconômico da América Latina. Nesse período, a região passou por mudanças acentuadas na esfera econômica com a adoção de políticas comerciais liberalizantes, emanadas a partir do chamado “Consenso de Washington”, e que procuravam estabelecer novos parâmetros capazes de combater a instabilidade econômica da década anterior. Contudo, essas mudanças resultaram em um pequeno crescimento regional, que levou, de acordo com a ONU (2005), à diminuição dos níveis de emprego formal e ao aumento da informalidade.

Assim como as três últimas décadas do século XX, as primeiras décadas do século XXI formam um período relevante no desenvolvimento socioeconômico da América Latina, no qual, após 2002, foi possível observar uma forte redução no contingente de pessoas classificadas como pobres e/ou indigentes na região. Todavia, reduções dos níveis de pobreza verificadas nos últimos anos (2002-2007) permitiram que somente se retornasse à situação existente no início da década de 1980 (MATTEI, 2012).

Ainda de acordo com Mattei (2012), a redução da pobreza verificada no decorrer da década inicial do século XXI, a qual se refere a CEPAL em seu Panorama Social da América Latina de 2019, está sendo creditada ao processo de recuperação econômica ocorrida a partir de 2002 em praticamente todos os países do continente, bem como ao processo de redução da desigualdade de renda em curso no mesmo período em alguns países.

Por outro lado, é sabido que o crescimento econômico não é neutro do ponto de vista distributivo. Ele aumenta ou diminui as desigualdades e, de acordo com Salama (2010), quanto maior o nível das desigualdades, mais é provável que a profundidade da pobreza seja importante. No sentido inverso, quanto maior o crescimento, mais a renda dos pobres aumenta, contribuindo, assim, para a diminuição da pobreza.

Mas é necessário destacar que a redução da pobreza e da desigualdade, observada na década inicial do século XXI, não deve ser tida como decorrente unicamente do crescimento econômico, uma vez que de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2013 (PNUD, 2013), diversas políticas públicas foram adotadas visando reduzir o problema.

De acordo com o RDH 2013 (PNUD, 2013), a América Latina padece, de maneira geral, de pouca mobilidade social, assim como de raras oportunidades para as pessoas que estão na parte inferior da pirâmide de distribuição de renda, uma vez que o desempenho da sociedade em que vive é determinado por características que fogem ao controle dos mesmos.

Essa característica, a pouca mobilidade social, é uma das consequências do tipo de colonização a que foi submetido o território, uma colonização na qual um dos pilares fundantes era uma forte estratificação social com classes dominantes que organizaram o território em seu próprio proveito, gerando uma sociedade parasitária (BOMFIM, 2008).

Ainda segundo o relatório acima, os quadros de exclusão e desigualdade são agravados em situações em que as pessoas que se encontram nessas circunstâncias – de exclusão e desigualdade – não possuem, politicamente, condições de expressar suas necessidades de obter compensações que lhes permitam uma voz capaz de minimizar ou superar o quadro em que vivem.

Em sociedades mais justas e igualitárias, fundamentais para o desenvolvimento humano, existe a exigência por uma participação política mais efetiva, por maior representatividade e por um comprometimento maior dos governos, assim como sua responsabilização pela formulação de políticas voltadas para a construção de uma vida digna para a população (PNUD, 2013).

A defesa de uma vida digna está intimamente relacionada a defesa dos sociais, que incluem o acesso aos bens necessários para a sobrevivência, mas, também, a educação, a saúde, dentre outros bens públicos, e a liberdade como dimensão não material das necessidades humanas.

Assim, a defesa da vida digna passa pela reconstrução da pirâmide social, através da universalização dos direitos sociais como medida necessária para a melhoria das condições de vida da população. A defesa da universalização dos direitos sociais, por sua vez, implica na eliminação da pobreza e a prevenção de propostas de intervenção social que naturalizem ou criminalizem a pobreza (PEREIRA; AMORIM, 2010).

O tema que se estuda é, então, o desenvolvimento econômico e social da América Latina no período de 1990 a 2015, com o intuito de compreender quais são os aspectos do crescimento econômico na América Latina nesse período e seus reflexos na desigualdade socioeconômica e na pobreza da região.

A motivação em estudar um período de 25 anos está fundamentada no fato de que, no transcorrer desse período, os países latino-americanos passaram por diversas transformações de cunho político que refletiram diretamente no crescimento econômico e no desenvolvimento socioeconômico da região.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, dois países emergem como potências: uma de orientação capitalista, os Estados Unidos, e outro de orientação socialista, a União Soviética. Esses dois países disputariam, até o fim da União Soviética em 1991, a supremacia política, econômica e militar do mundo no período que ficou conhecido como a Guerra Fria.

A vitória da Revolução Cubana em 1959 e que, dois anos depois, declararia seu caráter socialista, tornou-se um perigoso precedente para a hegemonia estadunidense na América Latina, o que levou a uma postura mais agressiva desse país na tentativa de conter um possível avanço soviético sobre a região. Foi assim que, estimuladas pelos Estados Unidos no auge da Guerra Fria, na segunda metade do século XX, surgiram na América Latina uma série de ditaduras, especialmente militares.

Esse ciclo começa a ser interrompido no final do século XX, quando em 1999 Hugo Chávez assume seu primeiro mandato como presidente da Venezuela, iniciando a Revolução Bolivariana que teria influência em outros países da região e dando começo a um período de governos progressistas na região. Esse novo período é interrompido em 2015 com a eleição de Mauricio Macri para a presidência da Argentina (FUSER, 2018).

A escola do período de tempo a ser analisado tem o intuito de abranger essas experiências políticas, econômicas e sociais diversas pelas quais os países da América Latina buscaram e buscam superar seus problemas sociais, em especial, a desigualdade socioeconômica e a pobreza.

Os objetivos propostos são: geral - investigar o desenvolvimento econômico da América Latina no período de 1990 a 2015; e, específicos - a) investigar o padrão do crescimento econômico da América Latina; b) investigar a evolução da desigualdade e da pobreza na América Latina; e c) investigar a relação entre crescimento econômico, desigualdade socioeconômica e pobreza na América Latina.

No decorrer da pesquisa, buscou-se, para atingir os objetivos propostos, responder as seguintes questões:

- a) a economia da América Latina apresentou um padrão de crescimento no período compreendido entre os anos 1990 e 2015?
- b) se houve crescimento econômico, o mesmo resultou em diminuição da desigualdade e da pobreza na região?
- c) a América Latina apresenta convergência entre o crescimento econômico, desigualdade e pobreza?

As hipóteses que se apresentam como respostas para as questões formuladas são:

H1 – houve crescimento econômico na região no período analisado, mas esse não apresentou um padrão.

H2 – o crescimento econômico verificado não resultou na diminuição da desigualdade e da pobreza na região no período analisado.

H3 – não existe convergência entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza na região no período analisado.

A escassez de dados, principalmente os anteriores a 1990, determinaram a necessidade de se trabalhar com uma amostra com as informações disponíveis em uma linha de tempo que compreende os anos de 1990 a 2015.

Compreendendo que a realidade atual é resultado de um processo histórico resultante das formações socioeconômicas e das relações de produção vigentes em cada período histórico e que, portanto, a pobreza e a desigualdade socioeconômica da América Latina são frutos do modelo de desenvolvimento experimentado pela região, o referencial utilizado no estudo foi o materialismo histórico e dialético. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi a pesquisa bibliográfica associada a análise quantitativa de dados.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho foi estruturado em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresentou-se a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, as fontes dos dados e as variáveis que foram estudadas, bem como a estratégia empírica com a qual se analisou os dados coletados. Na terceira, foram analisados aspectos da história latino-americana em uma linha de tempo que remete ao período colonial e chega ao Pós-Segunda Guerra Mundial. Na quarta, foram expostos os conceitos de pobreza e desigualdade e discutida a centralidade do trabalho como fator gerador do valor, bem como a importância na forma de apropriação da riqueza gerada pelo processo de trabalho no surgimento da desigualdade e da pobreza.

Na quinta, foi realizada uma análise gráfica dos dados com o intuito de observar como evoluíram, no decorrer do período do estudo, alguns aspectos da população, da economia e do desenvolvimento socioeconômico da região. Na sexta seção, os dados foram estudados utilizando-se do método de análise de painel para que se pudesse verificar como as variáveis de interesse são impactadas pelo crescimento econômico. Na última seção, foram apresentadas as considerações finais a que se chegou após o estudo realizado, destacando as limitações encontradas. E, finalmente, listam-se as referências bibliográficas.

2 METODOLOGIA

Partindo da visão de que a realidade existente é resultado de um processo histórico resultante das formações socioeconômicas e das relações de produção vigentes em cada período histórico e que, portanto, a pobreza e a desigualdade socioeconômica na América Latina são frutos do modelo de desenvolvimento experimentado pela região, o referencial teórico utilizado no estudo foi o materialismo histórico e dialético e a metodologia utilizada no mesmo foi a pesquisa bibliográfica associada a análise quantitativa de dados.

Não se pode negar que o estudo do desenvolvimento econômico é um processo nada simples. Hirschman (1986 apud GONÇALVES; SCHIMIDT FILHO, 2008) classifica as teorias do desenvolvimento em quatro grupos. Além disso, a análise da desigualdade e da pobreza exige a definição de três componentes principais: o bem-estar agregado, a unidade de observação e o índice estatístico.

Agregando-se a isso o fato de que, segundo Townsend (2006 apud MATTEI, 2012), três são as concepções sobre pobreza que estão presentes nos debates e estudos internacionais e que elas estão relacionadas às ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa, tem-se um amplo e complexo espectro de variáveis que podem ser utilizadas para analisar, em conjunto, o desenvolvimento, a desigualdade e a pobreza.

Do ponto de vista metodológico, atualmente existem diversas maneiras para mensurar desigualdade e pobreza, visando a realização de comparações em escala internacional. Entre os mais utilizados pelos países para definir suas estratégias de políticas de combate à desigualdade e à pobreza estão a linha de pobreza dólar/dia do Banco Mundial, as linhas de pobreza da CEPAL e os índices multidimensionais de pobreza do PNUD.

Neste trabalho, pretende-se, partindo da visão de desigualdade e pobreza como fenômenos multidimensionais, analisar as relações entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza na América Latina.

O estudo do crescimento econômico, assim como o do desenvolvimento socioeconômico, pressupõe a utilização de dados diversificados e multidimensionais, acarretando em uma série de variáveis que possibilitam uma análise aprofundada do tema.

As variáveis a serem estudadas se relacionam à renda, emprego, educação, saúde e moradia. As regiões espaciais a serem estudadas são os países que compõem a região.

Nesta seção, apresenta-se a especificação dos dados utilizados nas análises gráficas e nas estimações e, em seguida, é descrita a estratégia empírica.

2.1 DADOS

O estudo tem como objetivo avaliar o impacto do crescimento econômico na pobreza e desigualdade dos países da América Latina, no horizonte de tempo de 1990 a 2015.

Para a realização deste estudo existem, na atualidade, uma gama de dados disponibilizados por agências internacionais a respeito das múltiplas dimensões que estão envolvidas na compreensão da temática a ser estudada. Dessa forma, a utilização da análise bibliográfica e documental se apresentou como método adequado ao estudo proposto. Os dois tipos de pesquisa, de acordo com Gil (2008), guardam, entre si, semelhanças, possuindo como fator de diferenciação o tipo de fonte de pesquisa utilizada.

No caso da primeira, as fontes são, basicamente, "material já elaborado" (GIL, 2008, p. 44) e no caso da segunda são "materiais que não recebe[ra]m ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (GIL, 2008, p. 45).

As variáveis de interesse são representadas pela medida de desigualdade (Índice de Gini) e pelas medidas de pobreza representadas pelo Hiato da Pobreza, extraídos do Banco Mundial. O Índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda entre indivíduos de uma economia se desvia de uma distribuição igualitária, ou seja, é um indicador que permite verificar o padrão da distribuição da renda. O Índice de Gini é um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade. O Índice de Gini (pode ser apresentado multiplicado por 100).

Para além da desigualdade de renda, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas dimensões de renda, saúde e educação, obtidos do Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹. O IDH foi elaborado pelos economistas Amartya Sen e Mahbud ul Haq com base na chamada abordagem das capacitações de Amartya Sen e foi apresentado pelo PNUD em 1990 através de seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). É formado por três dimensões consideradas fundamentais da vida humana: padrão de vida adequado, longevidade e conhecimento.

A dimensão renda é calculada com base no PIB *per capita* dos países. Já as dimensões saúde e educação representam a expectativa de vida no nascimento e a média de anos de escolaridade, respectivamente. Por fim, o IDH resume essas três dimensões básicas do desenvolvimento humano, como: renda, educação e saúde, sendo uma média aritmética das três. Assim como o Índice de Gini, o IDH é apresentado como um número entre 0 e 1, mas ao contrário daquele, quanto mais próximo de 1 mais desenvolvida é a região.

O IDH utilizado hoje não é o mesmo construído inicialmente, já tendo passado por várias modificações, sendo a principal delas a passagem de um indicador baseado na miséria para um indicador com base nos progressos atingidos no combate à miséria e a pobreza (SALAMA; DESTREMAU, 2001).

Já o Hiato da Pobreza reflete a profundidade, bem como sua incidência, e representa o déficit médio de renda ou consumo da linha de pobreza. Os valores utilizados são US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia.

Para analisar graficamente o crescimento econômico, utiliza-se o PIB paridade de poder de compra (PIB_ppc). A utilização do PIB_ppc justifica-se, pois o PIB, indicador que mede a riqueza produzida no interior de um país, não é o mais adequada para comparações internacionais. Isso se deve ao fato de que ele não considera, por exemplo, o valor da moeda local comparativamente com o valor da moeda do país (ou grupo de países) com o qual se está fazendo a comparação.

Já o PIB_ppc elimina as distorções oriundas dos custos de vida, dos rendimentos da população e das diferentes taxas de câmbio, o que permite que a comparação das economias de diferentes países seja realizada com maior robustez. Por essa razão, utiliza-se, também, como um dos indicadores de distribuição média da riqueza produzida no interior de um país e, também, da América Latina, o PIB_ppc *per capita* (PIB_ppc_pc) ao invés do PIB_pc.

¹ Ver mais em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>

Duas variáveis econômicas e que permitem verificar a importância do comércio internacional para os países e para a região são o volume financeiro das importações e exportações.

Para as análises referentes à população, utilizam-se, além da população total, os quantitativos de população urbana e rural, PEA e desemprego. As quatro primeiras variáveis coletadas em valores absolutos e a última calculada a partir dos percentuais sobre a PEA, fornecidos pelo Banco Mundial. A PEA é composta pelos indivíduos que estão disponíveis para realizar atividades econômicas (empregados ou procurando emprego) e que estejam na faixa etária entre 10 ou 15 anos e 65 ou 65, dependendo do país.

As tabelas e gráficos foram elaborados pelo autor a partir dos dados disponibilizados pelas fontes listadas.

Ocorre que a escassez de dados no período anterior a 1990 impôs a necessidade de que se reduzisse o universo dos dados à uma amostra com dados mais consolidados. Assim, o período de tempo da análise teve de ser reduzido para o compreendido pelos anos de 1990 a 2015.

Na análise gráfica, os dados foram agrupados de cinco em cinco anos e, na análise de painel, os dados são anuais, visto que um maior volume de informações torna esse tipo de análise mais robusta.

Na Tabela 1 a seguir apresenta-se a lista das variáveis utilizadas na análise gráfica e suas fontes.

Tabela 1: Descrição das variáveis utilizadas na análise gráfica.

Legenda	Descrição	Fonte
Gini	Índice de GINI	PNUD
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	PNUD
IDH (R)	Índice de Desenvolvimento Humano – dimensão renda	PNUD
IDH (S)	Índice de Desenvolvimento Humano – dimensão saúde	PNUD
IDH (E)	Índice de Desenvolvimento Humano – dimensão educação	PNUD
PIB	Produto Interno Bruto (US\$ 2010)	Banco Mundial
PIB_pc	Produto Interno Bruto per capita (US\$ 2010)	Banco Mundial
PIB_ppc	Produto Interno Bruto paridade de poder de compra (\$ internacional 2011)	Banco Mundial
PIB_ppc_pc	Produto Interno Bruto paridade de poder de compra <i>per capita</i> (\$ internacional 2011)	Banco Mundial
Pop (T)	População total	Banco Mundial
Pop (R)	População rural	Banco Mundial
Pop (U)	População urbana	Banco Mundial
Pop (F)	População feminina	Banco Mundial
Pop (M)	População masculina	Banco Mundial
PEA	População Economicamente Ativa	CEPAL ²
Desemp	Desemprego – em relação à PEA	Banco Mundial
Exp	Exportações (\$ internacional 2010)	Banco Mundial
Imp	Importações (\$ internacional 2010)	Banco Mundial

Fonte: elaborada pelo autor.

As regiões espaciais adotadas são os países que compõem a América Latina e as variáveis representativas das privações são referidas a população do país e as suas condições socioeconômicas.

A análise gráfica dos dados disponíveis para uma amostra de 20 países está disponível no Quadro 1. Com essa análise gráfica, pode-se verificar o comportamento de cada uma das variáveis, para as quais se tem uma quantidade robusta de dados para o período. Na Tabela 2 se apresenta as estatísticas descritivas da amostra.

Quadro 1: Países da América Latina que compõem a amostra para análise gráfica

Argentina	Haiti
Bolívia	Honduras
Brasil	México
Chile	Nicarágua
Colômbia	Panamá
Costa Rica	Paraguai
Cuba	Peru
El Salvador	República Dominicana
Equador	Uruguai
Guatemala	Venezuela

Fonte: elaborado pelo autor.

A Guiana Francesa não foi objeto deste estudo por se tratar não de um país independente, mas de um departamento ultra marinho da França, o mesmo se dá com Porto Rico, que é um Estado Associado dos Estados Unidos.

² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis para Análise Gráfica

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.
Gini	66	50,617	5,138	40,200	61,600
IDH	120	0,664	0,091	0,412	0,839
IDH (R)	120	0,655	0,093	0,410	0,812
IDH (S)	120	0,793	0,080	0,527	0,918
IDH (E)	120	0,569	0,120	0,284	0,832
PIB	119	2,069E+11	4,252E+11	4,70096E+09	2,337E+12
PIB_pc	119	5.466,42	3.536,35	662,28	14.893,88
PIB_ppc	113	3,318E+11	6,061E+11	1,24067E+10	3,028E+12
PIB_ppc_pc	113	9.488,81	4.880,04	1.502,03	22.516,61
Pop (T)	120	2,649E+07	4,236E+07	2,471E+06	2,060E+08
Pop (R)	120	6,256E+06	8,223E+06	1,700E+05	3,895E+07
Pop (U)	120	2,024E+07	3,465E+07	1,332E+06	1,767E+08
Pop (F)	120	1,313E+07	2,093E+07	1,249E+06	1,013E+08
Pop (M)	120	1,337E+07	2,143E+07	1,222E+06	1,047E+08
PEA	120	1,164E+07	2,011E+07	9,199E+05	1,094E+08
Desemp	100	9,278E+05	1,768E+06	4,282E+04	9,226E+06
Exp	120	3,539E+10	6,830E+10	9,207E+08	4,191E+11

Fonte: elaborada pelo autor.

As variáveis que utilizou na pesquisa são em corte transversal (*cross-section*) e as observações se deram ao longo de um período de tempo que vai de 1990 a 2015, compondo uma série temporal.

Dados em *cross-section* são aqueles em que uma ou mais variáveis são coletadas em um único período do tempo. Já "uma série temporal é um conjunto de observações dos valores que uma variável assume em diferentes momentos do tempo" (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 45). Ou seja, "para modelos em *cross-section*, os indivíduos³ variam, porém o tempo é fixo. [...] [E] para modelos em série temporal, os períodos de tempo variam, porém para um único indivíduo" (FÁVERO, 2015, p. 257).

Para essa combinação de variáveis ao longo do tempo, Fávero (2015), Gujarati e Porter (2011), Rossi e Neves (2014) e Wooldridge (2006) são unânimes em afirmar que a melhor técnica é a utilização de dados em painel.

³ O termo é utilizado aqui de forma genérica, podendo se referir a pessoas, famílias, empresas, Estados e países (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 588).

Aliás, Gujarati e Porter (2011, p. 588) apontam uma série de vantagens na utilização de dados em painel para analisar esse tipo de combinação de dados. São elas:

1. Uma vez que dados em painel se relacionam a indivíduos, empresas, Estados, países etc., como o tempo pode haver heterogeneidade nessas unidades. As técnicas de estimação dos dados em painel podem levar em consideração a heterogeneidade explicitamente, permitindo variáveis específicas ao sujeito, [...]
2. Combinando séries temporais com observações de corte transversal, os dados em painel oferecem "dados mais informativos, maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência".
3. Estudando repetidas observações de corte transversal, os dados em painel são mais adequados para examinar a dinâmica da mudança. [...]
4. Os dados em painel podem detectar e medir melhor os efeitos que simplesmente não podem ser observados em um corte transversal puro ou em uma série temporal pura. [...]

Assim, utilizou-se para o estudo desenvolvido a análise de dados em painel, por ser o mais indicado pela literatura. Na análise por painel, utiliza-se como *proxies* para crescimento econômico as taxas anuais de crescimento percentual do PIB e da formação bruta de capital, com base na moeda local constante. Como variáveis de controle, utiliza-se a inflação medida pela taxa de crescimento anual do deflator implícito do PIB, que indica a taxa de variação dos preços em toda economia, a taxa de câmbio subjacente utilizada no Atlas do Banco Mundial, a taxa anual de crescimento populacional e o desemprego, medido como percentual da força de trabalho total.

Além disso, adiciona-se uma variável *dummy* que captura as crises internacionais ocorridas no período analisado, como: a "Crise do México" (1994); a "Crise dos Gigantes Asiáticos" (1997); a "Crise do rublo" (1998); a "Crise argentina" (2001-2002); a "Grande Recessão" (2008-2009); e a "Crise da dívida na Europa (2009-2010). Tal *dummy* de crise tem dois objetivos: controlar os choques macroeconômicos e avaliar como as crises internacionais afetam as variáveis de interesse.

Os países que constam no painel foram selecionados de acordo com a disponibilidade dos dados e devido às limitações foram construídas duas amostras. A primeira contempla 16 países (Quadro 2) e foi utilizada para avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de desigualdade e pobreza. A segunda contempla 22 países (quadro 3) e foi utilizada para avaliar o impacto do crescimento

nos indicadores de saúde, educação, renda e IDH. A Tabela 3 resume as variáveis utilizadas na análise de painel, bem como suas fontes.

Quadro 2: Países da América Latina que compõem a amostra 1 para análise de painel

Argentina	Honduras
Belize	México
Bolívia	Panamá
Brasil	Paraguai
Colômbia	Peru
Costa Rica	República Dominicana
El Salvador	Uruguai
Equador	Venezuela

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 3: Países da América Latina que compõem a amostra 2 para análise de painel

Argentina	Haiti
Belize	Honduras
Bolívia	Jamaica
Brasil	México
Chile	Nicarágua
Colômbia	Panamá
Costa Rica	Paraguai
Cuba	Peru
El Salvador	República Dominicana
Equador	Uruguai
Guatemala	Venezuela

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 3: Descrição das variáveis utilizadas na análise de painel.

Legenda	Descrição	Fonte
Gini	Índice de GINI.	PNUD
Pob_ \$1,90	Hiato da pobreza de US\$ 1,90 por dia (2011 PPP).	Banco Mundial
Pob_ \$3,20	Hiato da pobreza de US\$ 3,20 por dia (2011 PPP)	Banco Mundial
Pob_ \$5,50	Hiato da pobreza de US\$ 5,50por dia (2011 PPP)	Banco Mundial
I_Renda	Índice de renda (2005 PPP Internacional \$)	PNUD
I_Saúde	Índice de saúde (expectativa de vida no nascimento).	PNUD
I_Educ	Índice de Educação.	PNUD
IDH	Índice de desenvolvimento humano.	PNUD
Tx_PIB	Taxa anual de crescimento percentual do PIB.	Banco Mundial
Tx_FBK	Taxa de crescimento anual da formação bruta de capital.	Banco Mundial
Inflação	Inflação	Banco Mundial
Câmbio	Taxa de câmbio	Banco Mundial
ln(import)	Log natural das importações de bens e serviços (US\$ constante de 2010)	Banco Mundial
ln(export)	Log natural das exportações de bens e serviços (US\$ constante de 2010)	Banco Mundial
Tx_pop	Taxa anual de crescimento populacional.	Banco Mundial
Desemprego	Desemprego, total (% da força de trabalho total) (estimativa nacional)	Banco Mundial
D_Crise	Dummy de crises	

Fonte: elaborada pelo autor.

O painel apresenta ausência de algumas observações, o que se caracteriza como desbalanceado. Segundo Wooldridge (2010), desde que a razão da falta de dados de algum país não seja correlacionada com os erros idiossincráticos, não

causará problemas. A seguir, apresenta-se as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas regressões:

Tabela 4: Estatísticas Descritivas das Variáveis para Análise de Painel

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.
Gini	316	50,831	4,946	35,7	61,6
Pob_ \$1,90	317	4,118	3,810	0	20,7
Pob_ \$3,20	317	8,383	6,164	0,1	34,7
Pob_ \$5,50	317	17,019	9,441	0,9	51,3
I_Renda	676	0,665	0,089	0,41	0,867
I_Saúde	676	0,799	0,073	0,527	0,918
I_Educ	652	0,582	0,111	0,284	0,841
IDH	652	0,674	0,085	0,412	0,839
Tx_PIB	676	3,289	3,721	-14,878	18,286
Tx_FBK	553	6,166	19,540	-44,242	260,169
Inflação	676	51,679	395,840	-27,631	6261,24
Câmbio	675	3,30e+14	1,66e+15	1	1,00e+16
ln(import)	558	23,236	1,364	19,357	26,761
ln(export)	558	23,184	1,637	19,007	26,772
Tx_pop	676	1,359	0,742	-0,588	3,835
Desemprego	625	7,478	4,092	1,583	24,54
D_Crise	676	0,307	0,461	0	1

Fonte: elaborada pelo autor.

Trata-se, portanto, de um estudo cujo fundamento teórico é o materialismo histórico e dialético e cuja metodologia utilizada no mesmo foi a pesquisa bibliográfica associada a análise quantitativa de dados.

2.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O presente estudo busca identificar o impacto do crescimento econômico na pobreza e desigualdade para países da América Latina no período de 1990 a 2015. Como os dados disponíveis não são agrupados, foi necessário construir três amostras e reduzir o período de análise para os anos entre 1990 e 2015.

A análise gráfica é uma etapa importante na análise de dados, pois permite uma síntese do comportamento das variáveis estudadas, possibilitando visualizar como elas evoluem com o passar do tempo. Dessa forma, utilizou-se, inicialmente, a análise gráfica para verificar o comportamento de cada uma das variáveis para as quais se tem uma quantidade robusta de dados para o período, bem como efetuar comparações sobre como as mesmas se comportaram no período de tempo que o estudo compreende.

Para analisar os impactos do crescimento econômico na pobreza e na desigualdade da região, utilizou-se dados em painel, que tem como vantagem

controlar a heterogeneidade presente dos indivíduos (WOOLDRIDGE, 2010). Primeiramente, analisou-se as estimações com Mínimos Quadrados Ordinários com efeito fixo (MQO-FE), o que permite controlar características não observáveis existentes entre os países no horizonte de tempo analisado.

Como há um forte indício de endogeneidade entre as variáveis, utilizou-se a abordagem de dados em painel dinâmico, baseado nas condições de momento, com o estimador *System-GMM* com a correção dos erros padrões robustos de Windmeijer (2005), de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998), que controla as possíveis fontes de endogeneidade, como simultaneidade e casualidade reversa. Dado que no painel constam variáveis macroeconômicas e não se possuía um conjunto de variáveis instrumentais adequadas para a estimação, o estimador *System-GMM* tornou-se o mais adequado.

Nos modelos de painel dinâmico, a variável dependente defasada foi utilizada como variável explicativa, o que permite capturar o comportamento inercial da variável dependente. Desse modo, a estrutura da equação das regressões a serem estimadas apresentam a seguinte estrutura genérica:

$$y_{it} = \rho y_{it-1} + \beta_i X_{it} + \eta_i + \varepsilon_{it}$$

Onde:

y_{it} representa a variável dependente do país i no ano t ;

ρy_{it-1} representa a variável dependente defasada para o país i no ano $t-1$;

X_{it} é o vetor das variáveis explicativas do país i no ano t ;

η_i denota a heterogeneidade invariante no tempo;

β_i é o parâmetro a ser estimado;

e ε_{it} é o termo de erro idiossincrático.

Tanto o estimador de Arellano e Bond (1991), *difference-GMM*, quanto de Blundell e Bond (1998), *System-GMM*, possuem variantes *one-step* e *two-step*. No caso do *one-step*, pressupõe-se que os erros são homocedásticos. No *two-step*, os resíduos que são obtidos no primeiro passo são utilizados para construção de uma estimativa consistente da matriz de covariância. Assim, o *two-step* é assintoticamente mais eficiente que o *one-step*. Dessa forma, optou-se por utilizar

two-step.

A desvantagem do estimador *System-GMM* advém da proliferação de instrumentos, criando um *trade-off* entre viés de variáveis endógenas e eficiência (ROODMAN, 2009). Uma possível forma de controlar esse problema é a utilização da condição de extração de componentes principais (*Principal Components Analysis* – *PCA*), que por meio de um processo de fatoração escolhe os instrumentos mais fortes, tendo vantagem em relação aos métodos tradicionais de controle do número de instrumentos *laglimits* e *colapse*, que necessitam de interferência do pesquisador na limitação dos instrumentos das estimativas (MEHRHOFF, 2009; KAPETANIOS; MARCELLINO 2010; BAI; NG, 2010).

Em relação aos testes de validade dos instrumentos, destacam-se os testes de sobreidentificação de Sargan (1958) e Hansen (1982), que têm como hipótese nula que os instrumentos não são correlacionados com o termo de erro. Quando se utiliza o procedimento do *two-step*, com matriz de variância-covariância heteroscedástica, reporta-se o teste de Hansen (1982). Ademais, com os testes de Arellano e Bond de primeira e segunda ordem, AR (1) e AR (2) respectivamente, deve-se rejeitar a hipótese nula para primeira ordem de que não há autocorrelação entre os resíduos e aceitar a hipótese nula para segunda ordem.

Em síntese, em um primeiro exercício foram realizadas as estimações com MQO com efeito fixo e, posteriormente, em um segundo exercício foi utilizado o método de *two-step system-GMM* com a correção de amostra finita de Windmeijer (2005), que é assintoticamente mais eficiente, controlando os potenciais problemas da proliferação dos instrumentos pelo método do PCA. Por fim, na análise de robustez, utilizou-se o método de *two-step system-GMM* com os desvios ortogonais propostos com Arellano e Bover (1995), que minimiza a perda de dados.

Quanto aos testes de especificação do modelo foram reportados os testes de Arellano e Bond para autocorrelação serial de primeira - AR (1) - e segunda ordem - AR (2) - e, também, o teste de validade dos instrumentos de Hansen. Na próxima seção, apresenta-se uma breve revisão da história da América Latina.

3 AMÉRICA LATINA: DA COLONIZAÇÃO AO PÓS-SEGUNDA GERRA MUNDIAL

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e da miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. (GALEANO, 1976 p. 14).

A América Latina começou seu período de independência política paralelamente à eclosão da Revolução Industrial, mas desde o período colonial já estava inserida no sistema de produção mundial através da transferência massiva de metais preciosos e matérias-primas, tendo fornecido os meios necessários para a acumulação de capital. Isso possibilitou o desenvolvimento tecnológico que resultou na emergência de um novo modo de produção: o capitalismo industrial fruto da Revolução Industrial inglesa.

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2000, p. 107-108).

O período colonial, que durou mais de três séculos, marcou profundamente a organização das sociedades latino-americanas. Essas marcas estão presentes até a atualidade. As mais evidentes são a imensa desigualdade e a pobreza – tão profundas que a ONU caracteriza a região como a mais desigual do planeta e uma das mais pobres.

A desigualdade e a pobreza presentes na região não podem ser entendidas como fenômenos decorrentes de insuficiência de meios de produção, que se presentes permitiriam que a América Latina alcançasse o desejado desenvolvimento social e econômico ou, como diz Galeano (1994, p. 19), "a pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus".

Desigualdade, pobreza e subdesenvolvimento, então, são resultantes do processo de colonização ao qual a região foi submetida, do momento histórico em que se inseriu no modo capitalista de produção e, também, das opções tomadas

pelos que exerceram e exercem o poder político e econômico nos diversos países que a compõem. Ou como diz Marini (2012, p. 47):

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. [...] inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina.

Tem-se, então, que para compreender e explicar o subdesenvolvimento socioeconômico latino-americano é necessário partir de sua história, uma vez que ela é resultante de um longo processo que possui uma variedade de aspectos provenientes da forma com que a América Latina foi ocupada e colonizada pelos europeus e do papel que teve, e tem, como parte fundamental do modo de produção capitalista mundial.

Necessário dizer também que, desde que aqui chegaram os colonizadores europeus, toda a riqueza da região foi transformada "em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até os dias de hoje nos distantes centros do poder" (GALEANO, 1994, p. 14). Dessa forma, a região foi moldada a partir de fora e organizada para atender interesses de fora na busca por satisfazer os desejos das classes dominantes das metrópoles coloniais e de seus representantes nas colônias ou da potência dominante no momento.

Os traços essenciais do que seria a estrutura social dos países latino-americanos têm sua origem na forma mesma que tomou a conquista espanhola e nas instituições que espanhóis e portugueses implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista de novas terras. (FURTADO, 2007, p. 46).

Ou, nas palavras de Galeno (1994, p. 14):

O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita [...].

Assim, estudar a atualidade do subdesenvolvimento da América Latina implica em voltar no tempo buscando compreender sua história. Ao mesmo tempo, para se discutir a profunda desigualdade e a pobreza que persistem na região, é necessário conceituar essas categorias, bem como entender a dinâmica de sua economia.

3.1 ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Como já foi dito, a América Latina surge na história no mesmo instante que os colonizadores ibéricos aportam na região e é integrada ao sistema internacional de divisão do trabalho como fornecedora de matérias-primas necessárias para o desenvolvimento da Europa. Ou seja: “A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (MARINI, 2012, p. 47).

A expansão europeia para outros continentes, entre eles a América Latina, ocorre em um momento em que várias transformações ocorrem no velho continente. São transformações tecnológicas, econômicas e políticas que vão moldar um mundo completamente diferente daquele que existia até então. A América Latina,

à semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização ocidental", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Este colonialismo teve seu início com a "conquista" - espanhola e portuguesa - e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. (FERNANDES, 1998, p. 95).

Essa expansão ocorre no final do processo de transformação do feudalismo para um outro modo de produção que dava início ao capitalismo mercantil, predecessor do capitalismo industrial que eclodiria com a Revolução Industrial.

A integração da América Latina no contexto histórico europeu começou na fase das Grandes Navegações, ocorrida no início da chamada Idade Moderna, época durante a qual, no Velho Mundo, coexistiam o feudalismo decadente e o capitalismo emergente. (LOPEZ, 1986, p. 9)

O feudalismo, que surge com o processo de desintegração do Império Romano do Ocidente e tem seu apogeu no decorrer dos séculos XII e XIII (LOPEZ, 1986), era uma sociedade essencialmente agrária. Seu apogeu e declínio ocorrem basicamente pelo mesmo motivo: uma série de mudanças tecnológicas que ocorrem no campo e nos meios de transporte.

Essas mudanças, inicialmente, permitem um aumento do excedente de produção, levando, juntamente com outros avanços tecnológicos, ao surgimento do comércio de longa distância. Posteriormente, no decorrer do século XIV, causaram o esgotamento dos solos e a diminuição da produção agrícola. O colapso do sistema feudal foi precipitado por uma série de eventos que ocorreram na Europa no decorrer dos séculos XIV e XV.

O crescimento das indústrias têxteis nas cidades flamengas e lombardas, ao longo do séc. XV, levou a uma demanda de matérias-primas e isto estimulou os proprietários a preferirem a criação de gado lanígero (ovino) em detrimento da agricultura. Na Inglaterra, o processo foi acompanhado do cercamento das terras comunais (enclosures) para ampliação das pastagens, do que decorreu a expulsão de camponeses para a cidade e sua conseqüente transformação em mão-de-obra barata para as manufaturas. (LOPEZ, 1986, p. 13-14).

A Guerra dos Cem Anos que opôs França e Inglaterra, a chamada Peste Negra e as inúmeras revoltas camponesas, decorrentes da tentativa dos senhores feudais de restaurar as obrigações de trabalho que haviam sido relativizadas e o aumento das relações de mercado que haviam surgido nas áreas rurais e se espalhado para as cidades, foram outros fatores que aceleraram o fim do feudalismo iniciando a transformação da Europa em uma economia capitalista, ainda que de cunho mercantil.

Outro fator importante foi o renascimento intelectual, que propiciou progressos científicos de utilidade prática, especialmente para a navegação, pois permitiu que os novos comerciantes, surgidos a partir das transformações ocorridas no feudalismo, tivessem acesso facilitado às especiarias do Oriente e, também, a uma enorme quantidade de metais preciosos oriundos das colônias, principalmente das colônias ibéricas na América.

Como mostra Rezende (2003, p. 91):

A expansão ultramarina que a Europa Ocidental realizou durante o século XV permitiu que seu comércio-exterior ganhasse uma dimensão realmente mundial, com a incorporação de novas e vastas áreas a seu universo econômico.

A América Latina é, então, incorporada ao sistema internacional de divisão do trabalho. É importante salientar que essa incorporação se deu não apenas pela mão europeia, mas especificamente pela mão da Europa católica que se confrontava à época com o protestantismo, o que lhe legou algumas características específicas.

[...] não é suficiente dizer que a América Latina entrou no Ocidente pela porta europeia; é preciso explicitar de que Europa se está falando: essa porta é a da Europa latina, ou mais precisamente, a da Europa católica, numa época em que a Reforma protestante dividia a cristandade ocidental. (ZANATTA, 2017, p.21)

Uma dessas características foi a de uma sociedade em que os deveres e direitos dos cidadãos é ligado ao das classes sociais a que pertencem (ZANATTA,

2017), conformedo uma sociedade elitista, a sociedade parasitária descrita por Bonfim (2008).

Foram as navegações "dos séculos XV e XVI [que] abriram enormes oportunidades de negócios e desencadearam um intenso fluxo de capital rumo à Europa na forma de ouro e prata. Portugal e Espanha foram os primeiros país que se lançaram ao mar". As descobertas geográficas dos portugueses e espanhóis mudaram os padrões do comércio e esses países se tornaram os polos econômicos do mundo (FUSFELD, 2003). Portugal, devido ao monopólio do comércio de especiarias da Índia e do açúcar de sua colônia americana. E a Espanha em decorrência da produção de ouro e, principalmente, prata de suas colônias no mesmo continente. Contudo, a grande quantidade de riquezas que extraíam de suas colônias americanas serviu não para desenvolver a burguesia desses países e alavancar sua industrialização e conseqüente ingresso no capitalismo industrial, mas para manter o modo de vida dos membros da nobreza luso-espanhola.

Os proventos do comércio e da rapina praticada nos outros continentes, longe de servirem para capitalizar a economia portuguesa, apenas contribuíram para manter a estrutura feudal superada sustentando o luxo de uma Corte parasitária. (LOPEZ, 1986, p. 15).

Isso porque os impérios ibéricos impuseram a suas colônias o monopólio do comércio exterior. As colônias não podiam adquirir bens, a não ser através das metrópoles europeias e, também, não podia vender seus produtos se não para essas metrópoles.

A própria burguesia lusa se tornou, assim como a nobreza, parasitária e para manter seu estilo de vida próximo ao daquela transferia seus lucros oriundos da exploração colonial para a burguesia de outros países, especialmente as da Inglaterra e França. O mesmo ocorre com a Espanha, que

através dos metais preciosos da América, [...] pagou suas importações de artigos manufaturados do resto da Europa, o que liquidou de vez com o segmento produtivo da burguesia espanhola, sobrevivendo apenas a que se dedicava à usura. (LOPEZ, 1986, p. 16).

Na América Latina, então, com o intuito de coletar e enviar para as matrizes portuguesa e espanhola os metais preciosos que sustentariam as nobrezas e as burguesias parasitárias lá existentes, foram estabelecidas colônias de exploração totalmente dependentes da matriz europeia.

Criou-se, assim, uma dupla dependência: das burguesias ibéricas que necessitavam dos produtos manufaturados oriundos de outros países da Europa e das colônias ibéricas para com suas matrizes europeias, que detinham o monopólio do comércio de seus produtos. O novo modo de produção, baseado no mercado,

montou toda uma estrutura de produção baseada no trabalho compulsório, e operou comercialmente em regime de monopólio, cuja finalidade primeira foi maximizar a extração de excedente econômico, concentrando-o na Europa Ocidental. (REZENDE, 2003, p. 97).

Ou, como diz Fernandes (1998, p. 96):

O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentada por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim "antigo sistema colonial". [...]. Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das coroas de Espanha e Portugal, às quais deviam, como vassallos, obediência e lealdade.

Isso exigiu um tipo de organização social nas colônias que permitisse que as coroas ibéricas e os mercadores mantivessem, sob seu total controle, os territórios colonizados. De acordo com o mesmo autor, isso foi possível graças à

transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos e mestiços). [...]. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 1998, p. 96-97).

Tem-se, então, que a organização social e a estrutura produtiva das colônias foram implementadas com o objetivo de manter o controle das matrizes ibéricas sobre os territórios colonizados, daí a necessidade da criação de instituições que tivessem a capacidade de exercer esse controle e, também, de reforçá-lo. Essa estrutura produtiva e social se mantém, com modificações, até os dias de hoje, sendo uma das mais importantes causas da desigualdade social e econômica e da pobreza que persistem na América Latina.

As colônias da América Latina desenvolveram, assim, uma vocação de economia complementar voltada para o fornecimento de insumos necessários ao atendimento das necessidades dos países centrais. Dessa forma, a estrutura econômica dos países latino-americanos foi moldada como integrante do modo de produção vigente, mas sem estar no centro do comércio internacional que se desenvolvia.

O mais relevante, porém, para compreender a herança econômica transmitida pelo período colonial à América Latina independente é o fato de que nesses séculos essa parte da América passou a ser periférica de um centro econômico distante. (BOMFIN, 2008, p. 32).

Como consequência, a região chega à independência política com um mercado interno frágil, com dificuldade de se desenvolver pelas estruturas políticas existentes (herdadas do período colonial) e, principalmente, pela continuidade da especialização em produção de *commodities* e pela falta de incentivo para que se desenvolvesse, aqui, a produção manufaturada.

Aspecto importante da colonização ibérica foi a religião. Mesmo que de difícil mensuração, é inegável que o aspecto religioso teve grande importância na formação social latino-americana. A visão de que o estrato social é um corpo que deve funcionar em harmonia, com cada membro e cada órgão cumprindo sua função, é umbilicalmente ligada a concepção à unidade divina.

O aspecto religioso é importante, pois a ética paternalista cristã, de origem medieval, dava sustentação moral a ideia de sociedade como organismo harmônico, pois era fruto da vontade de Deus e, portanto, devia funcionar de acordo com sua vontade, como uma família na qual cada integrante tem um papel definido por Deus a exercer.

Os homens que ocupam posições de poder e detêm a riqueza assemelham-se ao pai ou a protetor da família. Tinham obrigações paternalistas para com os homens comuns, isto é, os pobres ou, prosseguindo com a nossa analogia, os filhos. Do homem comum, por sua vez, esperava-se que aceitasse seu lugar na sociedade e se submetesse, de bom grado à liderança dos ricos e poderosos, da mesma maneira que um filho aceita a autoridade do pai. (HUNT; SHERMAN, 1972, p. 15).

Essa visão de sociedade como organismo harmônico sustenta a ordem política e econômica vigente, que garante a espoliação dos territórios latino-americanos por parte das coroas ibéricas e de seus representantes locais, aos quais não interessava o desenvolvimento de manufaturas nas colônias, mas que essas enviassem as mercadorias que poderiam trocar com os países produtores de bens manufaturados. Com isso, reforçou-se uma estrutura produtiva dependente do comércio internacional e com um mercado consumidor interno sem a força necessária para impulsionar a industrialização da região, o que teve reflexos na conformação socioeconômica latino-americana, mesmo após o período da independência política.

3.2 O PRIMEIRO PERÍODO PÓS-COLONIAL (DOS PRIMÓRDIOS À 1914)

O período de domínio português e espanhol se encerra após um complexo processo de transformações pelo qual passa a Europa. Um dos marcos desse processo foram as guerras napoleônicas, que implementaram uma série de mudanças políticas no continente europeu e dificultaram o comércio das colônias com as metrópoles (FURTADO, 2007).

Com as dificuldades impostas pela guerra, as colônias sentiram a necessidade de promover alterações nos seus processos produtivos para atender as necessidades dos colonizadores ou, como foi o caso do Brasil, para atender a própria corte portuguesa que para cá se mudou fugindo da guerra.

Ao final das guerras napoleônicas, uma nova potência desponta no mundo: a Inglaterra. Fortalecida militar e economicamente, ela substituiu as coroas ibéricas no controle do comércio com as colônias, sem que isso altere o papel destas no comércio internacional. Essa mudança no cenário internacional dá, então, início ao processo de independência política na América Latina.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa - principalmente na Inglaterra -, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção europeia. A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultados as fronteiras nacionais em geral vigentes em nossos dias. (MARINI, 2012, p. 48).

Os países europeus que emergem no cenário mundial como novas potências tinham um interesse especial e imediato no território latino-americano: que ele se mantivesse, agora, sem a intermediação das coroas ibéricas, como fornecedores das matérias-primas tão necessárias à expansão de sua indústria. Fernandes (1998, p. 97-98) confirma esse interesse das novas potências europeias:

As nações europeias, que conquistaram o controle dos negócios de exploração e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular), estavam inicialmente mais interessadas no comércio que na produção local.

Tem-se, então, que as mudanças políticas (emergência de nações independentes), não levaram a uma mudança no papel da América Latina na divisão internacional do trabalho, mas, ao contrário, fortaleceram o modelo anterior, no qual a região era exportadora de matérias-primas.

Outro aspecto que não deve ser desconsiderado é que, em decorrência da matriz cultural que formatou as sociedades latino-americanas e da forma subalterna e dependente como elas foram inseridas no sistema internacional de divisão do trabalho, não se pode estranhar a opção das burguesias locais em dar continuidade à estrutura produtiva vigente.

Isso ocorreu em decorrência de que não foi permitido que nas colônias da América Latina se desenvolvesse qualquer processo produtivo para além das culturas de subsistência ou daqueles necessários para transferir riquezas para a metrópole.

Nada se empregou, aqui, em coisa que signifique efetivamente riqueza [...]. No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo. (BONFIM, 2008, p. 99).

A América Latina, politicamente independente, integrou-se à economia mundial como fornecedora de matérias-primas e importadora de produtos manufaturados, em especial os produzidos na Grã-Bretanha, o centro da revolução industrial. O modelo primário-exportador da economia latino-americana e sua dependência do mercado externo, tanto para escoar sua produção, quanto para adquirir bens industrializados, adquirem um caráter que pode ser definido como “um pacto neocolonial” (ZANATTA, 2017, p. 82-83).

Com uma estrutura econômica que atendia as necessidades de lucro das burguesias locais e que permitia um padrão de consumo satisfatório, com a inexistência de produtos com valor agregado e com um reduzido mercado consumidor local, não compensava, para as colônias da América Latina, a realização dos altos investimentos necessários a uma mudança profunda da matriz produtiva. Aliado a esse fato, “a ausência de produtos de alto valor econômico e a existência de um mercado consumidor relativamente amplo, tornou mais atraente o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras” (FERNANDES, 1998, p. 98).

Assim, as elites locais, sucessoras dos colonizadores, optam pelo caminho mais fácil e menos dispendioso, o de se manterem subordinadas e dependentes das elites europeias e com isso mantêm praticamente intacta a estrutura produtiva da colônia, uma vez que não dependiam de um forte mercado interno para gerar seus ganhos.

[...] Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização da capacidade interna de consumo. (MARINI, 2000, p. 132).

No âmbito econômico, pouca coisa se altera para os países latino-americanos após a independência política. Na realidade, o que ocorreu foi uma intensificação do processo de produção orientada para o exterior, o que enfraqueceu ainda mais o mercado interno, apesar de fortalecer o poder político econômico dos setores ligados a produção e exportação de produtos primários.

Esse processo de substituição do colonialismo ibérico pelo inglês tem como causa, além das guerras napoleônicas, uma profunda mudança na economia da Inglaterra. No final do século XVIII, o capitalismo comercial inglês foi suplantado por um novo sistema econômico: a produção fabril.

Um conjunto de inovações tecnológicas, a concentração de uma grande quantidade de trabalhadores em um único local e novas formas de organizar o trabalho permitem que a produção aumente enormemente, formatando aquilo que veio a ser conhecido como Revolução Industrial e, posteriormente, permitindo que a Inglaterra expandisse e consolidasse seu controle sobre o comércio internacional.

As novas condições criadas pelo avanço da Revolução Industrial na Inglaterra e o controle progressivo que este país pôde exercer sobre transportes marítimos teriam que resultar em uma política de portos abertos, em todo o continente americano, política incompatível com o tipo de relações que prevaleciam entre a Espanha e suas colônias. (FURTADO, 2007, p. 75).

No caso do Brasil, esse processo de penetração inglesa teve origem nos tratados realizados entre as coroas de Portugal e Inglaterra como consequência da aliança entre os dois países, decorrente das guerras napoleônicas. Contudo, esse processo de introdução de um novo modo de produção, que altera as relações de poder na economia mundial, praticamente não atinge as regiões periféricas, quase nada muda.

A economia-mundo com suas áreas centrais, periféricas e externas, praticamente não sofreu alterações durante a maior parte do século XIX, a não ser a quebra dos laços de dependência política das Américas portuguesa e espanhola com suas respectivas metrópoles europeias, e o contato com a esporádica ocupação europeia das regiões da Oceania (Austrália, Nova Zelândia e arquipélagos do Pacífico Sul). (REZENDE, 2003, p. 162).

As antigas colônias ibéricas se transformam em países politicamente independentes, mas ainda economicamente dependentes da Europa, com suas economias estruturadas para serem fornecedoras de matérias-primas das quais dependia o novo capitalismo europeu, especialmente o da Inglaterra.

No período de tempo em que se forjou a independência política dos países latino-americanos, na Europa a Inglaterra vivia a Revolução Industrial. Isso marcou de forma profunda as novas relações comerciais das nações emergentes, que agora não mais estavam sobre o controle monopolista das metrópoles ibéricas, mas que foram herdadas do período colonial que findava, marcando a substituição das coroas portuguesa e espanhola pelo capital britânico como centro em torno do qual passariam a girar as economias dos países latino-americanos emergentes (MARINI, 2000).

Esse novo modo de produção é, inicialmente, marcado pela existência de um grande número de empresas que competiam entre si para colocar seus produtos nos mercados existentes e emergentes. Entretanto, com o surgimento de inovações tecnológicas introduzidas em algumas dessas empresas, elas adquiriam vantagens produtivas sobre as demais, o que lhes permitia deslocar suas concorrentes dos mercados consumidores (REZENDE, 2003).

Com o passar dos tempos, a produção se concentrava em um número menor de empresas, dando início à fase monopolista do capitalismo.

[é] A partir de 1875 certas [que] mudanças no capitalismo internacional se fazem sentir. Novas potências se projetam para o exterior, em especial a Alemanha e os Estados Unidos, e este último país começa a instaurar uma política própria no continente americano, muitas vezes em choque com os interesses britânicos. (MARINI, 2012, p. 49).

As colônias inglesas da América do Norte haviam experimentado um tipo de colonização diferente das colônias ibéricas. Enquanto nessas a ocupação do território por portugueses e espanhóis se deu com as chamadas colônias de exploração, naquelas a colonização foi implementada através de colônias de povoamento.

Enquanto a Inglaterra reinava como a primeira potência imperial do mundo, lentamente e em relativa obscuridade os Estados Unidos iam crescendo. Sua colonização não ocorreu nos moldes mercantilistas comuns ao resto do continente, pois não havia metais preciosos ou especiarias para serem oferecidos à Europa dos reis. Desse modo tornou-se uma colônia de povoamento e não de exploração. (LOPEZ, 1986, p. 103).

Além disso, a coroa inglesa permitiu que suas colônias norte-americanas gozassem de um certo grau de independência econômica para produzir outros bens que não apenas os de subsistência, ou seja, não foram submetidas ao mesmo grau de parasitismo imposto às colônias latino-americanas pelas coroas de Portugal e Espanha.

Em conjunto com um tipo diferenciado de colonização (em relação aos territórios colonizados pelos ibéricos), o processo de construção dos Estados Unidos permitiu que, com o passar do tempo, esse país viesse a se transformar em um imenso mercado industrial e consumidor. A grande expansão territorial levada à cabo pela incorporação (por aquisição) de territórios russos, franceses e espanhóis do Oeste e partes do México (por conquista), transformou os Estados Unidos em um país continental banhado pelos dois maiores oceanos do mundo (Atlântico e Pacífico). E a Guerra da Sucessão, que opôs as burguesias agrárias e industriais (decidida em favor do norte industrial), criou condições para que, no século XX, esse país substituísse a Inglaterra como potência imperialista hegemônica do capitalismo mundial.

Esse imperialismo se manifesta, primeiramente, em relação à América Central e, posteriormente, para toda a América Latina. O objetivo divulgado pelos Estados Unidos para expandir sua influência sobre os territórios latino-americanos era, na realidade, um subterfúgio para ocultar seus verdadeiros interesses de expansão imperialista: "a missão civilizadora, o dever de levar o progresso e a ordem aos povos inferiores" (LOPEZ, 1986, p. 105). "Missão" muito similar àquela que os conquistadores ibéricos, especialmente os espanhóis, entendiam que possuíam: a de evangelizar os povos bárbaros de suas colônias.

Os motivos para essa expansão foram dois: 1) tal qual na Inglaterra, a fase da livre iniciativa estava superada e se iniciava a fase monopolista, o que exigia, para a "manutenção e reprodução do sistema", que o país se tornasse imperialista; e, 2) a possibilidade de expansão interna estava esgotada, uma vez que as suas fronteiras físicas estavam estabelecidas (LOPEZ, 1986, p. 106).

Nesse processo de expansão sobre a América Latina, os Estados Unidos, além de substituir paulatinamente a Inglaterra no cenário econômico regional, ocupou diretamente vários territórios exercendo diretamente, ou em aliança com as elites locais, os governos dos territórios sob intervenção. Esse processo se

aprofunda no decorrer do século XX e para ele contribuem três eventos de grande repercussão mundial: as duas grandes guerras e a grande depressão.

3.3 O SEGUNDO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1914 A 1945)

No período que se estende de 1914 a meados da década de 1950, o sistema econômico capitalista passou por uma série de eventos conjunturais que, somados, refletem uma crise de crescimento: sua passagem da "juventude" para a idade "adulta". Ao mesmo tempo, esse período submete-o a um verdadeiro teste, experimentando sua solidez e articulação interna, através de duas guerras mundiais, dois períodos de reconstrução econômica geral e a diminuição de seu espaço geográfico pela implantação de soluções econômicas alternativas [...]. (REZENDE, 2003, p. 187).

Em sua condição de periferia do mundo e em decorrência de sua dependência econômica dos países centrais, a América Latina não passaria incólume por esses eventos e pelas transformações que eles trouxeram para a economia-mundo. É também nesse período que a substituição dos países centrais europeus, especialmente a Inglaterra, pelos Estados Unidos como potência hegemônica se consolida.

O primeiro dos grandes eventos que mudaram a fisionomia da economia e da política mundial foi a Primeira Guerra Mundial. Essa guerra, que durou mais de quatro anos (1914 a 1918), teve uma forte motivação econômica.

Os países centrais da Europa, em especial a Alemanha, que experimentava um crescimento econômico muito superior aos demais, confrontavam-se na busca por maiores fatias do mercado consumidor mundial e por fontes de matérias-primas. Quando a guerra eclodiu, todos os principais países capitalistas, com exceção dos Estados Unidos e do Japão, que só entraram no conflito em 1917, envolveram-se no conflito que atingiu, inclusive, os territórios coloniais. O resultado para a estrutura produtiva dos países em guerra foi brutal.

No período anterior à Primeira Guerra Mundial, a América Latina experimentou um forte crescimento econômico com implicações positivas e negativas. As positivas são relacionadas ao aumento de sua infraestrutura produtiva (ainda que ligada a produção para o exterior) e uma crescente urbanização. A contrapartida, e o aspecto negativo desse crescimento econômico, foi a especialização em poucos produtos nos quais os países eram mais competitivos (o que os deixou reféns do mercado desses produtos), bem como a concentração da

propriedade rural (pela ausência de política de reforma agrária) e da riqueza, o que levou ao aprofundamento das desigualdades latino-americanas.

Com o advento da Guerra, as economias latino-americanas se viram subitamente privadas da principal fonte de uma grande gama de matérias-primas e produtos, uma vez que seus principais parceiros comerciais eram os países europeus, agora imersos em um conflito devastador. Por outro lado, França e Inglaterra, que antes da guerra recebiam suprimentos militares oriundos da Alemanha, com quem agora estavam em conflito, viram-se sem o acesso a esses que eram imprescindíveis para a manutenção de sua indústria bélica e necessitaram se voltar para outros fornecedores, aumentando sua dependência "com relação à produção especializada da Suíça, Suécia e principalmente dos Estados Unidos" (REZENDE, 2003, p. 192).

Seis são, de acordo com Rezende (2003), as principais consequências da Primeira Grande Guerra. De acordo com o autor, o conflito que devastou a Europa teve como resultados: 1) perda da hegemonia mundial da Europa para os Estados Unidos; 2) ascensão do Japão a condição de potência mundial; 3) desorganização do comércio mundial, devido às perdas das marinhas mercantes; 4) emergência dos movimentos independentistas nos territórios coloniais ainda existentes; 5) surgimento de uma economia orientada por outros paradigmas que não os capitalistas, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; e 6) mudança estrutural do sistema capitalista e alterações territoriais profundas em decorrência dos acordos finais da Guerra.

Para a América Latina, a Primeira Guerra Mundial trouxe efeitos imediatos. O modelo primário-exportador que sustentava suas economias se viu duramente afetado, uma vez que a Europa, principal mercado consumidor dos produtos exportados, teve sua economia voltada para a produção bélica e, embora Inglaterra e França continuassem a comprar alimentos para as tropas, os aliados impediam que a Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (a Tríplice Entente) tivessem acesso a matérias-primas necessárias para seu esforço de guerra.

Outras importantes consequências da guerra foram a alteração das fontes de capitais necessários ao financiamento do processo produtivo e a necessidade de produzir internamente alguns bens cuja origem era, até então, europeia. Os Estados Unidos, cuja estrutura econômica não foi atingida pela guerra, começam a despontar

como um substituto do controle europeu sobre os meios de financiamento do processo produtivo latino-americano.

[A guerra] Em primeiro lugar, levou os países americanos detentores de capital a substituir parte do que não conseguiam mais importar, ou seja, a criar uma rede de indústrias [...] [o que] possibilitou uma entrada cada vez maior do capital estadunidense na região, em substituição ao europeu [...]. (ZANATTA, 2017, p. 108).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, as condições econômicas e sociais da Europa devastada, limita a disponibilidade financeira dos europeus para compras internacionais, focados que estavam na reconstrução do continente. Em fase dessa retração no comércio internacional como decorrência da guerra, os preços dos produtos latino-americanos caem, situação agravada pela depressão econômica que atingiu o mundo em 1920 e 1921.

Las exportaciones de productos primários después de 1913, se enfrentaron a intensas dificultades, antes incluso del desplome de los precios a finales de los veinte. Además de los trastornos relacionados con la primera Guerra Mundial, los exportadores latino-americanos sufrieron una marcada caída de los precios durante la depresión de 1920-1921, cuando la economía mundial se ajustó a las condiciones de tiempos de paz. (BULMER-THOMAS, 1998, p. 189).

O período posterior à Primeira Grande Guerra foi de reconstrução. O sistema capitalista se reestrutura, agora confrontado com a União Soviética, e busca novas formas de retomar o crescimento econômico. Os Estados Unidos, cujo parque industrial não havia sido atingido pela guerra, fortalece-se e se expande, enquanto a Europa, em decorrência da mesma guerra, declina economicamente.

A economia mundial volta a crescer no período do pós-guerra impulsionada pelo aumento da demanda por alimentos nos países europeus e nos Estados Unidos e, também, pela busca por novos mercados para os produtos industrializados estadunidenses. Os reflexos para a América Latina são: aumento da exportação de matérias-primas para a elevação do fluxo de capitais estrangeiros interessados em financiar o aumento da produção local e a importação, pelos países latino-americanos, dos produtos manufaturados que os países centrais produziam.

Como consequência, no decorrer da década de 1920, a economia dos Estados Unidos experimentou grande prosperidade até atingir a posição de principal país do centro econômico capitalista. Essa prosperidade, no entanto, estava acompanhada de sérios problemas que teria implicações no final da década: crescimento da produção com estabilização do número de trabalhadores

empregados, diminuição do valor real dos salários, concentração de renda e diminuição da taxa de lucro.

Esta prosperidade escondia sob a superfície graves problemas estruturais, como a baixa taxa de lucros, alto grau de concentração de renda e razoável nível de desemprego, que quando maximizados dariam origem a uma crise sem precedentes. (REZENDE, 2003, p. 203).

O retorno ao *laissez faire* e o elevado otimismo presente na economia dos Estados Unidos, que levava a uma crescente especulação na Bolsa de Valores de Nova Iorque, aliada a uma produção crescente e a um consumo declinante devido ao desemprego e a concentração de renda, resultaram em desastre.

A 3 de setembro de 1929 a Bolsa de Valores de Nova York atingiu os índices mais elevados que jamais seriam vistos nos vinte anos seguintes, para apenas algumas semanas depois, ser palco da mais devastadora crise que o sistema capitalista passou, através dos desdobramentos que se chamou o crack de Wall Street. (REZENDE, 2003, p. 206).

As consequências sobre a economia-mundo foram devastadoras e a América Latina não passou incólume pela crise. Devido ao seu papel de exportadora de matérias-primas e a grande dependência do dinamismo econômico estadunidense, a região foi fortemente atingida com a estagnação da produção da nova locomotiva do mundo capitalista.

A crise na região "assumiu dimensões catastróficas" (FURTADO, 2007, p. 108) e em "menos de um ano, as exportações latino-americanas caíram 40% [...]" (REZENDE, 2003, p. 217). A chamada Grande Depressão é, então, o segundo grande evento que, alterando a configuração do sistema-mundo, exerceu grande influência sobre a economia da América Latina.

Com efeito, depois de reorganizarem a produção e os mercados, alterados como consequência da crise de 1929, certas economias latino-americanas, que haviam acumulado divisas em quantidades apreciáveis e que se haviam beneficiado da defesa automática do mercado interno provocada pela guerra, pareciam achar-se em condições de completar o ciclo denominado de "substituição de importações" e iniciar, sobre uma base mais firme, a etapa de produção de bens de capital, destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos. (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 9).

A crise de 1929 impôs aos países da América Latina, atingidos com mais ou menos força, dependendo do grau de sua dependência do comércio exterior, profundas transformações em sua economia, que antes desses adventos era voltada para o mercado externo.

As dificuldades de exportação de seus produtos, com a escassez de recursos resultante da Grande Depressão e o protecionismo dos países importadores de *commodities*, colocaram os países latino-americanos diante da necessidade de, para manter sua economia em funcionamento, voltarem-se para a expansão de seus mercados internos.

Na Europa, a crise leva, em vários países (Portugal, Espanha, Itália, Romênia, Bulgária, entre outros), à ascensão do fascismo. E na Alemanha, destroçada pela guerra e humilhada pelo Tratado de Versailles, o surgimento e a tomada do poder político pelo nazismo conduzem a uma nova guerra.

A Segunda Grande Guerra foi o terceiro evento que marcou o século XX e que teve impacto profundo sobre a América Latina. São notórios os efeitos negativos dessa guerra sobre a economia mundial. Houve danos consideráveis em toda a estrutura produtiva, com a escassez de matérias-primas e a indústria que não foi atingida possuía equipamentos obsoletos e a inflação estava em alta.

Logicamente que também houveram alguns efeitos positivos, especialmente fora da Europa, que foi o palco central da guerra. A América Latina se beneficiou da crescente demanda de alimentos e matérias-primas em um mundo em reconstrução, reafirmando seu papel de produtor e exportador de produtos básicos.

A Segunda Guerra Mundial passou, quase que totalmente, ao largo da América Latina, mas suas consequências sobre a região foram mais profundas que as da Primeira Guerra. A região, que no período anterior a guerra vivenciava uma série de governos autoritários, presenciou, influenciada pela guerra aos regimes fascista e nazista, um período de ascensão democrática.

A onda democrática que varreu a região na segunda metade dos anos 1940 não encontrava precedentes na América Latina. Diferentes causas operavam na sua origem e desiguais foram também as formas como se manifestou. Quanto as causas, as econômicas e sociais ocupavam o primeiro lugar. (ZANATTA, 2017, p. 147).

Nas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, a economia da região volta a crescer, mas a matriz produtiva praticamente não se alterou, continuando a ser focada na exportação de matérias-primas, especialmente oriundas do setor agrário.

Outros beneficiados foram (os maiores sem dúvida) a União Soviética e os Estados Unidos. O primeiro pela ampliação de seu território e de sua área de influência. O segundo por ter não ter sido atingido, em seu território, pela guerra, o

que lhe permitiu manter intacto seu parque industrial e assumir, definitivamente, o papel de líder do mundo capitalista.

Dos escombros da Segunda Grande Guerra, emergiu um mundo dividido em dois polos: de um lado, o polo baseado no modo capitalista de produção liderado pelos Estados Unidos; e, de outro, o que se baseava no modo socialista de produção, liderado pela União Soviética.

Iniciou-se, assim, um novo período de confronto, agora não mais diretamente nos campos de batalha, mas no campo ideológico, que dura até 1991, com o fim da União Soviética. Esse período foi denominado de Guerra Fria, com consequências políticas e econômicas na América Latina. A principal consequência política foi o retorno do autoritarismo e o surgimento de diferentes ideias de como superar o subdesenvolvimento e solucionar o problema da desigualdade e da pobreza.

3.4 A GUERRA FRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a América Latina passa por uma série de transformações políticas, que influenciadas pela Guerra Fria surgem no cenário latino-americano.

A Primeira Guerra Mundial, por um lado, representou um golpe nos interesses do capitalismo, na medida em que favoreceu a aceitação do socialismo com alternativa de reconstrução de um mundo devastado. Por outro, entretanto, favoreceu de um modo muito especial a acumulação capitalista nos Estados Unidos, dando a este país uma posição de vantagem definitiva no Ocidente, principalmente porque, não tendo enfrentado o conflito em seu território, não precisou gastar energias com a reconstrução nacional. (LOPEZ, 1986, p. 169).

No decorrer das três décadas que se seguiram ao final da Guerra, após um breve período de ascensão democrática, a região experimenta o surgimento de uma série de ditaduras cívico-militares de orientação capitalista, que reforçam o caráter de dependência e subalternidade latino-americano com relação aos países centrais do capitalismo, em especial, agora, aos Estados Unidos. É nesse período, também, que ocorre a vitória da Revolução Cubana (1959), que instituiu, pela primeira vez na América Latina, um regime de produção de orientação socialista.

A nova disputa pela hegemonia mundial se dava, agora, não mais entre países com modo de produção semelhante. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, os polos de disputa hegemônica eram os Estados Unidos (capitalista) e a

União Soviética (socialista). A América Latina, grande produtora de alimentos e matérias-primas, não ficaria à parte dessa disputa.

Não só a política regional foi fortemente afetada no transcorrer das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, mas economia também passou por transformações. As décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial foram de mudanças na América Latina. Mudanças não só políticas, a exemplo da Revolução Cubana, mas também econômicas, com alguns países que haviam mudado o foco de suas produções para o mercado interno e a busca da industrialização por substituição das importações, voltando a priorizar a produção para atender as necessidades dos países centrais, muitos dos quais estavam em franca recuperação após a guerra.

A fines de la década de 1960 algunos países comenzaron a apartarse del desarrollo hacia dentro y a buscar un nuevo tipo de integración a la economía mundial, sobre la base de exportaciones no tradicionales, incluyendo manufacturas. Este proceso aceleró el paso durante la de 1980 y, al comienzo de la de 1990, en toda a América Latina se había iniciado una nueva era de crecimiento guiado por las exportaciones. (BULMER-THOMAS, 1998, p. 35).

No final da década de 1950 e início da de 1960, começaram a aparecer sinais de que os processos para superar as consequências econômicas da Segunda Guerra Mundial estavam se esgotando. Ao lado dos problemas econômicos e sociais que se avolumavam na América Latina, oriundos de uma economia voltada para as elites sociais, a presença da Revolução Cubana vitoriosa transformou o problema socioeconômico dos países latino-americanos em um problema não só para os governos locais, mas também para os Estados Unidos, que temiam que a deterioração das condições sociais possibilitasse novas soluções “à cubana”, que colocassem em cheque não apenas a hegemonia norte-americana, mas, também, a ordem econômico-social preconizada e defendida pelos Estados Unidos.

Essas transformações na economia e na política latino-americana foram acompanhadas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, pelo surgimento de novas interpretações sobre o subdesenvolvimento ao qual a região estava (e até hoje está) submetida. No transcurso dessas décadas, quatro visões distintas de como a região poderia superar o subdesenvolvimento surgiram: as posições

comunistas da Terceira Internacional⁴, o foquismo baseado na Revolução Cubana, a teoria desenvolvimentista cepalina e a Escola da Dependência.

Os partidos comunistas ligados à Terceira Internacional buscavam interpretar a realidade latino-americana a partir de “uma aplicação mecânica do materialismo histórico e das leis da economia política”, chegando à conclusão de que o Brasil e os demais países da região se encontravam, ainda, em uma fase de relações de produção predominantemente pré-capitalistas e subjugados ao imperialismo estadunidense (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 18).

Em consequência dessa interpretação, os comunistas ligados à Terceira Internacional apontavam como caminho para a superação do subdesenvolvimento, pobreza e desigualdade regional, a necessidade de uma revolução burguesa que possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas, para que, posteriormente, estabelecidas as condições objetivas para tal, se pudesse realizar a revolução socialista numa clara alusão as etapas do desenvolvimento das sociedades humanas apresentadas por Marx e Engels. Como instrumento para atingir esse objetivo estratégico, propunham a realização de alianças políticas entre os trabalhadores e as burguesias locais para se oporem ao “imperialismo estadunidense e [a]o latifúndio feudal” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 19).

O segundo grupo de ideias que apontavam caminhos para a superação da dependência era formado pelos defensores do foquismo. A teoria do foco revolucionário é baseada na forma como a Revolução Cubana se organizou. Em seu livro “A Guerra de Guerrilhas”, Ernesto Guevara de la Sierna, o Che, discorre sobre o processo de construção da guerra revolucionária cubana e apresenta as contribuições que a guerrilha de Cuba deixa aos movimentos revolucionários latino-americanos.

Consideramos que três contribuições fundamentais fez a Revolução Cubana para a mecânica dos movimentos revolucionários na América, são elas:

- 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.
- 2) Nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
- 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. (GUEVARA, 1982, p. 13).

⁴ A Terceira internacional Comunista foi fundada por Lênin como reação ao apoio que os partidos sociais-democratas europeus, membros da Segunda Internacional Socialista, deram aos créditos no início da Primeira Guerra Mundial.

Essas lições rompem com alguns pressupostos do pensamento marxista hegemônico à época e, também, com uma questão central da revolução socialista apresentada por Marx e Engels em “O Manifesto do Partido Comunista”, respectivamente: a necessidade da existência de condições objetivas para a realização da revolução (contribuição 1) e a do proletariado industrial como covão da burguesia (contribuição 2).

De acordo com Traspadini e Stedile (2011, p. 21),

A corrente foquista não tinha uma interpretação teórico-lógica, com começo, meio e fim, sobre a realidade brasileira e latino-americana. Somente se centrava numa espécie de voluntarismo que explicava as duras condições de exploração e opressão a que o povo era submetido pelas burguesias nacionais e internacionais.

Em decorrência dessa ausência de interpretação teórico-lógica, os foquistas propunham a instalação de focos revolucionários que teriam a potencialidade de aglutinar o povo e, com isso, impor às burguesias locais e ao imperialismo uma derrota militar, para depois “fazer as mudanças no Estado, na economia e na sociedade” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 21).

Para os autores, foram três os fatores que impulsionaram o foquismo na América Latina. São eles:

- a) a má interpretação do processo revolucionário cubano, que acabou por levar a um “reducionismo histórico” sobre sua verdadeira natureza;
- b) a expansão do número de países latino-americanos submetidos a ditaduras cívico-militares subalternas aos Estados Unidos; e
- c) o fracasso dos partidos comunistas ligados à Terceira Internacional em manter sua hegemonia no campo da esquerda, o que causou um vácuo na liderança socialista na região.

O terceiro grupo que pensou o desenvolvimento da América Latina foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na mesma época em que surgiram o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Suas concepções eram baseadas na visão de desenvolvimento de Walt Rostow, economista estadunidense que pensava o desenvolvimento como um processo constituído por etapas. Para Rostow, o estágio de desenvolvimento em que se encontrava a América Latina era “uma etapa mais ou menos inicial do processo, que

deveria e poderia ser superada para se chegar ao pleno desenvolvimento" (LOPEZ, 1986, p. 177).

A partir da concepção de desenvolvimento por etapas, a CEPAL buscou construir uma teoria capaz de explicar a realidade latino-americana e encontrar os caminhos necessários para que a região superasse o atraso em que estava mergulhada e atingisse a última etapa descrita por Rostow.

Coordenada por Raúl Prebisch⁵, a CEPAL construiu sua visão sobre o estágio do desenvolvimento da América Latina

a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar - homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais - heterogênea e especializada). (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 22-23).

Teóricos dos países centrais entendiam que, para galgar as etapas do desenvolvimento elaboradas por Rostow, os países subdesenvolvidos deveriam, de acordo com a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, buscar a especialização de suas economias naquilo em que poderiam ter vantagens em relação aos países centrais, para, dessa forma, acumularem os recursos necessários a alavancagem de seu desenvolvimento.

Assim, a América Latina manteria sua estrutura produtiva e sua condição de produtora de matérias-primas e de bens primários a serem exportados para os países desenvolvidos que demandavam esses produtos para a produção de seus parques industriais e importaria, dos países centrais, produtos manufaturados.

A ideia era a de que o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais), incorporado nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio da redução dos preços dos produtos industriais importados. (SOUZA, 2007, p. 156).

Mas os economistas da CEPAL discordavam dessa tese. Para eles, o comércio entre centro e periferia, baseado na teoria ricardiana, trazia desvantagens para os países subdesenvolvidos e tinha a tendência de aumentar, ainda mais, as diferenças entre eles, aprofundando as desigualdades e a pobreza na América Latina.

A CEPAL entendia que as causas da desigualdade entre centro e periferia, do modo de produção capitalista, baseava-se no fato de que os termos de troca eram

⁵ Economista presidente do Banco Central da Argentina.

desfavoráveis aos países desenvolvidos, por que esses exportavam produtos de baixo valor agregado e importavam produtos com alto valor agregado.

Segundo esta teoria, a estrutura do comércio internacional era a causa das desigualdades entre os países centrais e os periféricos do sistema econômico mundial e do fosso que tendia a alargar-se dada vez mais entre uns e outros. Na sua base estava uma constante e progressiva deterioração dos termos do intercâmbio em prejuízo dos países periféricos, portanto, também da América Latina. (ZANATTA, 2017, p. 152).

Essa desvantagem é oriunda do fato de que os produtos industrializados possuem maior tecnologia incorporada do que os produtos primários, resultando em um preço mais elevado dos primeiros em relação ao dos segundos.

a periferia levava uma desvantagem considerável com relação ao centro, nas relações econômicas internacionais, devido à deterioração dos termos de troca de seus produtos. Isso significa que os preços dos produtos do centro, devido à incorporação menor do progresso técnico nos produtos daqueles e maior nos produtos desses. (TRASPADINI; STEDILIE, 2011, p. 23).

Em alternativa à troca baseada na teoria das vantagens comparativas, a CEPAL desenvolveu a ideia de alavancar o desenvolvimento latino-americano através do que ficou conhecido como industrialização substitutiva de importações (ISI). A intenção era permitir que os países periféricos da América Latina pudessem incorporar às suas matrizes produtivas outros setores que não apenas os produtores de matérias-primas e bens primários e, assim, os resultados dos progressos técnicos obtidos não seriam transferidos aos países centrais, mas incorporados ao processo produtivo local, alavancando o desenvolvimento.

A estratégia a ser adotada para que os países latino-americanos se desenvolvessem era composta, de acordo com Prebisch (apud SOUZA, 2007, p. 158), por quatro pontos fundamentais:

(a) compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; (b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para a implantação de infra-estrutura básica; (c) realização de reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e (d) aumento da participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infra-estruturas, como energia, transportes, comunicações etc.

Em que pese a introdução de pontos, como a reforma agrária, a participação do Estado na economia e o planejamento econômico como elementos necessários

para a superação do subdesenvolvimento latino-americano, a CEPAL não se propunha a

"resolver os problemas do capitalismo", como processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda a partir da concentração e centralização do capital. O que a Cepal pretendia era colocar os países da América Latina nos "supostos rumos certos" do desenvolvimento capitalista "menos desigual". (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 24).

Esse papel, o de propor a superação do capitalismo como elemento central para a superação do subdesenvolvimento latino-americano, coube, além dos partidos comunistas ligados à Terceira Internacional e aos adeptos do foquismo, ao grupo que ficou conhecido como Escola da Dependência.

A Escola da Dependência, o último dos quatro grupos surgidos nas décadas de 1950 e 1960, se propõe a discutir a superação do subdesenvolvimento latino-americano e surge em um contexto histórico em que as forças de esquerda estão em refluxo.

Os partidos comunistas estão proscritos em vários países da região e na defensiva em outros. O foquismo está em baixa com o assassinato do Che na Bolívia. A teoria desenvolvimentista da CEPAL não havia conseguido dar respostas práticas para o problema do subdesenvolvimento latino-americano e ditaduras (civis, militares ou cívico-militares) se espalhavam pelo continente. Econômica e socialmente, os aspectos mais perversos das sociedades da periferia do capitalismo se acentuavam com o aumento da concentração da riqueza e da desigualdade social. Segundo Traspadini e Stédille (2011, p. 27-28):

Nesse cenário, ganha importância a iniciativa de um grupo de intelectuais de esquerda, brasileiros, argentinos e mexicanos, a maioria já no exílio, que retoma o debate das características da dependência latino-americana [...].

De acordo com Martins (2011, p. 229):

O paradigma da dependência é desenvolvido por duas matrizes ideológicas distintas: a marxista, que, influenciada pela revolução cubana, pelos limites do desenvolvimentismo na região e pela ofensiva política, social e cultural terceiro-mundista, propõe-se a interpretar a formação latino-americana utilizando o marxismo de forma criativa, libertando-o da visão dogmática dos partidos comunistas. [...] A outra visão da dependência [...] parte das teses cepalinas, ainda que busque subvertê-las, e sofre forte influência weberiana, ganhando também projeção regional e internacional.

Esse grupo constituiu o que veio a ser conhecido como Escola da Dependência. Era, na verdade, mais um espaço de diálogo e debate sobre os

problemas do desenvolvimento e da dependência latino-americana do que propriamente uma escola de pensamento. Isso porque, como já visto, no seu interior coexistem dois grupos com visão diferenciada sobre como ultrapassar o subdesenvolvimento: um de orientação capitalista e outro de orientação marxista.

Mesmo com suas divergências, os dois grupos apresentam uma importante diferenciação na interpretação da realidade latino-americana: a visão de que o desenvolvimento do capitalismo foi o responsável pela divisão internacional do trabalho vigente, na qual desenvolvimento e subdesenvolvimento têm a função de garantir a manutenção do sistema.

[...] a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passara a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 25-26).

[...] o atraso dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (BANBIRRA, 2019, p. 44).

Entretanto, enquanto o primeiro grupo, liderado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, argumentava que era possível superar os problemas existentes na América Latina a partir de uma maior integração ao capital internacional; o segundo defendia que a dependência e o subdesenvolvimento só poderiam ser superados por meio de uma revolução de caráter socialista.

Esse segundo grupo se constituiu na vertente marxista da Escola da Dependência e se desenvolveu a partir do pensamento e das obras de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Ruy Mauro Marini, tendo sido fortemente influenciado por Paul Baran e Andre Gunder Frank⁶ (MARTINS, 2011).

Os marxistas, com base no materialismo dialético e histórico, como método explicativo e de ação transformadora, e na teoria do desenvolvimento do imperialismo, explicavam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda, baseada na superexploração do trabalho. (TRASPANIN; STEDILE, 2011, p. 29).

⁶ Para Traspadini e Stétille (2011), André Gunder Frank fazia parte do grupo que se identificou com a interpretação marxista da dependência. Os autores ainda incluem dentro dos componentes do grupo, Augustin Cueva.

A influência de Paul Baran e Gunder Frank se dá pelo destaque que dão, em seus trabalhos, "à apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos e subdesenvolvidos por meio dos monopólios comerciais, produtivos e financeiros controlados desde os países centrais" (MARTINS, 2011, p. 237).

De acordo com o autor, Paul Baran mostrou que os excedentes gerados nos países subdesenvolvidos seriam "apropriados pelos investimentos estrangeiros e todo o sistema financeiro e comercial organizado em torno deles". Já Gunder Frank "desenvolve uma concepção sistêmica com a qual o mundo se divide em metrópoles e satélites [...] condição determinada pela capacidade positiva ou negativa de se apropriar dos excedentes gerados [...]" (MARTINS, 2011, p. 237-238).

Uma vez que é a apropriação do excedente que define a relação metrópole/satélite (ou desenvolvido/subdesenvolvido) e que o excedente dos subdesenvolvidos é apropriado pelos países desenvolvidos, Marini (2000) desenvolve o conceito da superexploração do trabalho, que é o definidor da dependência da América Latina. Conforme o autor:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2000, p. 131-132).

Já os weberianos entendiam que o capitalismo seguia um processo único que não se alterava e, em consequência, desenvolvimento e subdesenvolvimento eram decorrentes dos processos internos de cada país e não relacionados com o desenvolvimento do capitalismo como sistema internacional, no qual o subdesenvolvimento de uns era condição necessária para o desenvolvimento de outros. Para eles, a principal discussão a ser travada era qual a opção que os países latino-americanos deviam seguir, ou seja,

[...] não se pretendia descrever as contradições das sociedades dependentes, mas sim sua dinâmica, limites e possibilidades. [Para eles] Os padrões de desenvolvimento das sociedades latino-americanas são articulados à dependência. A instância política nacional possui autonomia, mas deve escolher padrões de dominação que gravitem entre o desenvolvimento/dependência, de um lado, e estancamento/autonomia, de outro. (MARTINS, 2011, p. 232).

Assim, enquanto a corrente cepalina vê o subdesenvolvimento a ser superado como sendo uma etapa para o desenvolvimento e a corrente weberiana entende que para se desenvolverem os países da região devem optar por abrirem mão de sua autonomia e se integrarem aos países centrais do capitalismo, a corrente marxista da dependência vê na superação da dependência, via evolução socialista, a saída para que os países latino-americanos atinjam as condições para a superação do subdesenvolvimento em que estão mergulhados.

Neste sentido, a TMD critica a visão evolucionista da CEPAL, segundo a qual a situação de subdesenvolvimento significava uma ausência de desenvolvimento e era uma etapa do processo de desenvolvimento das nações e que um conjunto de políticas calcadas na industrialização seria capaz de levar os países em direção ao grau de desenvolvimento dos países centrais. Também se posicionava criticamente à perspectiva weberiana a respeito da dependência, que via espaço para o desenvolvimento capitalista para os países latino-americanos no interior do modelo de capitalismo dependente-associado (cujo principal expoente foi Fernando Henrique Cardoso). (MATHIAS, 2016, p. 334).

Partindo dessa crítica às visões cepalina e weberiana, a Teoria Marxista da Dependência elabora sua estratégia de superação de subdesenvolvimento fundamentada na concepção de que a relação de dependência implica, necessariamente, que as economias dependentes estão limitadas em sua possibilidade de desenvolvimento socioeconômico pelas condições impostas pela economia a qual se subordina.

Nela [a TMD], a dependência é entendida, em termos gerais, como uma situação em que uma determinada economia está condicionada pela expansão da economia a que está subordinada, o que significa uma relação entre autonomia e heteronomia (relativas, é claro, mas reais), na qual a economia dominante pode se expandir de modo autossustentável, enquanto a economia dependente tem sua expansão condicionada à primeira e sempre no interior dos limites da situação de dependência. (MATHIAS, 2016, p. 335).

É nesse contexto histórico de emergência da Revolução Cubana, do aumento da influência dos Estados Unidos via implementação de ditaduras cívico-militares em todo o continente, de disputa entre diferentes visões sobre como a região pode superar o subdesenvolvimento econômico, a profunda desigualdade social e a pobreza, surgido no interior da Guerra Fria, e dos vários ciclos políticos pelos quais passou a América Latina, que o estudo proposto se desenvolveu. Finalizada esta breve revisão histórica, cabe discutir, resumidamente, as duas questões centrais da pesquisa a ser realizada: pobreza e desigualdade.

4 POBREZA E DESIGUALDADE: AFINAL DO QUE SE TRATA?

A temática da pobreza e da exclusão social latino-americanas tem ocupado acadêmicos e políticos na identificação das causas socioeconômicas e na busca de soluções. Na análise deste fenômeno social perverso, cada vez mais se acentuam os aspectos estruturais – as configurações históricas das estruturas econômicas, políticas e sociais – pondo em destaque os antigos privilegiamentos para alguns setores sociais de um lado e a subalternidade conjugada à marginalização, do outro lado, a tal ponto que se consolida um contexto cultural de normalidade. (PETRY, 2007, p. 01).

A América Latina, como vimos, é uma região onde desigualdade e pobreza são fenômenos que estão presentes desde há muito tempo e em grau muito elevado. Essa situação é oriunda do processo histórico adotado desde a colonização do território pelos impérios português e espanhol em expansão, do modo como ela foi inserida na divisão internacional do trabalho e, também, decorrente das opções e ações dos colonizadores e governantes que constituíram uma região no qual a riqueza socialmente gerada é apropriada de forma extremamente desigual em benefício das elites governantes.

Em um contexto como esse, reveste-se de importância o estudo da desigualdade e da pobreza dela originada e a busca por alternativas que permitam superar a exclusão socioeconômica a que estão submetidos os povos latino-americanos e os países que a formam, visando deixar a condição de subdesenvolvimento em que se encontram.

Inicialmente, é preciso compreender que desigualdade e pobreza formam um ciclo vicioso em que uma se alimenta da outra, gerando uma persistente exclusão social. Romper esse ciclo para permitir a erradicação de ambas é o objetivo dos que entendem que o ser humano e não o capital deve ser o centro das organizações sociais.

Ao longo do tempo, o volume dos trabalhos sobre desigualdade e pobreza tem aumentado, resultando em uma evolução da compreensão sobre o que efetivamente significam, do seu caráter e de que ambas formam um ciclo vicioso em que se reproduzem e que deve ser superado para a obtenção de uma vida digna para todos.

Estando há mais tempo no centro do debate social, inicia-se realizando algumas considerações sobre a pobreza e, a seguir, discute-se a desigualdade, embora essa, segundo alguns autores, seja a origem daquela.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POBREZA

Pobreza não significa uma pequena quantidade de bens, nem é simplesmente uma relação entre meios e fins; acima de tudo é uma relação entre pessoas. Pobreza é um status social... Desenvolveu-se... como uma distinção discriminatória entre classes... (MARSHALL SAHLINS - Economia da Idade da Pedra).

Expressão central da questão social na sociedade contemporânea e alvo de políticas públicas para seu enfrentamento, a pobreza, suas causas e consequências, bem como os métodos para combatê-la, são temas que há muito estão em pauta nos estudos de vários países, em especial, àqueles em desenvolvimento.

Muito embora a questão da pobreza venha sendo estudada no decorrer de várias décadas, o crescente interesse no tema é mais recente. O aumento de trabalhos sobre a pobreza teve, como consequência, o surgimento de novas formas de abordagem e de medição da mesma.

A linha que delimitava pobres e não-pobres, antes fundamentada apenas na renda, ampliou-se passando a considerar aspectos mais amplos que abrangem questões vinculadas a sociedade na qual domicílios e indivíduos se inserem, mesmo que a renda continue a ser considerada um aspecto importante para medir e superar a pobreza.

Os estudos sobre a pobreza se constituíram, ao longo do tempo, como um elemento fundamental para a compreensão da organização das sociedades vigentes nos diversos países do mundo. A ampliação dos estudos produziu farta literatura sobre o tema, bem como disponibilizou uma gama de dados que permitem analisar com profundidade as condições de vida de milhões de seres humanos ao redor do planeta.

Todavia, mesmo que venha sendo estudada ao longo do tempo, é na segunda metade do século XX que os estudos sobre pobreza passam a estar no centro dos debates de desenvolvimento humano. O aumento do interesse no tema passa a ocupar cada vez mais espaço entre os agentes sociais na busca de suas causas e, principalmente, de soluções que permitam erradicá-la

Na análise deste fenômeno social perverso, cada vez mais se acentuam os aspectos estruturais – as configurações históricas das estruturas econômicas, políticas e sociais – pondo em destaque os antigos privilegiamentos para alguns setores sociais de um lado e a subalternidade conjugada à marginalização, do outro lado, a tal ponto que se consolida um contexto cultural de normalidade. (PETRY, 2007, p. 01).

Muitos consideravam, e ainda consideram, a pobreza como sendo uma condição natural do ser humano, condição essa que seria responsabilidade do próprio indivíduo que nela se encontra. Esse indivíduo seria, também, o responsável por sua reprodução e não como uma decorrência das transformações ocorridas, ao longo dos séculos, nos modos de produção pelos quais a humanidade passou.

A centralidade adquirida pelo tema acarretou um aumento dos estudos sobre a pobreza no âmbito de organismos internacionais, no interior de governos e nas universidades, o que levou ao aparecimento de novas maneiras de interpretar e medir a pobreza.

A atual compreensão sobre o que é pobreza surge nos países desenvolvidos como "um alerta de cientistas sociais envolvidos com a problemática da sobrevivência de grupos desprivilegiados", para "situações de privação onde questões de sobrevivência física não estavam em jogo" (ROCHA, 2003, p. 11).

Atualmente, as diversas abordagens sobre o assunto permitem uma melhor compreensão teórica dos problemas que as várias regiões do mundo enfrentam. Além disso, auxiliam na compreensão dos motivos da persistência e das consequências da pobreza para as regiões onde ela se apresenta. Por outro lado, essa diversidade torna mais complexa sua mensuração.

Outro aspecto a ser salientado é que não se pode tratar a pobreza sob uma única ótica. A pobreza assume aspectos diferenciados em diferentes regiões e países (e mesmo no interior destes), pois é preciso considerar questões culturais, geográficas e do desenvolvimento das relações socioeconômicas de cada região analisada.

Essa visão inicial do que seja a pobreza dentro de um contexto específico é indispensável para que possam ser estabelecidas referências que auxiliem na análise e na aplicação de políticas sociais. Portanto, tem-se que, derivada da necessidade de contextualizar a pobreza, não se pode defini-la de uma única forma que seja válida para todos os contextos e regiões. Contudo, é possível afirmar, sem dúvida, que ela está ligada a situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida estabelecido em cada contexto histórico e em cada região (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000).

4.1.1 Pobreza como fenômeno unidimensional

Com o aumento acentuado da quantidade de pessoas pobres ocorrido no início do século XIX, apresentou-se a necessidade de estudar o problema que atingia, especialmente, os países onde a Revolução Industrial estava mais adiantada (MENDOZA ENRÍQUEZ, 2011). Nesse período, a pobreza esteve associada ao conceito de subsistência e relacionada a falta de atendimento do mínimo necessário para a sobrevivência e a reprodução do indivíduo. Dessa forma, era natural que a esse conceito estivesse intrinsecamente ligado o de pobreza como sendo uma questão apenas monetária.

Era considerado pobre, então, aquele indivíduo ou grupo familiar que não possuía condições monetárias suficientes para garantir sua sobrevivência e a dos que dele dependiam. Entretanto, como ressaltam Comim e Bagolin (2002), a questão da pobreza deve considerar aspectos absolutos e relativos, estando esses últimos presentes quando se analisa a pobreza, considerando a situação do indivíduo e os demais componentes da sociedade da qual faz parte.

Quando a análise é realizada em seus aspectos relativos, pobre é aquele indivíduo que se encontra em uma situação tal que, ao compará-lo com outros, verifica-se que ele possui menos do atributo que se está analisando. De forma diversa, quando se analisa a pobreza em seus aspectos absolutos, é necessário fixar um padrão mínimo de atendimento das necessidades dos indivíduos ou comunidades abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres e, após, determinar a quantidade ou o percentual da população que se encontra abaixo do padrão definido (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Qualquer que seja o conceito adotado para analisar a pobreza, absoluto ou relativo, tem-se uma grande quantidade de variáveis a serem consideradas e elas podem estar relacionadas com questões como renda, saúde, educação, saneamento básico e moradia, entre outras.

Dentre as linhas de pobreza conhecidas, a que mais se destaca é a que relaciona pobreza com renda, ou seja, ao analisar o assunto sob uma ótica unidimensional, os pesquisadores optam por trabalhar com a pobreza monetária, seja em seu aspecto absoluto ou relativo, mesmo que seja possível realizar a análise utilizando outra variável, como, por exemplo, as condições de saneamento ao alcance dos indivíduos de uma determinada sociedade.

É natural que em economias contemporâneas, nas quais a maior parte das necessidades dos indivíduos sejam atendidas através do mecanismo das trocas comerciais, o atendimento dessas necessidades se dê através da renda, mesmo que de forma indireta. Tem-se, então, de estabelecer um critério para definir quem é e quem não é pobre. A opção é a construção do que se denomina de linhas de pobreza (ROCHA, 2003).

A pobreza monetária absoluta implica, nesse sentido, no estabelecimento das denominadas linhas de pobreza e de indigência ou pobreza extrema. A linha de pobreza extrema é definida como sendo o valor monetário mínimo que permite ao indivíduo adquirir um rol básico de alimentos que lhe forneça o mínimo de calorias necessárias para garantir sua sobrevivência (ROCHA, 2003). Já a linha de pobreza é definida como o valor que permite ao indivíduo cobrir despesas de moradia, vestuário e transporte, além da aquisição da cesta básica de alimentos.

Já a pobreza monetária relativa estuda o indivíduo inserido na sociedade em que ele vive, ou seja, sob essa ótica é necessário, inicialmente, que se leve em consideração qual o padrão de vida existente em determinada sociedade, para somente então analisar a situação do indivíduo em relação ao conjunto da sociedade (REIS; DALAGASPERINA, 2009).

Fica evidente que, por sua própria definição, a pobreza está intimamente ligada à inexistência de condições de vida adequadas de um indivíduo ou sociedade e, no caso da pobreza monetária relativa, que ela estará presente quando ocorrer o recebimento de baixos rendimentos em relação ao conjunto da sociedade ou da região geográfica com a qual se compara aquela que é estudada.

Mesmo existindo esse componente relativo no conceito de pobreza, a utilização de medidas que não sejam diretamente ligadas à renda percebida pelos indivíduos, classes ou sociedades mais ricas é mais adequada, pois o conceito de pobreza relativa confunde-se com o de desigualdade econômica (HOFFMANN, 2000).

É necessário, portanto, considerar que bens não monetários, como acesso à educação, a cultura, ao saneamento básico e a saúde, também influenciam o bem-estar dos indivíduos. Dessa forma, tratar a pobreza somente como insuficiência de renda é uma visão muito limitada que pode distorcer, por exemplo, a medida de pobreza em áreas rurais, por desconsiderar aspectos como a produção de alimentos para consumo próprio, questão que não está presente em zonas urbanas.

4.1.2 Pobreza como fenômeno multidimensional

Mesmo que a renda tenha permanecido como um importante aspecto para medir e superar a pobreza, os limites – antes estabelecidos apenas por sua utilização – que definiam quem era e quem não era pobre se tornaram mais amplos, passando a incluir outros aspectos vinculados a sociedade na qual os indivíduos estavam inseridos (direitos sociais, políticos e econômicos, habitação, educação e saúde, entre outros). Ou, como diz Codes (2008, p. 7):

Atualmente, o fenômeno tende a ser percebido como uma questão multidimensional e complexa, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados.

Com isso, passa-se a considerar, então, que a pobreza assume aspectos diferenciados em diferentes países (e mesmo no interior destes), pois questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e a cultura local devem, necessariamente, ser consideradas e analisadas ao se desenvolver estudos sobre a pobreza.

Assim, mesmo sendo possível afirmar que a pobreza está ligada a situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida estabelecido em cada contexto histórico (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000), não é possível defini-la de uma única forma que seja válida para todos os contextos e regiões, uma vez que é imprescindível que a necessidade de contextualização da pobreza no tempo e no espaço esteja presente no estudo.

Essa nova forma de enxergar a pobreza (como composta por múltiplas dimensões) deve ser considerada como um avanço para a análise científica relacionada ao assunto, pois ela torna mais ampla a compreensão e os debates sobre o assunto (SILVA; NEDER, 2010). Como resultado dessa ampliação, a construção e a execução de políticas públicas voltadas para a superação da pobreza se tornam mais robustas e efetivas, permitindo, assim, a obtenção de melhores resultados.

A compreensão de que a pobreza é constituída por um caráter multidimensional implica na necessidade de que, ao estudar a temática, os cientistas sociais sejam impelidos a analisar os mais diversos aspectos que impedem, em determinado contexto histórico, o exercício da cidadania plena pelos indivíduos que

compõem a sociedade que se estuda (SILVA; NEDER, 2010). No mesmo sentido, Reis e Dalagasperina (2009, p. 21) afirmam que:

[...] é possível referir que a pobreza se constitui num problema que, historicamente, acompanha a evolução da sociedade, pois, sem dúvida, pode ser detectada em qualquer período histórico, desde a Antiguidade à Contemporaneidade; o que se alteram são as nomenclaturas, as formas de interpretação e de ações para o seu enfrentamento.

Fica evidente que, com o avanço dos estudos sobre pobreza, novas maneiras de perceber do que ela se trata foram ampliando e incorporando a quantidade de variáveis e dimensões possíveis de serem utilizadas nas análises. Como consequência dessa ampliação, ampliou-se, também, a complexidade dos estudos focados na compreensão e busca de construção de políticas públicas que fossem capazes de diminuir ou até mesmo erradicar a pobreza.

Essa abordagem da pobreza, enquanto sendo possuidora de um caráter multidimensional e relativo, entende que só é possível compreendê-la em toda sua amplitude se forem consideradas todas as dimensões que a compõem. Isso quer dizer que o tema da pobreza deve ser analisado a partir de suas múltiplas determinações e de seus múltiplos aspectos e que o estudo deve considerar, sob pena de não possuir a necessária robustez, o contexto histórico em que a sociedade que se estuda está inserida.

Essa visão parte da crítica ao conceito de pobreza unidimensional, por considerá-la reducionista e simplista e por entender que esse conceito não permite que sejam captadas as influências que a presença ou a ausência de bens não monetários têm sobre pobreza.

O que é confirmado pela afirmação de Thorbecke (2005), de que a utilização da renda como indicador da qualidade de vida de um indivíduo ou sociedade apresenta limitações, pois a sua utilização exclusiva despreza importantes e fundamentais dimensões da pobreza, entre elas: educação, liberdade e expectativa de vida.

Uma das formas utilizadas para os estudos da pobreza que leva em consideração seu caráter multidimensional é a abordagem que importa em analisar a partir da abordagem da não satisfação das necessidades básicas dos seres humanos. Essas necessidades básicas não satisfeitas são definidas por Salama e Destremau (2001) como sendo formadas por dois elementos: a) necessidades biológicas, ou seja, aquilo que é considerado como o mínimo necessário para o

consumo dos membros de uma família; e b) acesso aos bens e serviços públicos, ou seja, aqueles que são produzidos e utilizados pela sociedade em conjunto.

As necessidades básicas não satisfeitas definem o conceito de pobreza estrutural, distinto dos conceitos de pobreza e de pobreza extrema, demarcados pela existência de linhas de pobreza e de indigência, respectivamente. Salama e Valier (1977, p. 44) afirmam que “as necessidades básicas não satisfeitas incluem água e esgotos, eletricidade, o hábitat, o nível de educação das crianças, a assistência escolar aos menores, o tempo disponível e o mobiliário do lar”. Pobre é, então, aquela pessoa que não tem atendida, no mínimo, uma das variáveis que definem a pobreza estrutural.

Para Rocha (2003), as necessidades básicas são as que têm relação direta com a sobrevivência física das pessoas. Para a autora, ao adotar essa visão de pobreza, torna-se possível definir as necessidades básicas, levando em consideração quais são as condições presentes em cada sociedade específica que esteja sendo estudada.

Existem aspectos comuns à adoção das necessidades básicas não satisfeitas e das linhas de pobreza, mas apesar disso não é correto confundir os conceitos (ROCHA, 2003; SALAMA; VALIER, 2001). No primeiro caso, considera-se a situação na qual se encontram os indivíduos, enquanto que no segundo é possível estabelecer objetivos e medições para o conjunto da sociedade. Outro aspecto considerado é que a opção pelo conceito de pobreza estrutural implica a não utilização da renda como “indicador-chave” da pobreza (ROCHA, 2003).

Ao adotar como base o conceito de necessidades básicas não satisfeitas, torna-se possível a ampliação do conceito de pobreza, ultrapassando-se, dessa forma, a concepção de relacioná-la direta e unicamente com a insuficiência de renda, concepção essa que considera pobres as pessoas e as famílias que não possuem suficiente renda que as permita adquirir, no mercado, os bens e serviços mínimos para sua reprodução, como mão de obra.

Essa abordagem, a da pobreza pela ótica das necessidades básicas não satisfeitas, compõe um método de avaliação da pobreza que permite sua quantificação, sua medição, facilitando que as políticas públicas empregadas para combatê-la sejam acompanhadas pelos agentes públicos e sociais responsáveis pela sua implementação.

Uma outra metodologia para o estudo da pobreza foi elaborada pelo economista indiano Amartya Sen. Parte-se da crítica que ele faz aos estudos que definem a pobreza como fenômeno unidimensional, pois Amartya Sen está entre os que primeiramente elaboraram a visão de pobreza multidimensional chamada de Abordagem das Capacitações (SEN, 2000).

De acordo com o autor, analisar a pobreza apenas sob a ótica da renda implica uma série de limitações, uma vez que não considera aspectos não monetários que contribuem para a situação de pobreza do indivíduo. Barden (2010) destaca que, além de Amartya Sen, Martha Nussbaum coopera de maneira importante para a construção da abordagem das capacitações.

Esses dois autores – Sen e Nussbaum – possuem opiniões muito próximas a respeito de quais sejam as perspectivas éticas para o pleno exercício das capacitações pelos indivíduos e, também, como qual a importância que deve ser atribuída, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, às liberdades políticas e às capacitações. Todavia, enquanto Sen (2000) tem como centro de análise aquilo que os indivíduos têm capacidade de fazer ou de vir a ser, Nussbaum (2000) parte de uma lista predefinida do que seriam as capacitações mínimas que devem estar presentes em todas as constituições nacionais, dando-lhes, dessa maneira, uma característica mais prática e operacional (BAGOLIN; PORSSE, 2004).

De acordo com a abordagem das capacitações, tanto a fundamentada na visão de Amartya Sen, quanto na de Martha Nussbaum, a pobreza está diretamente relacionada à liberdade individual. Se o indivíduo é impedido, de alguma maneira, de viver uma vida com qualidade, ele é considerado pobre.

A partir da concepção da abordagem das capacitações, luta contra a pobreza, então, deve ter como objetivo a ser atingido o pleno exercício da liberdade individual, através da qual as pessoas se tornarão capacitadas para buscar uma vida melhor, com menos privações. Sen (2000) não nega que a renda baixa seja uma das principais causas da pobreza, pois a escassez ou ausência dessa leva ao comprometimento das possibilidades dos indivíduos de auferir capacidades, mas ele dá ênfase, entre outras capacidades, a algumas que considera fundamentais: ter uma vida longa, possibilidade de reprodução, acesso à saúde, aquisição de conhecimento, liberdade de expressão e de pensamento.

A abordagem das capacitações foi utilizada como base para que a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), elaborasse seus estudos sobre pobreza. De acordo com o PNUD (1997, p. 17), “o desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas aos indivíduos, assim como a elevação do nível de bem-estar alcançado” e a pobreza implica que “se negam as oportunidades e opções mais fundamentais de desenvolvimento humano” ao indivíduo (PNUD, 1997, p. 17).

Partindo, então, do entendimento de que o desenvolvimento é um processo, tem-se que o mesmo é passível de alterações no decorrer do tempo e que as condições de pobreza – enquanto negação do desenvolvimento humano – são diferentes em sociedades distintas e, portanto, modificam-se com o passar do tempo e de acordo com as características de cada sociedade que se analisa. No entanto, o desenvolvimento humano, para o PNUD (RDH, 1990), engloba necessariamente algumas dimensões que os indivíduos valoram, entre elas a liberdade política, econômica e social, confirmando, assim, que o desenvolvimento humano, tal qual a pobreza, é possuidor de um caráter multidimensional.

Um aspecto que, necessariamente, deve ser destacado na concepção do PNUD é de que programa da ONU não estabelece que o desenvolvimento humano não depende, diretamente, do crescimento econômico. Mesmo considerando que a elevação das condições materiais é importante para que as necessidades da população possam ser atendidas seja fruto do crescimento econômico, o desenvolvimento, ou seja, o atendimento dessas necessidades está relacionado à forma como o produto do crescimento é apropriado pelo conjunto da sociedade.

As abordagens multidimensionais da pobreza compravam ser, analiticamente, mais robustas que as abordagens unidimensionais, uma vez que, para além de realizar a medição da pobreza, buscam entender como o fenômeno da pobreza se constitui e quais os caminhos para superá-la. Dessa forma, é através das análises feitas a partir de análises multidimensionais que podem ser construídas políticas públicas realmente eficazes para superar a condição na qual se encontram milhões de seres humanos em todas as regiões do mundo, especialmente naquelas em desenvolvimento.

As visões multidimensionais de pobreza descritas têm como fundamento o fato de que a renda não é a única variável que deva ser utilizada para analisar a pobreza, mas que essa é uma composição de vários fatores que não podem ser

desconsiderados se, efetivamente, se quiser propor políticas sociais capazes de superá-la.

Contudo, mesmo compreendendo que a pobreza não se restringe apenas à escassez de renda, não se pode entendê-la como consequência de uma suposta ordem natural, mas sim que a pobreza é resultado de como as sociedades se organizam em cada período histórico e das opções que as elites governantes de cada uma dessas sociedades tomaram ao longo do tempo.

Outra percepção é de que a pobreza não é fruto somente das sociedades que se organizaram sob o modo capitalista de produção, mas que mesmo tendo se acentuado nessas, já estava presente em sociedades pré-capitalistas, embora como consequência de processos diferenciados. Enquanto nas primeiras, a pobreza decorre de uma produção insuficiente para atender as necessidades dos indivíduos que compõem a sociedade, nas segundas ela é consequência das relações sociais vigentes entre os donos dos meios de produção (os capitalistas) e os donos da força de trabalho (a classe trabalhadora).

Em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Já nas sociedades capitalistas:

[...] a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio. (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279).

Isso significa que é com a introdução do modo capitalista de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas que ele propicia e com o processo de exploração da força de trabalho através da extração da mais-valia que surge um novo tipo de pobreza derivada, não mais da simples escassez de produtos, mas da forma como a riqueza gerada é apropriada pela sociedade.

Na sociedade capitalista, de maneira diversa do que ocorria nas sociedades que a antecedeu, é a acumulação e a concentração da riqueza produzida que gera a desigualdade e a pobreza dela decorrente e não é a escassez de produtos a consequência do pouco desenvolvimento dos meios de produção.

Em todas as sociedades que antecederam a capitalista, as classes sociais subalternas que nelas existiam ascenderam a uma condição "melhor" quando o modo de produção existente foi substituído por outro mais avançado. Somente na baseada no modo capitalista de produção isso não ocorre. De acordo com Marx e Engels (1998, p. 19), nas sociedades até então existentes⁷:

O servo evoluiu, no interior da própria servidão, até tornar-se membro da comuna, assim como o pequeno-burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevou-se à categoria de burguês. O operário moderno, ao contrário, ao invés de ascender com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.

Ou seja, no modo capitalista de produção é o próprio desenvolvimento da sociedade que gera desigualdade e pobreza. Dessa forma, o processo de desenvolvimento da América Latina acompanha essa lógica, uma vez que a região, como se viu, foi incorporada ao sistema de divisão internacional do trabalho como fornecedora de matérias-primas e entrou no período de independência política ao mesmo tempo em que os países centrais europeus experimentaram a introdução do modo capitalista de produção com a Revolução Industrial.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE

A grandeza de uma nação não é medida pelo volume dos recursos naturais extraídos ou pela quantidade de riqueza socialmente produzida, mas pela justa repartição de forma a assegurar o bem comum. (ANTÔNIO DAVID CATTANI - Riqueza e Desigualdade na América Latina).

Mesmo tendo iniciado mais tardiamente que a discussão sobre a pobreza, a discussão a respeito da desigualdade se encontra hoje do mesmo modo que aquela, no centro dos debates sobre o desenvolvimento humano.

A partir da segunda metade do século XX, o debate social passa a ser reformulado e é colocado em evidência "o espectro bem conhecido do maior de nossos males, seja na América Latina, seja no Brasil: a desigualdade, cujo recrudescimento avança em marcha acelerada" (COBO et al., 2014, p. 14).

Entretanto, quando se estuda desigualdade, deve-se responder a mesma pergunta presente nos estudos sobre pobreza: afinal do que se trata?

⁷ O Manifesto do Partido Comunista foi publicado pela primeira vez em 1848.

A desigualdade, assim como a pobreza, é composta de múltiplas dimensões e, como consequência, estudar a desigualdade é tão complexo quanto estudar a pobreza multidimensional, pois estão presentes, também, uma multiplicidade de variáveis a serem analisadas. Um fator importante a ser considerado é que quando se refere à desigualdade, está implícita a referência à maneira como algo está distribuído seja entre indivíduos isolados, grupos de indivíduos ou sociedades.

Está presente, então, a necessidade de se fazer uma diferenciação entre desigualdade de renda e desigualdade de bem-estar, mas deve-se levar em conta a dificuldade de mensurar o bem-estar, pois "vários estudos o tratam como sinônimo de renda" (MEDEIROS, 2012, p. 27).

Amartya Sen adverte, no entanto, que a desigualdade é bem mais do que isso. A existência de uma multiplicidade de espaços de diversidade entre os indivíduos têm de serem considerados quando se estuda desigualdade.

As vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser vistas em muitas perspectivas diferentes, envolvendo diferentes focalizações [...] e o problema da avaliação da desigualdade depende da seleção do espaço em que a igualdade vai ser apreciada. (SEN, 2008, p. 147).

Esse é o mesmo conceito que a ONU, através do PNUD, utiliza quando realiza seus estudos sobre desenvolvimento humano, como pode ser verificado no RDH⁸ Regional para a América Latina e o Caribe de 2016, onde o programa afirma que:

El enfoque del desarrollo humano consiste precisamente en la ampliación de las opciones de las personas, captando no solo la riqueza material y de ingresos, sino también la riqueza de la vida humana. (PNUD, 2016, p. iv).

A desigualdade socioeconômica deve ser considerada como uma violação ao principal dos direitos, que é o direito à vida. Uma sociedade só pode ser considerada desenvolvida quando analisada sob o marco da conquista, garantia e ampliação do direitos humanos que ela, ao longo do tempo, ampliou e consolidou. Nesse sentido, a igualdade e sua contraposição, a desigualdade, são fenômenos multidimensionais situados no espaço e no tempo, sendo, portanto, resultados da ação dos homens, em especial das elites governantes no decorrer dos processos históricos percorridos pelas sociedades até chegar a situação em que se encontram na atualidade.

⁸ Relatório de Desenvolvimento Humano.

Compreender que a injusta repartição da riqueza como sendo determinada, gerada e reproduzida por um complexo processo histórico, portadora de uma natureza multidimensional e que não pode ser entendida como apenas insuficiência de renda, pois compõe-se, também, da dificuldade a serviços básicos, ao trabalho à informação etc., é fundamental para que se possa buscar a construção de uma sociedade mais justa e humanizada. É de fundamental importância ter em mente que as escolhas de uma sociedade e, conseqüentemente, o caminho de desenvolvimento socioeconômico por ela percorrido foi o que possibilitou que poucos, em detrimento de muitos, se apropriassem da riqueza.

Dessa forma, desigualdade e pobreza devem ser vistas como conseqüências das ações dos homens, ações essas cuja origem está fundamentada na visão de mundo de que são possuidores e não um produto da evolução da humanidade que não pode ser evitado. Essa percepção está presente em Atkinson (2015, p. 25), quando ele afirma que "O progresso tecnológico não é uma força da natureza, porém, reflete decisões econômicas e sociais." Essa visão é corroborada por Joseph Stiglitz que, na introdução de sua obra *O Grande Abismo*, diz:

O alarmante desnível social nos Estados Unidos não é inevitável, tendo em vista não ser o resultado de inexoráveis leis econômicas. Trata-se de uma questão política e de políticos. (STIGLITZ, 2016, p. xii).

Esse conceito é plenamente aplicável ao caso da América Latina, pois como já se viu, a forma como o território foi ocupado pelos colonizadores espanhóis e portugueses, bem como a conseqüente maneira como a região teve sua inserção na divisão internacional do trabalho, teve como resultado um determinado processo de desenvolvimento onde, evidentemente, a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos, mas devido a rapinagem sofrida nos tempos coloniais e da desigual distribuição desses na atualidade.

Como se viu, a desigualdade, assim como a pobreza, é um fenômeno social que deve ser situado no espaço e no tempo e que resulta de processos históricos complexos percorridos pelas sociedades humanas, processos esses que levam a uma repartição injusta da riqueza socialmente produzida. É necessário, então, que se compreenda o processo pelo qual a riqueza é criada para que se possa fundamentar a afirmação feita.

O trabalho é o elemento fundamental para a criação da riqueza. Vários autores vão mais além, considerando que ele é, na realidade, o que nos define como humanos. Segundo Leite (2017, p. 79):

O trabalho tem sido essencial para a evolução do ser humano. Através das mudanças tecnológicas é possível verificar uma adaptação do homem sobre alguns desafios da natureza. O trabalho tem ajudado o homem a ampliar suas habilidades e melhorar o bem estar de uma sociedade. O trabalho está na base da atividade econômica e social de uma sociedade. Na sociedade capitalista atual, por exemplo, é com o trabalho que se criam as mercadorias que constituem a riqueza de uma sociedade.

Mesmo percebendo que a evolução do ser humano tem o trabalho como um elemento fundamental, é necessário compreender que é a própria condição de ser humano que deriva do trabalho. Não fosse pelo trabalho, não teriam os pré-humanos evoluído e alcançado a condição de humanos e, como consequência, não teriam se organizado em sociedades onde seria possível criar riqueza a partir de sua relação com a natureza. De acordo com Engels (apud LEITE, 2017, p. 80):

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

A visão de que o trabalho é o elemento necessário e central para a geração de valor e, em consequência, para a geração da riqueza não é uma visão surgida na atualidade. Adam Smith, David Ricardo e Marx, mesmo não tendo sido os pioneiros dessa concepção, foram os que primeiramente sistematizaram a importância do trabalho como elemento central da criação do valor.

Embora Smith e Ricardo, tenham anteriormente a Marx identificado esta centralidade, foi o último que identificou o mecanismo pelo qual o trabalho gera valor e, também, a desigualdade.

Marx (1983 apud NETTO; BRAZ, 2012, p. 43-44) define o trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...]. Pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto [...] comum a todas as suas formas sociais.

Essa uma afirmação é bastante clara. Os seres humanos somente podem viver e satisfazer suas necessidades básicas através do trabalho. Naturalmente, se os frutos do trabalho não são justamente distribuídos na sociedade, o resultado que se obtém é a desigualdade.

O trabalho, então, é condição para a existência do ser humano e para sua organização em sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do ser social, uma vez que é a partir do trabalho que se produz a riqueza social que, se injustamente distribuída, reproduz e aumenta a desigualdade. Se, então, é o trabalho que gera a riqueza social e a injusta distribuição dessa é a causa da desigualdade, é necessário identificar em qual momento histórico isto aconteceu.

Lukács (1981 apud LEITE, 2017, p. 80) afirma que:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Pode-se concluir, então, que em espaço temporal da relação homem/natureza ou modo de produção, permitiram o aparecimento de condições objetivas para que a desigualdade passasse a ser parte integrante das sociedades humanas. A natureza com a qual os homens necessariamente se relacionam pode ser descrita como sendo

[...] o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza **inorgânica**) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza **orgânica**). A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma "dupla natureza" - de fato, a natureza é uma **unidade**, articulando seus diferentes níveis numa **totalidade complexa**. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 47 - grifo nosso).

O homem, então, se relaciona com outros e com o meio em busca de sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, é parte integrante dessa totalidade complexa. Essa relação homem/natureza é denominada de modo de produção. Um modo de produção é "o conjunto das forças produtivas e as relações de produção numa fase historicamente determinada do desenvolvimento da sociedade humana" (POPOV, 1984, p. 13).

O desenvolvimento das sociedades humanas e o próprio desenvolvimento social do homem é descrito por Marx como uma sucessão de modos de produção: o comunismo primitivo, o escravista, o feudalismo e o capitalista que, por sua vez, seria sucedido pelo modo de produção socialista ou comunista. O modo de produção das comunidades primitivas é assim descrito por Marx (1986 apud COLAO, 2006, p. 154-155):

Temos uma unidade original, entre uma forma específica de comunidade, ou unidade tribal, e a propriedade natural relacionada com ela, ou, o que dá o mesmo, a relação com as condições objetivas de produção, tal como existentes na natureza, como o ser objetivo do indivíduo mediado pela comunidade. Ora, esta unidade que, em certo sentido, mostra-se como a forma particular de propriedade, tem sua realidade viva num modo de produção específico e este modo mostra-se, igualmente, como o relacionamento de indivíduos uns com os outros e como seu comportamento cotidiano, específico, frente à natureza inorgânica, seu modo específico de trabalho (que sempre é trabalho familiar e muitas vezes comunal).

Pode-se concluir, então, que se o trabalho é coletivo (familiar ou comunal), os meios de produção e o resultado do processo produtivo são, por sua vez, comuns também. Assim, não há desigualdade social. A desigualdade existente é resultado das diferenças próprias dos indivíduos.

O homem primitivo, embora muito forte fisicamente, era fraco e impotente perante a natureza circundante. Dispondo apenas de pedras e paus, os homens primitivos eram obrigados a caçar os animais selvagens em grandes grupos. A presa dividia-se por igual entre todos. (POPOV, 1982, p. 14).

Mas não só o produto da caça era igualmente dividido entre os grupos humanos. O mesmo se dava com os alimentos coletados da natureza. Buscando se proteger de possíveis ataques de animais ou de outros grupos humanos, a coleta era realizada coletivamente, em geral próximo dos abrigos que, também, eram comuns e, assim como os produtos da caça, eram rapidamente consumidos não restando sobras ou excedentes. Nesse período histórico, os meios de produção também eram comuns, devido as extremas dificuldades de sobrevivência que enfrentavam os grupamentos humanos.

[...] os frutos do trabalho humano eram extremamente escassos e as condições de vida muito duras. O homem empregava todas as suas forças na obtenção dos meios necessários à vida. Ao longo de muitos séculos, o trabalho humano não criou (e não podia criar) nenhum produto suplementar (além do necessário à manutenção da vida). Nestas condições ninguém podia viver à custa do trabalho dos outros. [...]. Existia a propriedade comunitária sobre a terra, não havia propriedade privada dos meios de

produção, um grupo de pessoas não podia explorar outro grupo, não existia a divisão dos homens em classes. (POPOV, 1982, p. 14).

Aparece, aqui, o elemento fundamental da inexistência da desigualdade nesse período da história humana: a escassez derivada das duras condições a que estavam submetidos os grupos humanos. A sua enorme dependência do que a natureza lhes proporcionava e os meios de produção rudimentares não permitia que o trabalho humano fosse apropriado de forma privada, pois isso poderia pôr em risco a sobrevivência do grupo.

É o desenvolvimento dos meios de produção (em especial dos instrumentos de trabalho) que permitem ao homem estabelecer uma nova relação com a natureza. A evolução dos instrumentos de trabalho permitiu que alguns animais fossem capturados e domesticados e que a coleta de vegetais fosse substituída pela agricultura.

À medida que se desenvolviam as forças produtivas e, em primeiro lugar, os instrumentos de trabalho, aumentava o poder do homem sobre a natureza. Começava o processo de **divisão social do trabalho**. O desenvolvimento gradual dos instrumentos de trabalho e dos processos de obtenção dos meios de subsistência conduziu, com o tempo, à transformação radical do modo de produção. (POPOV, 1982, p. 15 - grifo nosso).

A desigualdade social surge, então, a partir do momento em que o homem domestica a natureza e passa, com seu trabalho, a gerar um excedente de produção, ou seja, no momento em que as relações homem/natureza se transformam e surge a divisão social do trabalho.

Em decorrência do surgimento do excedente de produção, a escassez diminui e os frutos do trabalho podem passar a ser acumulados. Dessa forma, a divisão do trabalho, que antes era simples (entre caçadores – em geral, os homens – e coletores – em geral, as mulheres – que também cuidavam da prole e preparavam os alimentos) se acentua, o trabalho se torna mais especializado e, em consequência, as sociedades humanas primitivas passam a distribuir as tarefas necessárias à sua sobrevivência de acordo com as capacidades de seus integrantes, dando início ao processo de separação da sociedade em classes (NETTO; BRAZ, 2012).

Ou seja, foi em decorrência das novas condições objetivas da relação homem/natureza e homem/homem, isso é, no período de transição da sociedade primitiva para a sociedade de classes, que o trabalho humano passou a produzir

mais do que o necessário para a sua sobrevivência, o que tornou a produção e o consumo coletivos desnecessários.

Dessa forma, pode-se afirmar que a desigualdade social é um produto da sociedade de classes e ela surge nas organizações sociais pré-capitalistas, mas que sob o capitalismo se amplia e se torna mais complexa, adquirindo um caráter multidimensional.

A desigualdade se amplia sob o modo capitalista de produção, pois é nele que deixa de ser consequência da escassez para ser uma decorrência da apropriação dos meios de produção, da injusta distribuição do produto do trabalho e da, cada vez maior, concentração da riqueza socialmente produzida em mãos de poucos. As novas relações sociais estabelecidas no capitalismo, pautadas pela divisão social do trabalho, aumentam a apropriação privada do excedente, fato que mantém, reproduz e eleva a desigualdade.

No modo capitalista de produção, a desigualdade social é uma característica que não pode ser eliminada, uma vez que a reprodução do capital se embasa na acumulação do mesmo, ou seja, a acumulação e a concentração dos meios de produção é inerente ao sistema capitalista. Tem-se, então, que a desigualdade é produto da organização social e das relações estabelecidas nessa organização.

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural. (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 7).

Na América Latina, região de profunda desigualdade social e persistente pobreza, as relações sociais estabelecidas desde a colonização realimentam esses dois fenômenos. Tendo sido incluída na divisão internacional do trabalho já no decorrer de uma sociedade dividida em classes e encontrado sua independência política no momento em que o capitalismo se consolidava e expandia com o advento da Revolução Industrial, associada as estruturas de exploração do território herdadas da colonização, a América Latina não tinha como não reproduzir essas relações sociais.

Desigualdade e pobreza atingiram, na região, patamares elevados, impulsionadas pela dependência que os países que a compõem possuem em relação aos países centrais do capitalismo.

Como um ciclo vicioso, desigualdade, pobreza e exclusão social se retroalimentam, mas o ponto de partida é a desigualdade, uma vez que ela é que impulsiona a concentração dos meios de produção e dos resultados do processo produtivo.

Desigualdade e pobreza são processos dependentes porque interagem. Um aumento de desigualdade, na maioria das vezes, implica aumento da pobreza. Mas a diminuição da desigualdade não garante uma melhora nos indicadores de pobreza, podendo ocorrer uma redistribuição de renda entre os setores ricos. (DEMO, 2003, p. 291).

Não basta, então, apenas propor o crescimento econômico *a priori* para que posteriormente a desigualdade e a pobreza diminuam ou sejam eliminadas, pois

uma simples descrição histórica do crescimento econômico registrado por vários países da região mostra que este não se traduziu em uma significativa diminuição da pobreza, pela simples razão de que o estoque de bens é tão desigualmente distribuído, que seus efeitos estruturais tendem a concentrar inercialmente os lucros em grupos reduzidos da população. Essa realidade condiciona qualquer objetivo de se conseguir uma redução significativa da pobreza e consolida - quando não aumenta - uma desigualdade ímpar no mundo inteiro. (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 8).

Percebe-se que as desigualdades sociais não são fenômenos recentes na América Latina, mas que estão presentes desde o período colonial e que se mostram persistentes e consistentes ao longo de nossa história. As atuais desigualdades sociais estão intimamente ligadas a raiz histórico-estrutural da região.

Assim, estudar o crescimento econômico da região e buscar suas ligações com a desigualdade e a pobreza é um caminho importante a ser trilhado se o objetivo é a superação desses dois fenômenos que constituem um ciclo vicioso que impedem, de forma irreversível, o desenvolvimento independente dos povos latino-americanos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados junto as fontes (Banco Mundial, PNUD e CEPAL) permitiram que se observasse o comportamento das variáveis utilizadas no trabalho. As observações das informações sobre distribuição da população, comércio exterior, crescimento econômico, educação, saúde e renda possibilitaram que se identificassem as tendências de cada uma das variáveis no período de tempo abrangido para cada um dos países estudados e para a América Latina. Inicialmente, apresenta-se a análise gráfica dos dados para, a seguir, ser apresentada a análise de dados em painel.

5.1 ANÁLISE GRÁFICA

5.1.1 Características gerais da população da América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015

Para uma análise inicial, optou-se por apresentar algumas características gerais da população latino-americana, como sua distribuição por gênero, a situação dos domicílios (se urbanos ou rurais), a população economicamente ativa e o desemprego. O objetivo foi compreender como essa população evoluiu no decorrer do período de tempo amostral e como essa evolução impactou na força de trabalho da região.

A população latino-americana era formada, em 1990, por um total de 435.091.289 pessoas e atingiu, em 2015, 619.819.508 indivíduos, um crescimento, portanto, de 42,46%, ou seja, mais de 180 milhões de habitantes no transcurso dos 25 anos analisados.

A Tabela 5 apresenta os dados populacionais para os países da América Latina e permite observar a existência de dois países que podem ser considerados *outliners* (Brasil e México), que por suas dimensões territoriais e numerosa população influenciam na elevação da média e do total populacional da região.

Os países que mais contribuíram percentualmente para esse crescimento foram Honduras (80,83%) e Guatemala (75,44%). Como contraponto ao crescimento percentual desses dois países, Cuba foi o que apresentou o menor crescimento percentual da população (8,31%), seguida pelo Uruguai (10,34%). Mesmo sendo o

país que teve o maior crescimento populacional absoluto da região, com um aumento de 56.609.963 habitantes a mais, o Brasil, percentualmente – crescimento de 37,90% –, ficou abaixo da média latino-americana.

Tabela 5: Evolução da população nos países da América Latina (1990 a 2015) – milhões de habitantes

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	32.729.739	34.994.814	37.057.452	39.145.488	41.223.889	43.417.765
Bolívia	6.856.244	7.566.714	8.339.512	9.125.409	9.918.242	10.724.705
Brasil	149.352.145	162.296.612	175.287.587	186.917.361	196.796.269	205.962.108
Chile	13.242.132	14.296.613	15.262.754	16.147.064	16.993.354	17.762.681
Colômbia	34.271.565	37.441.977	40.403.958	43.285.634	45.918.097	48.228.697
Costa Rica	3.095.995	3.510.926	3.925.443	4.247.841	4.545.280	4.807.852
Cuba	10.582.081	10.906.043	11.150.736	11.284.253	11.333.051	11.461.432
Rep.Dominicana	7.183.647	7.892.423	8.562.622	9.237.566	9.897.985	10.528.394
Equador	10.218.091	11.440.583	12.628.596	13.735.233	14.934.690	16.144.368
El Salvador	5.254.984	5.611.115	5.867.626	6.028.961	6.164.626	6.312.478
Guatemala	9.263.813	10.408.489	11.650.743	13.096.028	14.630.417	16.252.429
Haiti	7.099.732	7.819.806	8.549.200	9.263.404	9.999.617	10.711.061
Honduras	4.955.328	5.709.051	6.524.283	7.373.430	8.194.778	8.960.829
México	85.357.874	94.045.579	101.719.673	108.472.228	117.318.941	125.890.949
Nicarágua	4.144.565	4.612.228	5.026.796	5.379.328	5.737.723	6.082.035
Panamá	2.471.009	2.739.730	3.030.347	3.330.465	3.643.222	3.969.249
Paraguai	4.213.742	4.760.850	5.302.700	5.795.494	6.209.877	6.639.119
Peru	21.826.658	24.038.760	25.914.879	27.610.410	29.373.646	31.376.671
Uruguai	3.109.989	3.224.804	3.321.245	3.325.612	3.374.415	3.431.552
Venezuela	19.861.956	22.188.667	24.488.340	26.784.161	29.028.033	31.155.134
Média	21.754.564	23.775.289	25.700.725	27.479.269	29.261.808	30.990.975
Pop(T)_total	435.091.289	475.505.784	514.014.492	549.585.370	585.236.152	619.819.508
Pop(T)_min	2.471.009	2.739.730	3.030.347	3.325.612	3.374.415	3.431.552
Pop(T)_max	149.352.145	162.296.612	175.287.587	186.917.361	196.796.269	205.962.108

Fonte: elaborada pelo autor.

Durante os três primeiros períodos, o Panamá foi o país menos populoso dentre os analisados na América Latina, posição essa que deixou de ter após ultrapassar o número de habitantes do Uruguai, que se manteve como o menos populoso dos três períodos finais da análise.

Mesmo com essas variações, a população latino-americana apresentou um padrão de crescimento constante e sem oscilações no decorrer do período analisado, mesmo que impulsionada pelos dois maiores países em termos populacionais, Brasil e México (Gráfico 1).

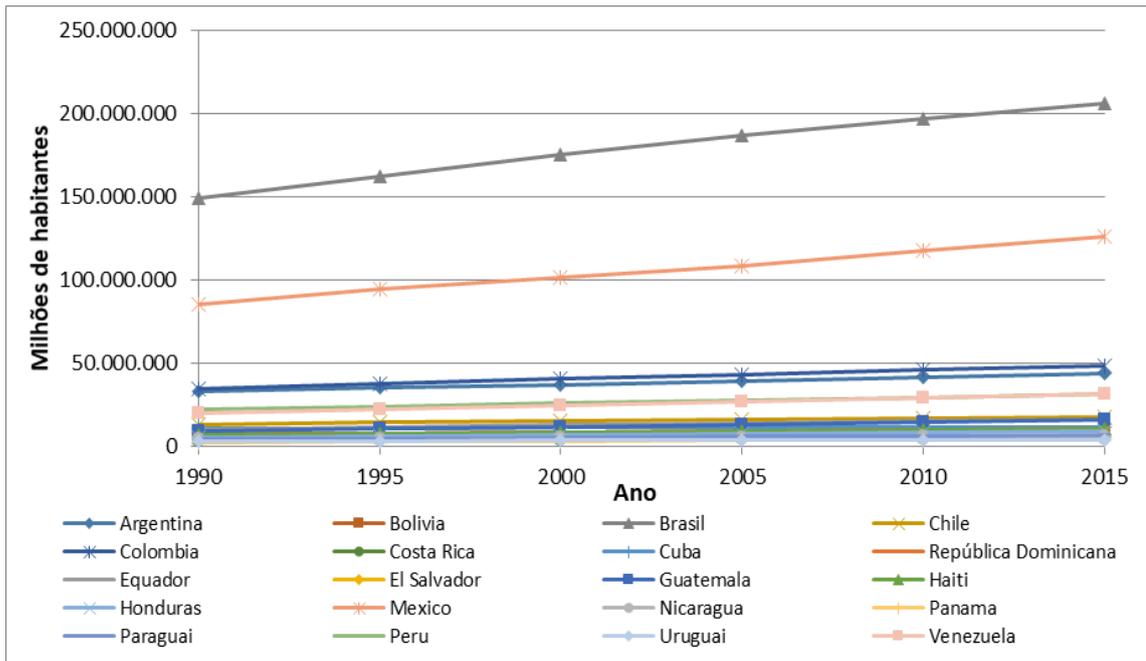


Gráfico 1: Evolução da população nos países da América Latina de 1990 a 2015
Fonte: elaborado pelo autor.

Esse crescimento não alterou a distribuição populacional ao redor da média. Essa se manteve estável nos países que compõem a amostra no decorrer dos 25 anos analisados. A maioria deles, em todo o período, possui população abaixo da média regional (Gráfico 2).

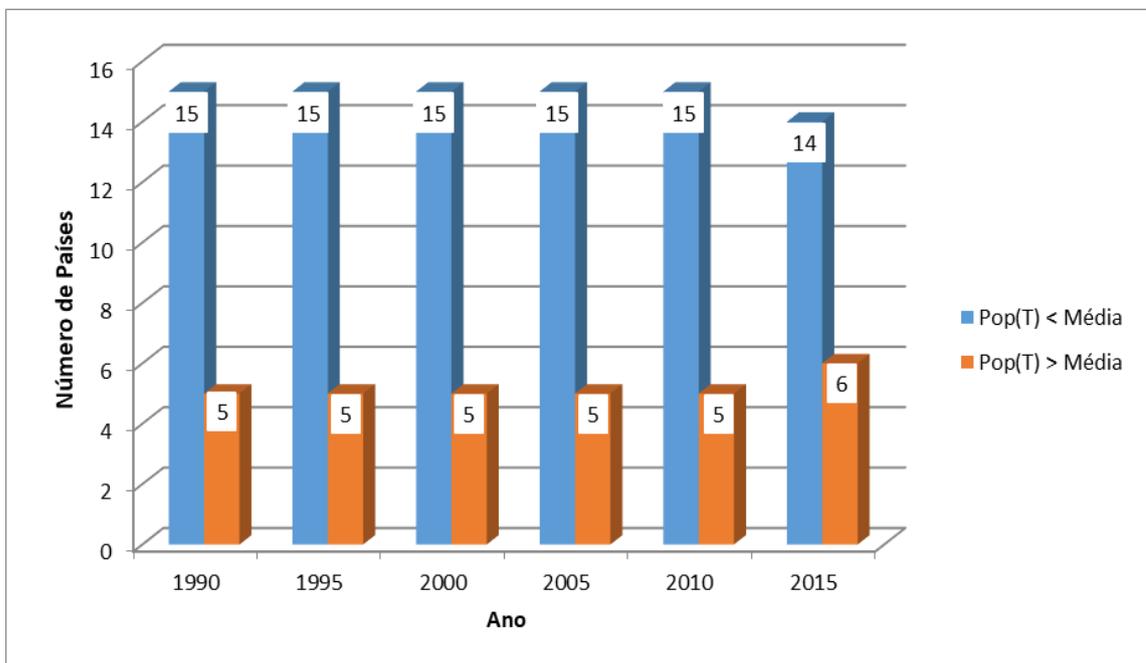


Gráfico 2: Número de países com população acima e abaixo da média regional de 1990 a 2015
Fonte: elaborado pelo autor.

A América Latina se apresenta como sendo majoritariamente urbana, com um contingente populacional que, em 2015, absorvia mais de 80% da população

vivendo em domicílios localizados em áreas urbanas (Tabela 6), enquanto aproximadamente 20% se encontravam em domicílios rurais.

Essa população total de mais de 600 milhões de pessoas em 2015, cresceu de forma constante e elevada (61,29%). Em contraposição a população rural (Tabela 7), que se manteve praticamente inalterada, com um pequeno declínio (-3,19%) no período.

Tabela 6: Evolução da população urbana dos países da América Latina de 1990 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	28.469.636	30.852.828	33.033.754	35.243.074	37.451.491	39.728.558
Bolívia	3.810.495	4.475.711	5.152.734	5.855.775	6.588.688	7.334.947
Brasil	110.404.093	125.958.401	142.319.498	154.831.127	165.968.133	176.653.700
Chile	11.026.856	12.087.071	13.137.110	14.012.907	14.796.793	15.517.478
Colômbia	23.812.226	26.874.728	29.881.555	32.907.470	35.799.585	38.469.138
Costa Rica	1.548.090	1.915.596	2.318.053	2.789.642	3.260.602	3.695.411
Cuba	7.763.438	8.100.682	8.399.069	8.591.153	8.680.777	8.813.383
Rep. Dominicana	3.967.241	4.545.878	5.287.676	6.223.348	7.300.061	8.271.738
Equador	5.629.146	6.608.767	7.614.917	8.476.150	9.362.557	10.235.206
El Salvador	2.589.341	3.029.329	3.456.736	3.716.734	4.034.871	4.399.797
Guatemala	3.890.060	4.543.722	5.281.515	6.143.740	7.081.561	8.121.501
Haiti	2.024.134	2.548.475	3.043.515	3.949.730	4.750.718	5.615.488
Honduras	2.004.926	2.451.524	2.965.809	3.582.381	4.251.861	4.943.241
México	60.961.740	68.999.360	76.006.974	82.772.988	91.291.734	99.812.639
Nicarágua	2.199.728	2.510.759	2.774.037	3.008.927	3.265.740	3.521.194
Panamá	1.331.948	1.592.906	1.884.815	2.120.907	2.373.195	2.647.330
Paraguai	2.051.840	2.481.879	2.934.037	3.340.117	3.680.035	4.033.265
Peru	15.038.786	17.055.741	18.928.746	20.717.195	22.450.278	24.272.051
Uruguai	2.767.051	2.919.802	3.056.475	3.103.428	3.185.920	3.261.519
Venezuela	16.740.451	19.085.360	21.441.746	23.557.741	25.568.762	27.464.497
Média	15.401.561	17.431.926	19.445.939	21.247.227	23.057.168	24.840.604
Pop(U)_total	308.031.226	348.638.519	388.918.771	424.944.534	461.143.362	496.812.081
Pop(U)_min	1.331.948	1.592.906	1.884.815	2.120.907	2.373.195	2.647.330
Pop(U)_max	110.404.093	125.958.401	142.319.498	154.831.127	165.968.133	176.653.700

Fonte: elaborada pelo autor.

Mesmo tendo ultrapassado o Uruguai em número total de habitantes, o Panamá foi, no decorrer de todo o período analisado, o país com o menor número de pessoas vivendo na zona urbana.

Percentualmente, no entanto, o Uruguai foi o país que no decorrer de todo o período analisado apresentou o maior número de habitantes em áreas urbanas. Já em relação ao percentual de habitantes em áreas rurais, o Haiti (1990 a 2010) foi o país com maior percentual, sendo ultrapassado pela Guatemala no último período (2015).

Tabela 7: Evolução da população rural nos países da América Latina de 1990 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	4.260.103	4.141.986	4.023.698	3.902.414	3.772.398	3.689.207
Bolívia	3.045.749	3.091.003	3.186.778	3.269.634	3.329.554	3.389.758
Brasil	38.948.052	36.338.211	32.968.089	32.086.234	30.828.136	29.308.408
Chile	2.215.276	2.209.542	2.125.644	2.134.157	2.196.561	2.245.203
Colômbia	10.459.339	10.567.249	10.522.403	10.378.164	10.118.512	9.759.559
Costa Rica	1.547.905	1.595.330	1.607.390	1.458.199	1.284.678	1.112.441
Cuba	2.818.643	2.805.361	2.751.667	2.693.100	2.652.274	2.648.049
Rep. Dominicana	3.216.406	3.346.545	3.274.946	3.014.218	2.597.924	2.256.656
Equador	4.588.945	4.831.816	5.013.679	5.259.083	5.572.133	5.909.162
El Salvador	2.665.643	2.581.786	2.410.890	2.312.227	2.129.755	1.912.681
Guatemala	5.373.753	5.864.767	6.369.228	6.952.288	7.548.856	8.130.928
Haiti	5.075.598	5.271.331	5.505.685	5.313.674	5.248.899	5.095.573
Honduras	2.950.402	3.257.527	3.558.474	3.791.049	3.942.917	4.017.588
México	24.396.134	25.046.219	25.712.699	25.699.240	26.027.207	26.078.310
Nicarágua	1.944.837	2.101.469	2.252.759	2.370.401	2.471.983	2.560.841
Panamá	1.139.061	1.146.824	1.145.532	1.209.558	1.270.027	1.321.919
Paraguai	2.161.902	2.278.971	2.368.663	2.455.377	2.529.842	2.605.854
Peru	6.787.872	6.983.019	6.986.133	6.893.215	6.923.368	7.104.620
Uruguai	342.938	305.002	264.770	222.184	188.495	170.033
Venezuela	3.121.505	3.103.307	3.046.594	3.226.420	3.459.271	3.690.637
Média	6.353.003	6.343.363	6.254.786	6.232.042	6.204.640	6.150.371
Pop(R)_total	127.060.063	126.867.265	125.095.721	124.640.836	124.092.790	123.007.427
Pop(R)_min	342.938	305.002	264.770	222.184	188.495	170.033
Pop(R)_max	38.948.052	36.338.211	32.968.089	32.086.234	30.828.136	29.308.408

Fonte: elaborada pelo autor.

Os dados demonstram que a urbanização na América Latina vem crescendo de forma homogênea (Gráfico 3), pois excluídos Brasil e México, o percentual da população urbana da região é praticamente idêntico (61,23%). Já a população rural, com exceção da brasileira, que declinou de forma acentuada no período do estudo, apresentou um comportamento também homogêneo no transcorrer dos 25 anos analisados (Gráfico 4).

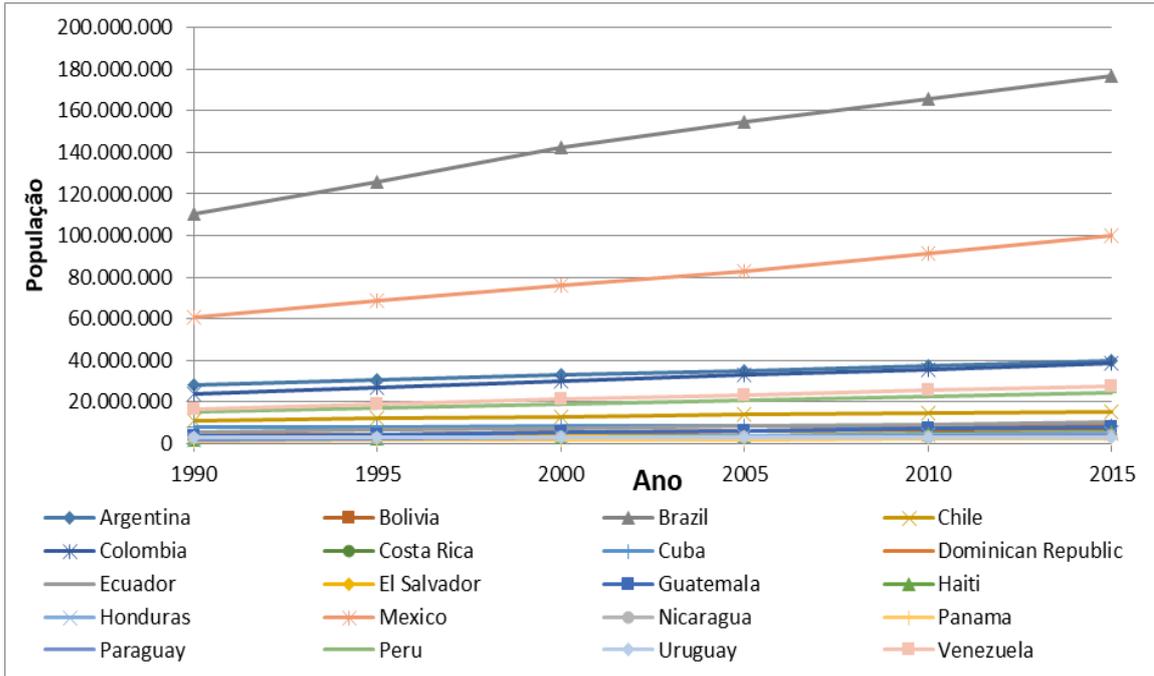


Gráfico 3: Evolução da população urbana nos países da América Latina de 1990 a 2015
Fonte: elaborado pelo autor.

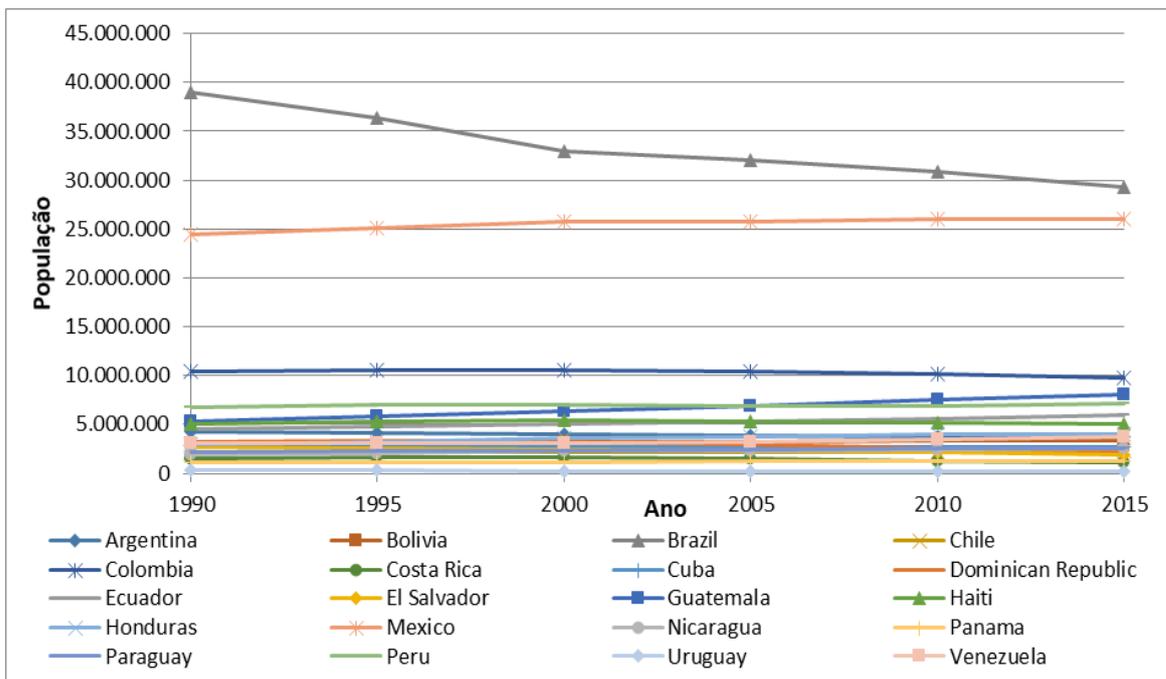


Gráfico 4: Evolução da população rural nos países da América Latina de 1990 a 2015
Fonte: elaborado pelo autor.

A população latino-americana, além de majoritariamente urbana, é predominantemente feminina. Apenas cinco países (Bolívia, Costa Rica, Cuba, Panamá e Paraguai) mantiveram, durante todo o período analisado, uma população de maioria masculina. Um, o Equador, possuía uma população composta por mais homens que mulheres até 2010, situação que se inverteu em 2015. Na República Dominicana e na Venezuela, as mulheres passaram a ser maioria já em 2010. E nos

demais países, a população feminina foi majoritária nos 25 anos do estudo.

A população feminina (Tabela 8) se elevou na região de 218.911.704 em 1990 para 313.316.887 em 2015, apresentando um crescimento, portanto, de 43,12%, enquanto que a população masculina (Tabela 9) cresceu 41,78%, tendo passado de 216.179.585 para 306.502.621 indivíduos.

Tabela 8: Evolução da população feminina nos países da América Latina de 1990 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	16.682.535	17.851.861	18.926.129	19.996.580	21.060.096	22.172.551
Bolívia	3.419.203	3.772.687	4.158.052	4.550.478	4.947.771	5.353.994
Brasil	75.286.361	81.970.131	88.664.346	94.692.609	99.864.354	104.678.401
Chile	6.709.675	7.234.524	7.716.709	8.159.811	8.583.041	8.966.170
Colômbia	17.250.802	18.894.485	20.423.033	21.909.656	23.277.201	24.485.165
Costa Rica	1.535.525	1.744.983	1.955.051	2.117.986	2.268.446	2.402.304
Cuba	5.250.511	5.416.150	5.556.419	5.623.520	5.655.068	5.726.254
Rep. Dominicana	3.569.238	3.928.778	4.271.358	4.617.728	4.957.260	5.282.294
Equador	5.083.923	5.697.147	6.297.391	6.856.562	7.462.398	8.073.303
El Salvador	2.690.089	2.886.474	3.040.179	3.150.611	3.246.088	3.342.507
Guatemala	4.660.633	5.272.721	5.934.006	6.673.511	7.444.182	8.257.427
Haiti	3.600.134	3.961.845	4.327.908	4.686.361	5.056.436	5.413.639
Honduras	2.494.089	2.872.579	3.280.384	3.703.204	4.111.846	4.493.633
México	42.907.164	47.351.425	51.213.051	54.526.575	58.930.624	63.213.533
Nicarágua	2.089.164	2.327.709	2.539.707	2.723.938	2.910.869	3.084.062
Panamá	1.221.992	1.357.489	1.503.316	1.654.463	1.813.055	1.979.028
Paraguai	2.084.091	2.353.596	2.619.219	2.860.748	3.059.484	3.269.996
Peru	10.920.797	12.025.641	12.964.040	13.814.104	14.697.923	15.703.562
Uruguai	1.601.492	1.662.613	1.713.809	1.720.425	1.747.220	1.775.153
Venezuela	9.854.286	11.023.213	12.194.217	13.377.193	14.537.612	15.643.911
Média	10.945.585	11.980.303	12.964.916	13.870.803	14.781.549	15.665.844
Pop(F)_total	218.911.704	239.606.051	259.298.324	277.416.063	295.630.974	313.316.887
Pop(F)_min	1.221.992	1.357.489	1.503.316	1.654.463	1.747.220	1.775.153
Pop(F)_max	75.286.361	81.970.131	88.664.346	94.692.609	99.864.354	104.678.401

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 9: Evolução da população masculina nos países e da América Latina de 1990 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	16.047.204	17.142.953	18.131.323	19.148.908	20.163.793	21.245.214
Bolívia	3.437.041	3.794.027	4.181.460	4.574.931	4.970.471	5.370.711
Brasil	74.065.784	80.326.481	86.623.241	92.224.752	96.931.915	101.283.707
Chile	6.532.457	7.062.089	7.546.045	7.987.253	8.410.313	8.796.511
Colômbia	17.020.763	18.547.492	19.980.925	21.375.978	22.640.896	23.743.532
Costa Rica	1.560.470	1.765.943	1.970.392	2.129.855	2.276.834	2.405.548
Cuba	5.331.570	5.489.893	5.594.317	5.660.733	5.677.983	5.735.178
Rep. Dominicana	3.614.409	3.963.645	4.291.264	4.619.838	4.940.725	5.246.100
Equador	5.134.168	5.743.436	6.331.205	6.878.671	7.472.292	8.071.065
El Salvador	2.564.895	2.724.641	2.827.447	2.878.350	2.918.538	2.969.971
Guatemala	4.603.180	5.135.768	5.716.737	6.422.517	7.186.235	7.995.002
Haiti	3.499.598	3.857.961	4.221.292	4.577.043	4.943.181	5.297.422
Honduras	2.461.239	2.836.472	3.243.899	3.670.226	4.082.932	4.467.196
México	42.450.710	46.694.154	50.506.622	53.945.653	58.388.317	62.677.416
Nicarágua	2.055.401	2.284.519	2.487.089	2.655.390	2.826.854	2.997.973
Panamá	1.249.017	1.382.241	1.527.031	1.676.002	1.830.167	1.990.221
Paraguai	2.129.651	2.407.254	2.683.481	2.934.746	3.150.393	3.369.123
Peru	10.905.861	12.013.119	12.950.839	13.796.306	14.675.723	15.673.109
Uruguai	1.508.497	1.562.191	1.607.436	1.605.187	1.627.195	1.656.399
Venezuela	10.007.670	11.165.454	12.294.123	13.406.968	14.490.421	15.511.223
Média	10.808.979	11.794.987	12.735.808	13.608.465	14.480.259	15.325.131
Pop(M)_total	216.179.585	235.899.733	254.716.168	272.169.307	289.605.178	306.502.621
Pop(M)_min	1.249.017	1.382.241	1.527.031	1.605.187	1.627.195	1.656.399
Pop(M)_max	74.065.784	80.326.481	86.623.241	92.224.752	96.931.915	101.283.707

Fonte: elaborada pelo autor.

O crescimento da população em ambos os gêneros ocorreu com padrão similar, em decorrência de que ambos se elevaram com uma diferença entre os gêneros de apenas 1,34 pontos percentuais.

O Gráfico 5 apresenta o comportamento da população feminina, enquanto que o Gráfico 6 mostra o comportamento da população masculina.

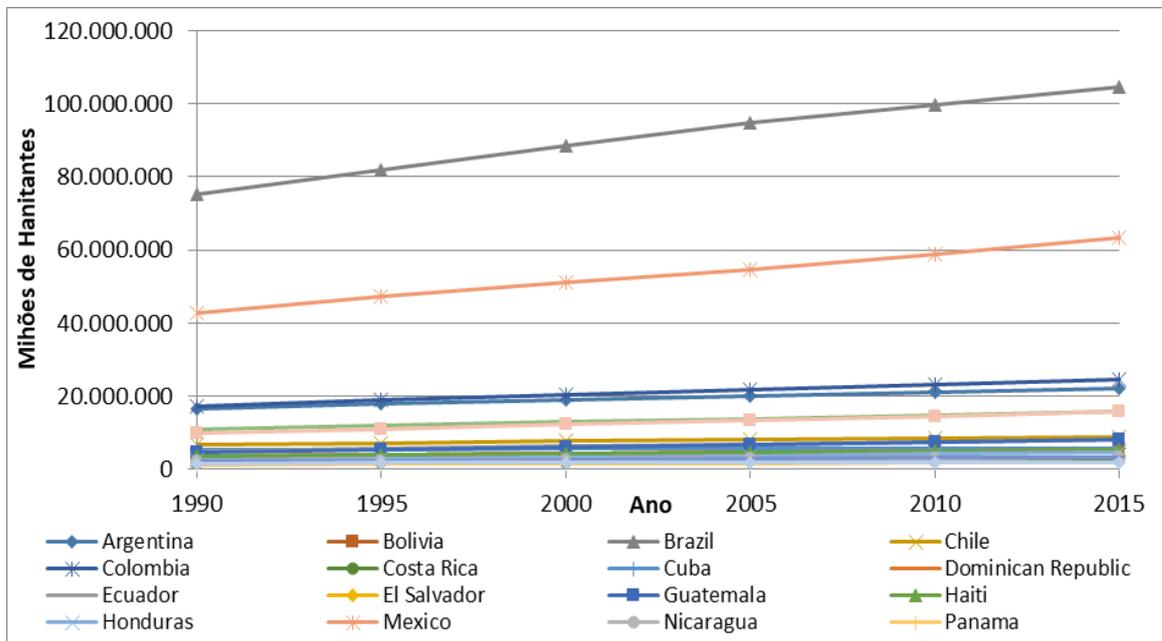


Gráfico 5: Evolução da população feminina nos países da América Latina de 1990 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor.

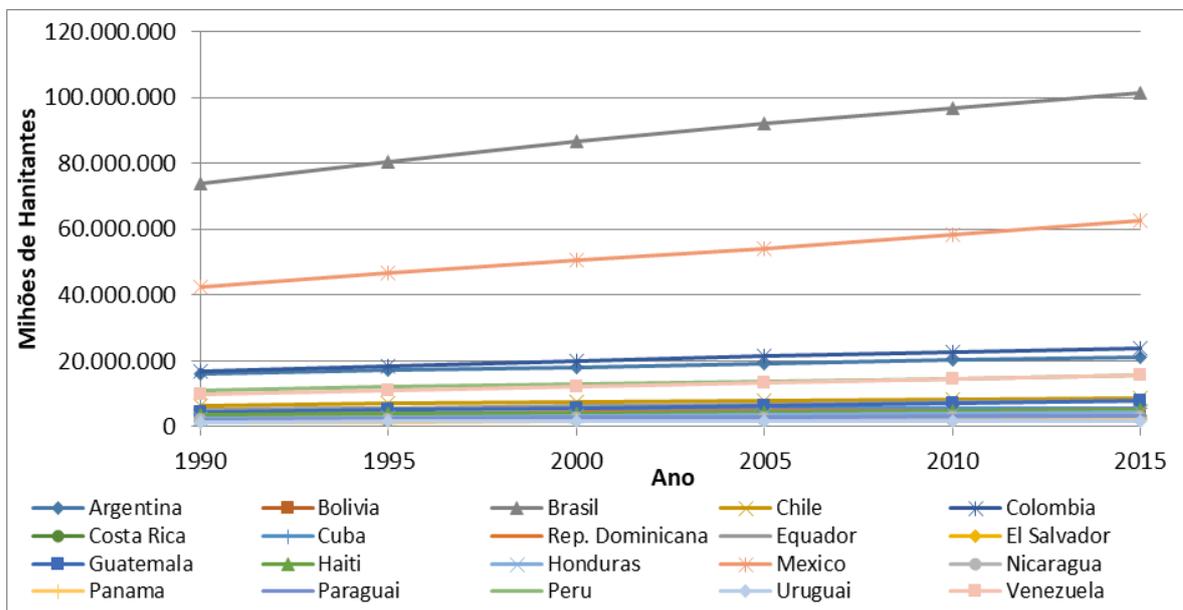


Gráfico 6: Evolução da população masculina nos países da América Latina de 1990 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a população latino-americana cresceu apresentando um comportamento de tendência homogênea. Apenas a população rural apresentou uma evolução diferenciada dos demais indicadores analisados, com uma queda significativa entre 1990 e 2000 causada pela diminuição da população rural brasileira (-4.251.977 habitantes na zona rural).

Os dados demonstram que a urbanização na América Latina vem crescendo de forma homogênea, pois excluídos Brasil e México, o percentual da população urbana da região é praticamente idêntico (61,23%) ao do total da população urbana quando se inclui os dados desses dois países.

O crescimento populacional da região reflete de forma direta na PEA (Tabela 10), cujo crescimento segue o mesmo padrão da população total e é fortemente influenciada pelo crescimento da população urbana (Gráfico 7). Esse é um indicador de que a urbanização influencia na forma como cada setor econômico participa da composição do PIB regional.

Tabela 10: Evolução da População Economicamente Ativa nos países da América Latina de 1990 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	12.509.786	13.918.583	15.559.383	17.223.234	18.827.098	20.413.198
Bolívia	2.731.038	3.094.951	3.556.884	4.102.185	4.714.604	5.362.724
Brasil	62.463.167	71.624.584	81.476.374	91.436.139	101.042.174	109.353.581
Chile	4.817.341	5.406.942	6.095.025	6.877.269	7.663.698	8.345.607
Colômbia	12.761.404	15.284.256	18.081.011	20.331.544	22.223.180	23.798.940
Costa Rica	1.137.167	1.335.578	1.576.452	1.822.685	2.093.609	2.330.897
Cuba	4.307.938	4.626.313	4.774.328	4.935.211	5.080.313	5.168.904
Rep. Dominicana	2.419.707	2.746.350	3.123.418	3.531.102	3.936.421	4.305.882
Equador	3.600.735	4.286.627	5.108.471	6.021.370	7.018.132	7.951.744
El Salvador	1.793.880	1.983.915	2.138.384	2.331.932	2.567.315	2.815.916
Guatemala	2.667.956	3.249.310	3.965.315	4.765.993	5.719.384	6.803.259
Haiti	2.498.772	2.688.988	2.945.919	3.240.265	3.574.652	3.935.402
Honduras	1.662.997	1.926.479	2.194.139	2.508.153	2.923.920	3.426.807
México	28.914.389	34.030.757	39.228.199	44.221.885	51.286.253	58.160.843
Nicarágua	1.365.544	1.581.385	1.827.138	2.152.828	2.497.207	2.807.904
Panamá	919.883	1.080.764	1.259.280	1.447.535	1.652.243	1.856.418
Paraguai	1.625.029	1.891.087	2.223.281	2.598.861	2.937.511	3.291.216
Peru	8.145.796	9.726.976	11.398.739	13.132.408	14.853.464	16.463.991
Uruguai	1.334.100	1.431.412	1.531.268	1.590.556	1.678.190	1.764.419
Venezuela	7.208.287	8.473.543	9.880.922	11.396.255	13.014.501	14.532.721
Média	8.244.246	9.519.440	10.897.197	12.283.371	13.765.193	15.144.519
PEA_total	164.884.916	190.388.800	217.943.930	245.667.410	275.303.869	302.890.373
PEA_min	919.883	1.080.764	1.259.280	1.447.535	1.652.243	1.764.419
PEA_max	62.463.167	71.624.584	81.476.374	91.436.139	101.042.174	109.353.581

Fonte: elaborada pelo autor.

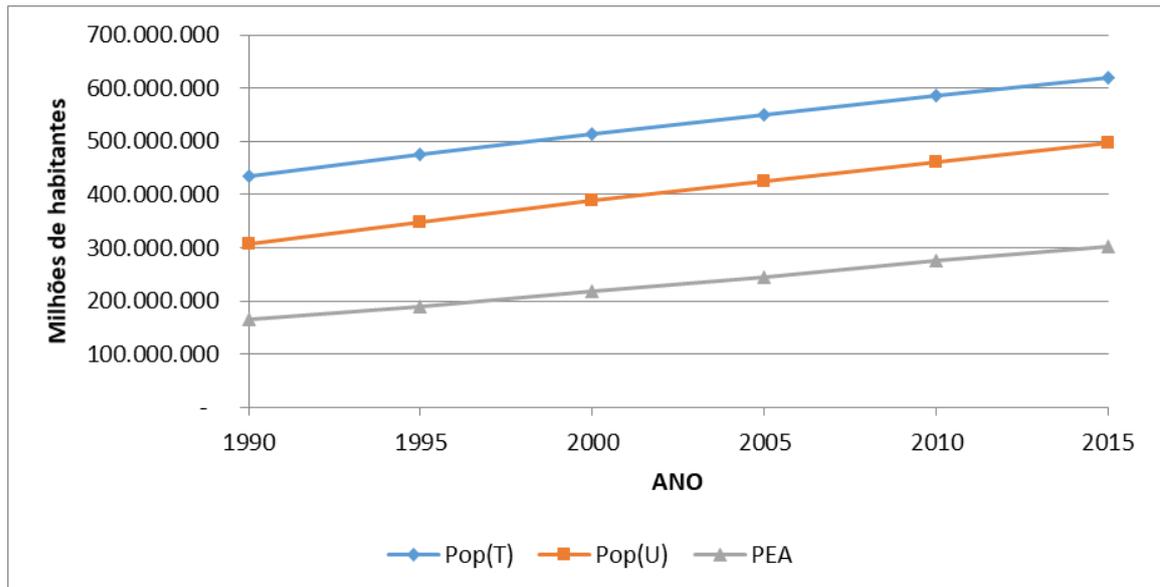


Gráfico 7: Evolução da População Economicamente Ativa x População total x População urbana na América Latina de 1990 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor.

Em decorrência da quantidade de habitantes na região ser majoritariamente urbana no decorrer do período analisado e de que a PEA é fortemente influenciada por essa população urbana e embora os dados obtidos não diferenciem o desemprego urbano do rural, pode-se inferir que o desemprego também esteja concentrado na área urbana.

Os dados disponíveis foram coletados em forma de percentual da PEA e chegou-se aos valores absolutos a partir desses percentuais (Tabela 11).

Embora a distribuição do desemprego tenha apresentado uma tendência de queda na maioria dos países (Gráfico 8), pode-se afirmar que, em valores absolutos, o Brasil contribuiu para a quase totalidade dos mais de 5 milhões de novos desempregados da região no período de 1995 a 2015, tendo saltado de 4,6 milhões para 9,2 milhões entre os anos de 1995 e 2015, embora tenha decrescido entre os anos de 2005 a 2010 (-942.091 desempregados).

Tabela 11: Evolução do desemprego nos países da América Latina em percentual da População Economicamente Ativa e valores absolutos de 1995 a 2015

País	Ano									
	1995		2000		2005		2010		2015	
	% PEA	Qtd								
Argentina	18,80	2.616.693	15,00	2.333.907	11,51	1.981.705	7,71	1.452.322	7,64	1.560.181
Bolívia	3,29	101.793	3,37	119.725	3,26	133.567	2,58	121.495	3,07	164.421
Brasil	6,42	4.598.298	9,89	8.061.272	9,57	8.748.610	7,73	7.806.518	8,44	9.226.162
Chile	4,70	254.126	10,49	639.429	9,34	642.337	8,42	645.590	6,51	543.132
Colômbia	8,72	1.332.787	20,52	3.710.224	11,87	2.413.354	10,98	2.440.994	8,30	1.975.074
Costa Rica	5,18	69.130	5,08	80.115	6,57	119.769	7,17	150.133	9,00	209.757
Cuba	8,27	382.596	5,45	260.201	1,95	96.237	2,50	127.008	2,40	124.054
Rep. Dominicana	6,49	178.266	6,43	200.898	6,59	232.594	5,21	205.166	7,61	327.462
Equador	4,92	210.945	4,80	245.156	3,78	227.548	4,09	286.901	3,62	287.535
El Salvador	7,65	151.769	6,96	148.832	7,22	168.365	4,89	125.619	4,00	112.637
Guatemala	2,90	94.165	2,90	114.875	2,99	142.694	3,50	200.007	2,51	170.490
Haiti	7,18	193.123	8,34	245.660	14,88	482.054	15,64	559.183	13,72	540.095
Honduras	3,24	62.418	4,04	88.555	4,91	123.125	4,12	120.436	4,59	157.359
México	6,89	2.344.039	2,56	1.005.419	3,56	1.573.415	5,30	2.719.710	4,31	2.508.477
Nicarágua	7,60	120.122	7,47	136.451	5,37	115.607	7,83	195.531	4,40	123.464
Panamá	3,96	42.820	4,21	52.965	4,22	61.115	3,71	61.348	3,00	55.730
Paraguai	9,25	174.888	9,70	215.747	4,82	125.395	4,57	134.215	4,56	149.948
Peru	5,47	531.677	5,70	649.842	4,86	638.235	3,48	516.603	3,00	493.920
Uruguai	13,37	191.437	13,03	199.601	12,01	191.010	7,16	120.125	7,49	132.120
Venezuela	10,24	867.691	13,99	1.382.341	10,66	1.215.183	8,45	1.099.725	6,82	991.132
Média	7,23	725.939	8,00	994.561	7,00	971.596	6,25	954.432	5,75	992.657
Desemp_total	-	14.518.782	-	19.891.215	-	19.431.918	-	19.088.630	-	19.853.148
Desemp_min	2,90	4.598.298	2,56	8.061.272	1,95	8.748.610	2,50	7.806.518	2,40	9.226.162
Desemp_max	18,80	14.518.782	20,52	19.891.215	14,88	19.431.918	15,64	19.088.630	13,72	19.853.148

Fonte: elaborada pelo autor.

Cuba é o país que apresenta o menor índice de desemprego da América Latina (2,40%) no último intervalo de tempo da análise (2010 a 2015) e também a maior queda, em números absolutos, no período de 1990 a 2015 (-67,58%).

Entre os países que apresentaram elevação do desemprego, Costa Rica foi o que apresentou o maior índice percentual (203,43%), maior mesmo que o do Haiti (179,66%), país acometido por diversas crises humanitárias causadas por turbulência política e desastres naturais, especialmente após o ano de 2000.

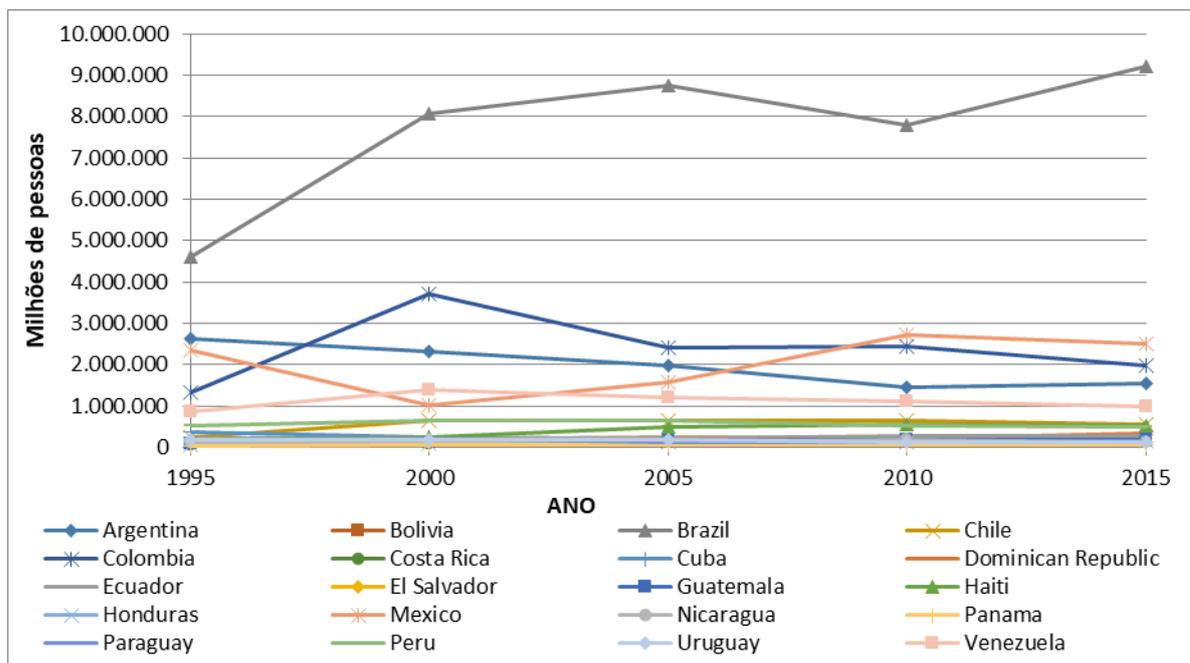


Gráfico 8: Evolução do desemprego nos países da América Latina de 1995 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor.

Em comparação com a PEA da América Latina, o desemprego total na região apresentou uma tendência suave de declínio entre 2005 e 2015, após ter sofrido uma forte elevação entre 2000 e 2005, embora sem ter retornado aos patamares de 2000 (Gráfico 9).

O impacto que a elevação do desemprego em um país populoso como o Brasil, que mais que dobrou o número de desempregados entre os anos de 1990 e 2015 é imenso sobre o total da população latino-americana, uma vez que o país é habitado por mais de um terço da população regional. Analisado isoladamente, o Brasil foi o responsável pelo crescimento de 33,54% da PEA total da região e 86,76% no aumento do número de desempregados na América Latina.

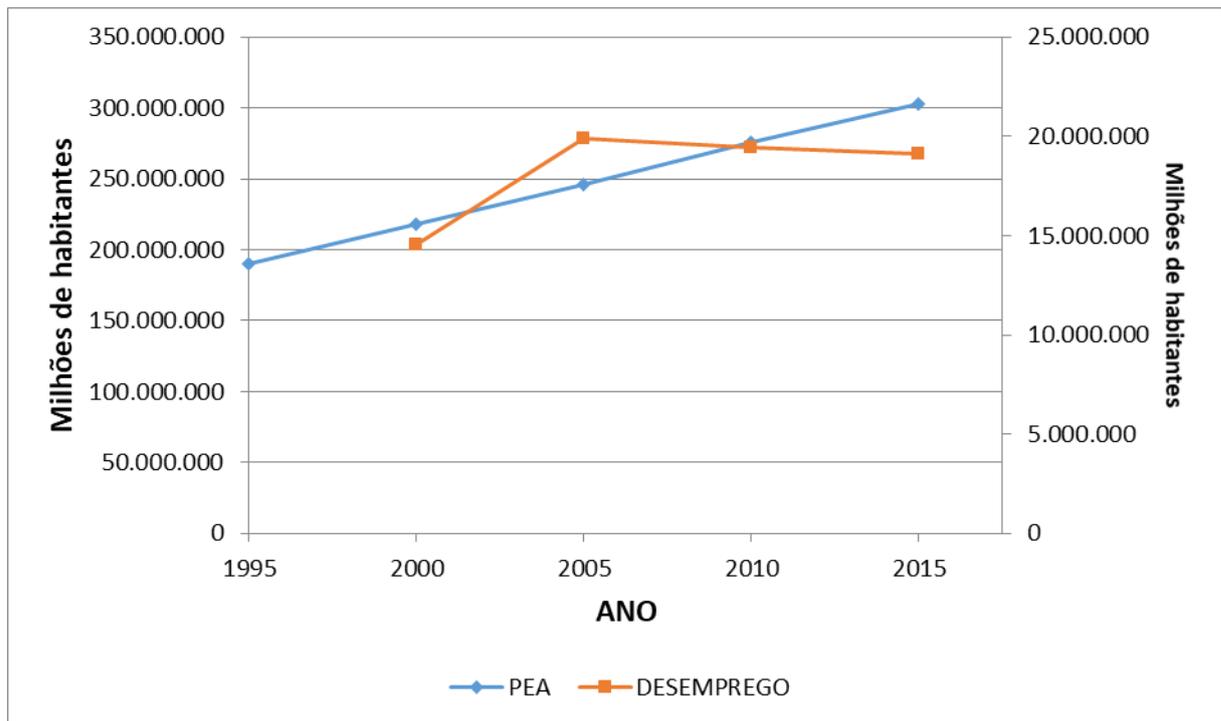


Gráfico 9: Comparação da evolução do desemprego e da PEA nos países da América Latina de 1995 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor.

Realizada a análise gráfica das características gerais da população latino-americana, o próximo passo é analisar o comportamento da economia para, depois, verificar como a riqueza regional foi apropriada por seus habitantes.

5.1.2 Crescimento econômico na América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015

Um dos aspectos mais importantes em uma sociedade é sua capacidade de atender as demandas da população por bens e serviços. Nesta seção, o objetivo é verificar se os países e a América Latina como um todo aumentaram sua capacidade de atender a demanda de uma população que cresce e se urbaniza.

As variáveis utilizadas para a análise do crescimento econômico, que não pode ser confundido com desenvolvimento econômico⁹, são: produto interno bruto (PIB), produto interno bruto *per capita* (PIB_pc), produto interno bruto paridade poder de compra (PIB_ppc), produto interno bruto paridade poder de compra *per*

⁹ O crescimento econômico se refere ao aumento da riqueza produzida em uma região, enquanto o desenvolvimento econômico está relacionado a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade e a diminuição das diferenças socioeconômicas entre os membros desta sociedade (SOUZA, 2007, p. 5).

capita (PIB_ppc_pc), importações (Imp) e exportações (Exp).

A força de trabalho, crescente na América Latina, é fator fundamental na geração da riqueza regional e dos países que a compõem. Essa riqueza se elevou de forma robusta no decorrer do período analisado, totalizando US\$ 2.568.586.059.465,02 (ano base 2010) (Tabela 12), um crescimento de 92,05% com relação ao ano de 1990. Já a média do PIB regional elevou em 102,16%, saltando de US\$ 139.523.761.536,30 em 1990 para US\$ 282.055.857.378,47 em 2015.

Tabela 12: Evolução do PIB nos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	203,73	267,01	303,23	333,62	423,63	455,83
Bolívia	9,31	11,38	13,48	15,70	19,65	25,66
Brasil	1.189,60	1.383,66	1.538,71	1.774,80	2.208,87	2.337,35
Chile	78,76	115,11	144,52	181,65	218,54	264,56
Colômbia	147,73	183,93	192,51	229,96	286,10	359,84
Costa Rica	15,24	19,82	24,46	29,54	37,27	44,69
Cuba	44,72	31,02	38,73	49,48	64,33	73,87
Rep.Dominicana	19,28	25,19	34,40	40,78	53,98	69,10
Equador	38,02	44,02	46,46	58,88	69,56	86,42
El Salvador	11,34	14,29	15,76	17,00	18,45	21,05
Guatemala	19,89	24,52	29,77	34,55	41,34	49,88
Haiti	6,56	5,79	6,56	6,38	6,62	7,80
Honduras	7,74	8,99	10,57	13,27	15,84	18,84
México	653,98	707,43	915,22	982,74	1.057,80	1.223,12
Nicarágua	4,70	5,13	6,56	7,66	8,76	11,42
Panamá	10,04	13,11	16,65	20,56	29,44	42,72
Paraguai	14,98	18,62	19,01	20,89	27,22	33,07
Peru	58,49	75,50	85,80	105,79	147,53	186,29
Uruguai	21,39	25,94	29,88	30,16	40,28	47,56
Venezuela	234,98	278,36	288,96	327,78	393,19	
Média	139,52	162,94	188,06	214,06	258,42	282,06
PIB_total	2.790,48	3.258,84	3.761,23	4.281,18	5.168,40	5.359,06
PIB_min	4,70	5,13	6,56	6,38	6,62	7,80
PIB_max	1.189,60	1.383,66	1.538,71	1.774,80	2.208,87	2.337,35

Fonte: elaborada pelo autor.

O país com menor crescimento do PIB foi o Haiti, com uma elevação de 18,89% entre os anos de 1990 e 2015, enquanto que o país no qual o PIB mais se elevou foi o Panamá, que mais do que triplicou o valor adicionado no mesmo período.

Analisando-se o comportamento do PIB dos países da região (Gráfico 10), verifica-se um viés de alta similar em praticamente todos eles, pois a maioria deles (14 no total) cresceu mais de 100%, enquanto outros três elevaram seu PIB entre

85,54% e 96,48%. Apenas três países tiveram um crescimento do PIB em taxas inferiores à 70% (Cuba, Haiti e Venezuela – o dado referente a 2015 não está disponível para esse último).

A análise gráfica permite, então, que se afirme que o crescimento econômico em todos os países da região apresentou, no período analisado, um viés de alta e aponta para a existência de um padrão nesse crescimento.

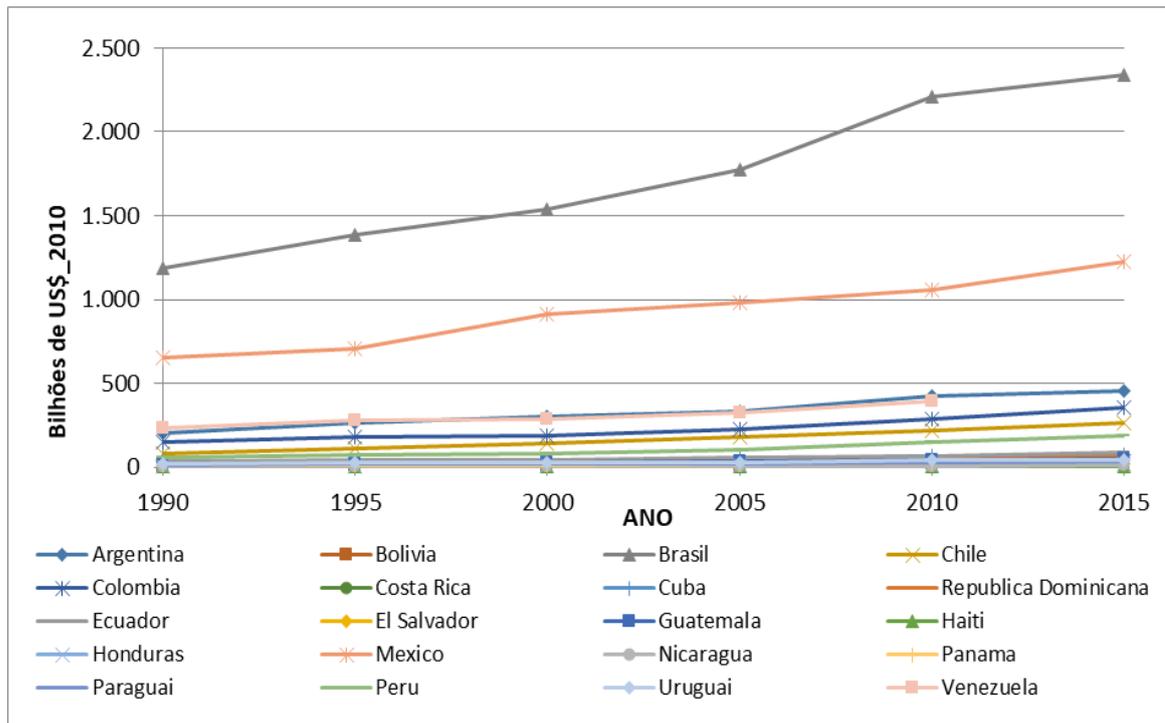


Gráfico 10: Evolução do PIB nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões)
Fonte: elaborado pelo autor.

Para medir o desempenho de uma economia, somente o PIB não é instrumento satisfatório, é preciso confrontá-lo com a riqueza produzida com o tamanho da população, entre outros indicadores. A medida mais utilizada para isso é o PIB *per capita*.

Assim como o PIB, o PIB_{pc} (Tabela 13) evoluiu na América Latina, cresceu no período compreendido para este estudo, mas em uma proporção bem menor que o primeiro. Como já se disse, o PIB latino-americano elevou 92,05%, já o PIB_{pc} cresceu em uma taxa de 51,97%, demonstrando que a população cresceu em taxas mais elevadas do que o crescimento do valor agregado entre os anos de 1990 e 2015 (Gráfico 11).

Tabela 13: Evolução do PIB_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	6.224,51	7.630,02	8.182,69	8.522,52	10.276,26	10.498,59
Bolívia	1.358,25	1.504,40	1.616,55	1.720,11	1.981,17	2.393,00
Brasil	7.965,09	8.525,52	8.778,18	9.495,10	11.224,15	11.348,44
Chile	5.947,76	8.051,49	9.469,11	11.249,87	12.860,18	14.893,88
Colômbia	4.310,51	4.912,29	4.764,74	5.312,72	6.230,74	7.461,20
Costa Rica	4.921,58	5.646,31	6.230,48	6.954,04	8.199,41	9.296,01
Cuba	4.225,94	2.844,12	3.473,24	4.385,00	5.676,14	6.444,97
Rep.Dominicana	2.683,26	3.192,19	4.017,43	4.414,81	5.453,93	6.562,77
Equador	3.720,94	3.847,51	3.678,90	4.286,52	4.657,30	5.352,88
El Salvador	2.158,45	2.547,55	2.686,43	2.819,59	2.992,55	3.333,95
Guatemala	2.146,59	2.355,89	2.554,78	2.638,29	2.825,52	3.069,04
Haiti	923,85	740,51	766,94	688,70	662,28	728,06
Honduras	1.561,21	1.574,89	1.620,06	1.799,49	1.932,86	2.102,38
México	7.661,67	7.522,22	8.997,43	9.059,81	9.016,46	9.715,68
Nicarágua	1.134,25	1.113,32	1.305,16	1.424,50	1.526,50	1.878,20
Panamá	4.061,48	4.786,24	5.493,60	6.172,40	8.080,84	10.763,82
Paraguai	3.555,69	3.910,38	3.584,16	3.604,75	4.382,69	4.981,15
Peru	2.679,93	3.140,77	3.310,78	3.831,36	5.022,49	5.937,29
Uruguai	6.877,29	8.044,64	8.997,66	9.068,24	11.938,21	13.859,41
Venezuela	11.830,68	12.545,25	11.799,88	12.237,94	13.545,26	
Média	4.297,45	4.721,78	5.066,41	5.484,29	6.424,25	6.874,77
PIB_pc_total	85.948,94	94.435,52	101.328,19	109.685,76	128.484,94	130.620,69
PIB_pc_min	923,85	740,51	766,94	688,70	662,28	728,06
PIB_pc_max	11.830,68	12.545,25	11.799,88	12.237,94	13.545,26	14.893,88

Fonte: elaborada pelo autor.

A média do PIB_pc também se elevou em uma taxa menor que a do PIB (59,97% e 102,16%, respectivamente). Embora o PIB_pc do Haiti tenha se retraído (-21,19%) e o da Venezuela tenha crescido apenas 14,49%, de forma geral o PIB_pc dos países latino-americanos se elevou de uma forma mais homogênea (Gráfico 12), apesar de menos intensa quando comparado ao PIB.

O Panamá foi o país, entre todos os analisados, no qual a elevação do PIB_pc foi mais intensa (165,02%), repetindo o que ocorreu com o PIB, embora o crescimento deste tenha sido quase o dobro daquele.

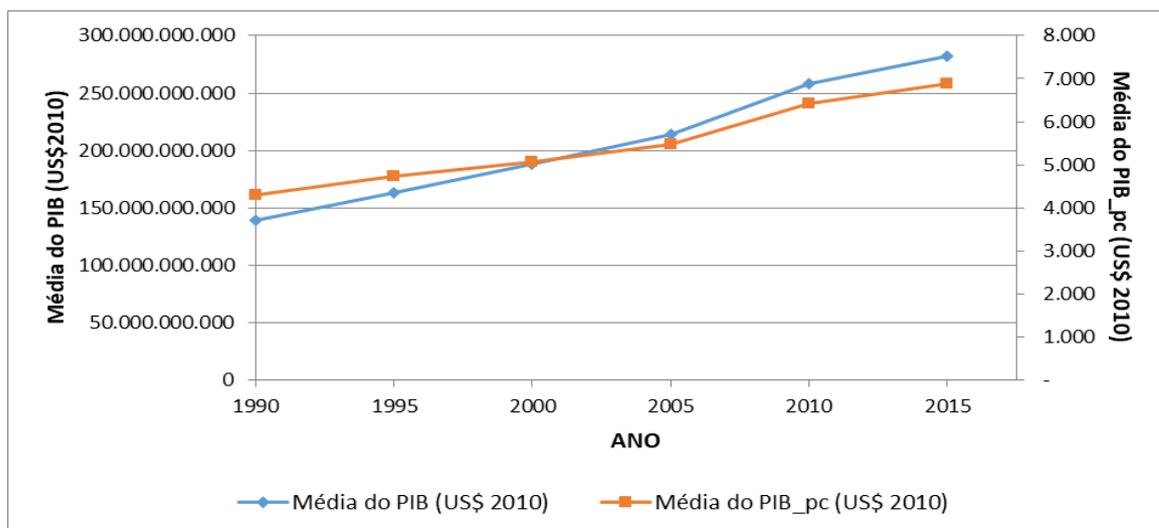


Gráfico 11: Evolução das médias do PIB e do PIB_pc na América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões)

Fonte: elaborado pelo autor.

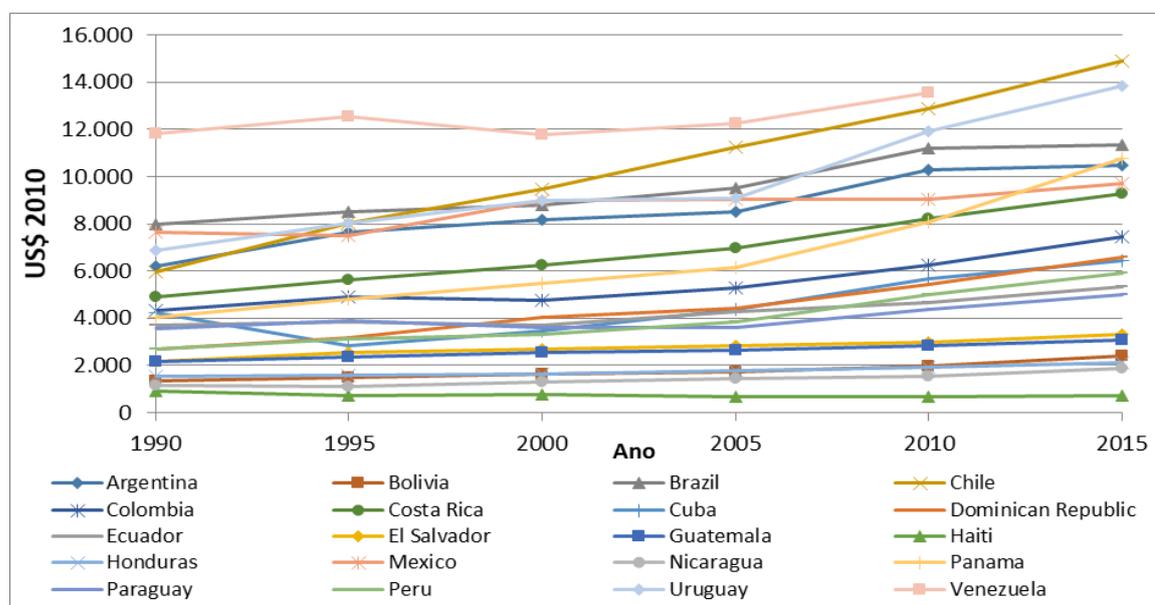


Gráfico 12: Evolução do PIB_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2010 bilhões)

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao se analisar o crescimento econômico dos países da região através dos indicadores PIB e PIB *per capita* na modalidade paridade de poder de compra, é necessário salientar que os dados sobre Cuba não estão disponíveis, pois uma das características do modo de produção que o país adota é a não conversibilidade de sua moeda. Associado a esse aspecto, há outro que não pode ter sua importância relevada: a de que Cuba está submetida, desde 1960, a um embargo econômico, comercial e financeiro por parte dos Estados Unidos da América, uma das maiores potências econômicas do planeta, o que, sem dúvida, tem importante impacto na economia cubana.

A riqueza produzida na região, medida pelo PIB em sua modalidade de paridade de poder de compra, a preços de 2011 foi, assim como o PIB, crescente para todos os países (Tabela 14), mas esse crescimento não foi homogêneo com a maioria deles crescendo abaixo da média regional (Gráfico 13).

Esse crescimento da riqueza produzida (Gráfico 14) se explica pelo PIB_ppc elevado, em valores absolutos, se comparado aos demais países, como Brasil e México já no início da série, que mesmo que não tenham tido as maiores taxas de crescimento (74,59% e 62,19%, respectivamente), o aumento da riqueza produzida por eles foi suficiente para elevar a média. Como contraponto, os países com maior taxa de crescimento, Panamá (196,36%), Peru (148,95%) e República Dominicana (144,83%) possuem, em relação à Brasil e México, PIB_ppc pequeno.

O país que apresentou o menor crescimento no período foi o Haiti (18,90%). Um país de condições socioeconômicas muito baixas e que ainda passou, no período, por diversas catástrofes naturais e perturbação política, sem dúvida, freou qualquer possibilidade de uma produção de riqueza mais elevada.

Tabela 14: Evolução do PIB_ppc nos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2011 bilhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	370,97	486,20	552,15	607,49	771,38	830,01
Bolívia	25,42	31,07	36,80	42,84	53,63	70,05
Brasil	1.540,94	1.792,31	1.993,15	2.298,97	2.861,24	3.027,66
Chile	119,07	174,02	218,49	274,62	330,39	399,96
Colômbia	255,85	318,54	333,42	398,28	495,50	623,21
Costa Rica	24,16	31,43	38,78	46,83	59,09	70,86
Cuba	-	-	-	-	-	-
Rep.Dominicana	39,35	51,43	70,22	83,24	110,19	141,04
Equador	76,35	88,39	93,30	118,23	139,67	173,54
El Salvador	23,88	30,10	33,19	35,79	38,84	44,31
Guatemala	47,25	58,27	70,73	82,10	98,23	118,52
Haiti	14,88	13,13	14,87	14,47	15,02	17,69
Honduras	15,89	18,47	21,72	27,26	32,54	38,71
México	1.139,92	1.233,08	1.595,25	1.712,94	1.843,78	2.131,93
Nicarágua	12,41	13,55	17,32	20,22	23,12	30,15
Panamá	19,41	25,36	32,20	39,76	56,94	82,63
Paraguai	33,50	41,63	42,50	46,72	60,86	73,95
Peru	115,96	149,67	170,09	209,71	292,46	369,30
Uruguai	30,60	37,12	42,76	43,15	57,64	68,05
Venezuela	287,02	340,01	352,95	400,37	480,27	-
Média	220,67	259,67	301,57	342,26	411,62	461,75
PIB_ppc total	4.192,82	4.933,79	5.729,86	6.503,00	7.820,80	8.311,57
PIB_ppc min	12,41	13,13	14,87	14,47	15,02	17,69
PIB_ppc max	1.540,94	1.792,31	1.993,15	2.298,97	2.861,24	3.027,66

Fonte: elaborada pelo autor.

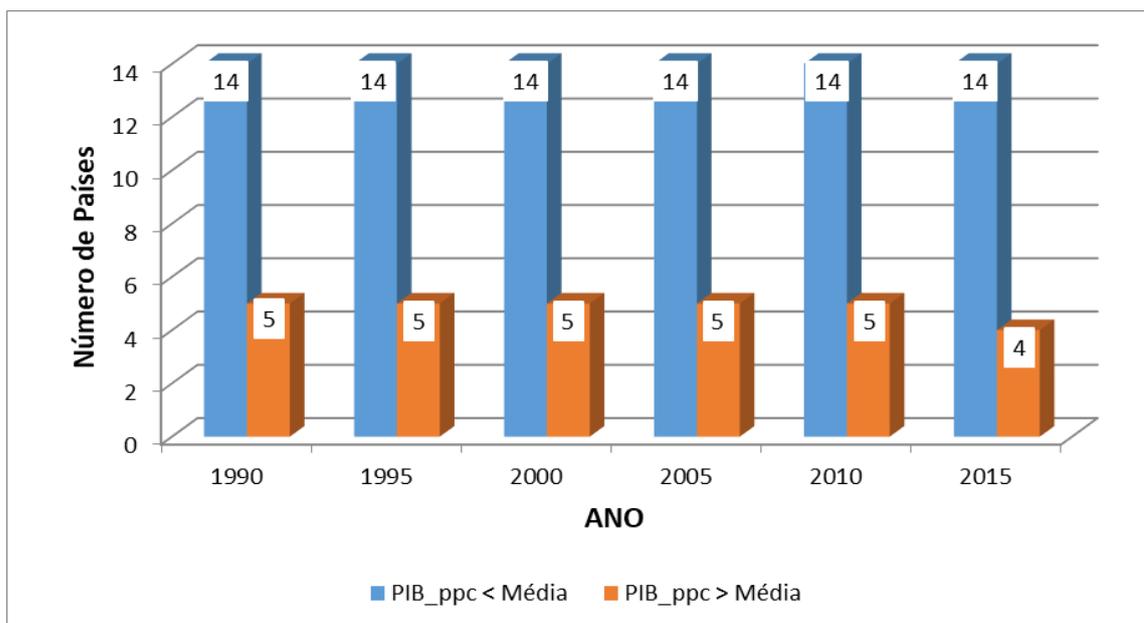


Gráfico 13: Número de países com PIB_ppc acima e abaixo da média regional (1995 a 2015)
Fonte: elaborado pelo autor.

Note-se que a diminuição do número de países com PIB_ppc acima da média somente ocorre por não se ter dados referentes a Venezuela, mas como esse país, no transcorrer dos demais anos, manteve seu PIB_ppc acima da média latino-americana, pode-se inferir que o mesmo ocorreu no ano de 2015.

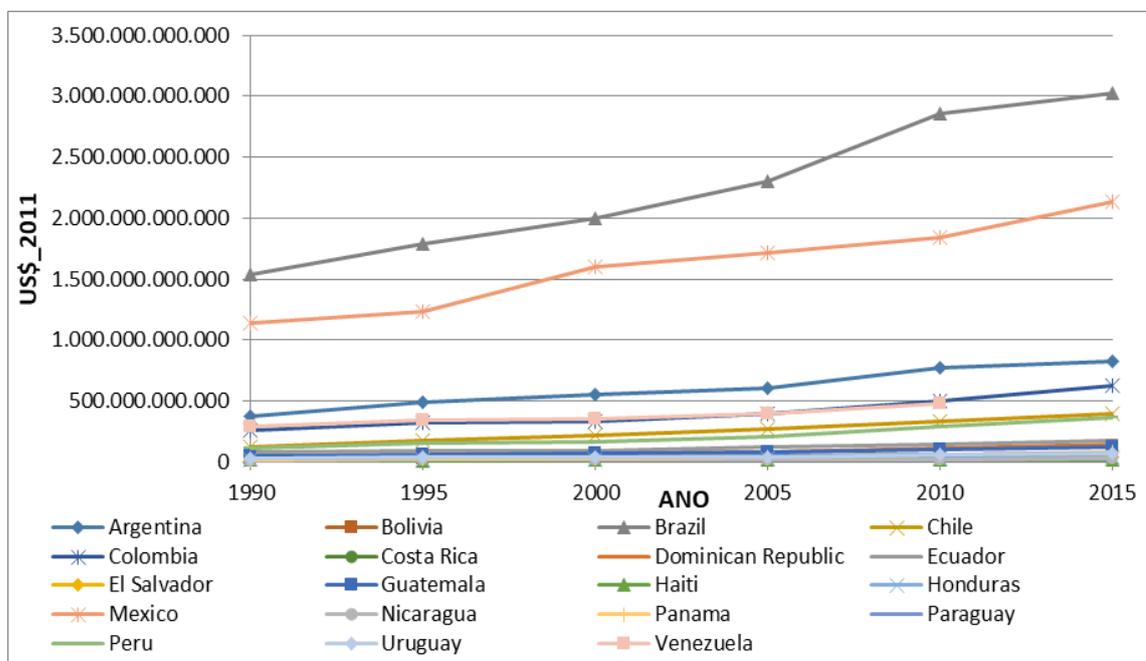


Gráfico 14: Crescimento do PIB_ppc dos países latino-americanos entre 1995 e 2015 (US\$ 2011 bilhões)
Fonte: elaborado pelo autor.

Um aspecto relevante a se considerar é que, mesmo apresentando um crescimento contínuo, o PIB_ppc da região apresentou uma tendência de queda, ou seja, o ímpeto do crescimento vem diminuindo no decorrer do período estudado, tendo crescido apenas US\$ 490.774.142.166,72 de 2010 a 2015, depois de uma forte elevação de US\$ 1.317.794.748.910,26 entre os anos de 2005 e 2010 e contra um crescimento de US\$ 740.964.112.398,95 entre 1990 e 1995 (Gráfico 15).

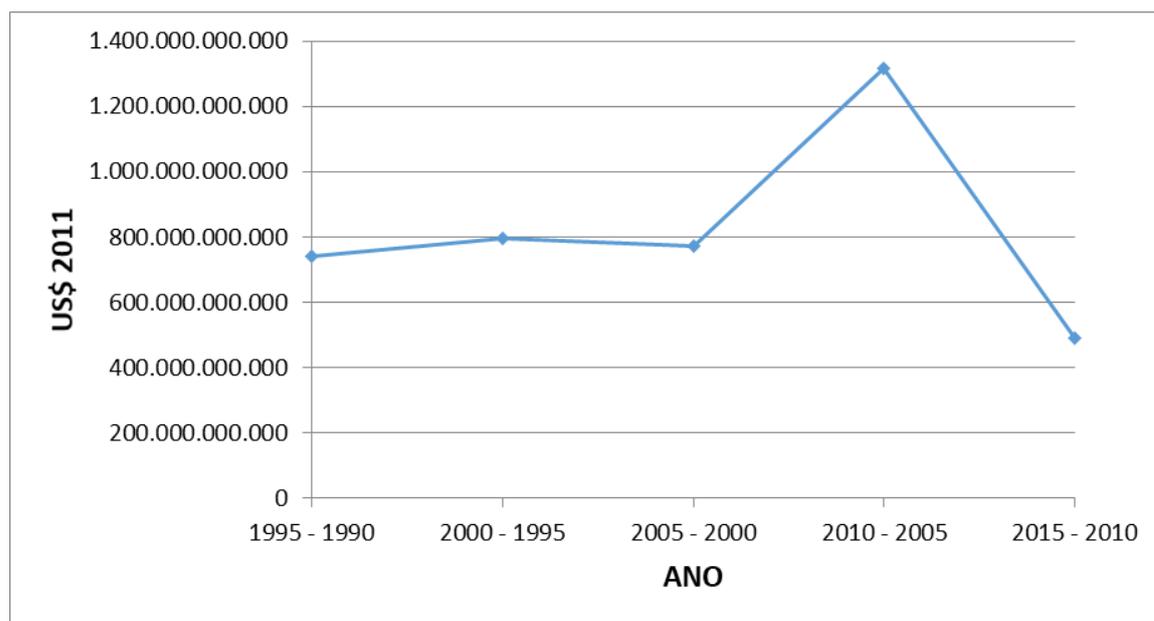


Gráfico 15: Variação do crescimento do PIB_ppc da América Latina entre 1995 e 2015 (US\$ 2011 bilhões)

Fonte: elaborado pelo autor.

O PIB_ppc_pc, assim como o PIB_pc para análises nacionais, permite avaliar, em comparações internacionais, como a riqueza produzida se distribuiria na população se toda a riqueza fosse igualmente distribuída. Ou seja, em uma sociedade totalmente igualitária, qual a parte da riqueza caberia a cada um dos indivíduos que a integram.

Certamente não é um indicador que leva em consideração a desigualdade que acomete os países latino-americanos e a região como um todo, mas é uma indicação do potencial de superação das privações a que estão submetidos milhões de pessoas no mundo todo.

Através da Tabela 15, pode-se visualizar como o PIB_ppc_pc evoluiu nos países latino-americanos no transcorrer dos anos de 1995 a 2015, excetuando-se Cuba pelos motivos já expostos.

Tabela 15: Evolução do PIB_ppc_pc nos países da América Latina de 1995 a 2015 (US\$ 2011 bilhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	11.334,22	13.893,52	14.899,87	15.518,68	18.712,06	19.116,91
Bolívia	3.707,24	4.106,17	4.412,26	4.694,92	5.407,47	6.531,52
Brasil	10.317,50	11.043,43	11.370,72	12.299,38	14.539,08	14.700,08
Chile	8.991,85	12.172,26	14.315,43	17.007,58	19.442,05	22.516,61
Colômbia	7.465,37	8.507,59	8.252,06	9.201,10	10.791,01	12.922,04
Costa Rica	7.803,06	8.952,10	9.878,29	11.025,48	12.999,99	14.738,61
Cuba	-	-	-	-	-	-
Rep.Dominicana	5.477,06	6.515,90	8.200,38	9.011,51	11.132,55	13.395,92
Equador	7.472,03	7.726,19	7.387,62	8.607,77	9.352,34	10.749,13
El Salvador	4.544,59	5.363,84	5.656,24	5.936,62	6.300,78	7.019,59
Guatemala	5.100,77	5.598,11	6.070,71	6.269,15	6.714,05	7.292,71
Haiti	2.095,27	1.679,45	1.739,39	1.561,96	1.502,03	1.651,23
Honduras	3.207,60	3.235,70	3.328,51	3.697,17	3.971,18	4.319,47
México	13.354,54	13.111,47	15.682,81	15.791,54	15.715,97	16.934,73
Nicarágua	2.993,49	2.938,27	3.444,56	3.759,52	4.028,71	4.956,92
Panamá	7.855,03	9.256,73	10.624,79	11.937,60	15.628,59	20.817,56
Paraguai	7.951,19	8.744,35	8.014,84	8.060,89	9.800,51	11.138,78
Peru	5.312,68	6.226,25	6.563,27	7.595,27	9.956,56	11.770,03
Uruguai	9.840,72	11.511,09	12.874,76	12.975,76	17.082,40	19.831,45
Venezuela	14.450,68	15.323,50	14.413,06	14.948,13	16.544,97	
Média	7.330,26	8.205,58	8.796,29	9.468,42	11.032,75	12.244,63
PIB_ppc_pc total	139.274,90	155.905,93	167.129,57	179.900,01	209.622,33	220.403,28
PIB_ppc_pc min	2.095,27	1.679,45	1.739,39	1.561,96	1.502,03	1.651,23
PIB_ppc_pc max	14.450,68	15.323,50	15.682,81	17.007,58	19.442,05	22.516,61

Fonte: elaborada pelo autor.

Embora a média regional do PIB_ppc_pc tenha apresentado um crescimento constante no período (Gráfico 16), indicando a ocorrência de uma maior capacidade para a superação das privações da população latino-americana, esse crescimento, quando se olha para o indicador de cada um dos países (Gráfico 17), não se comportou uniformemente.

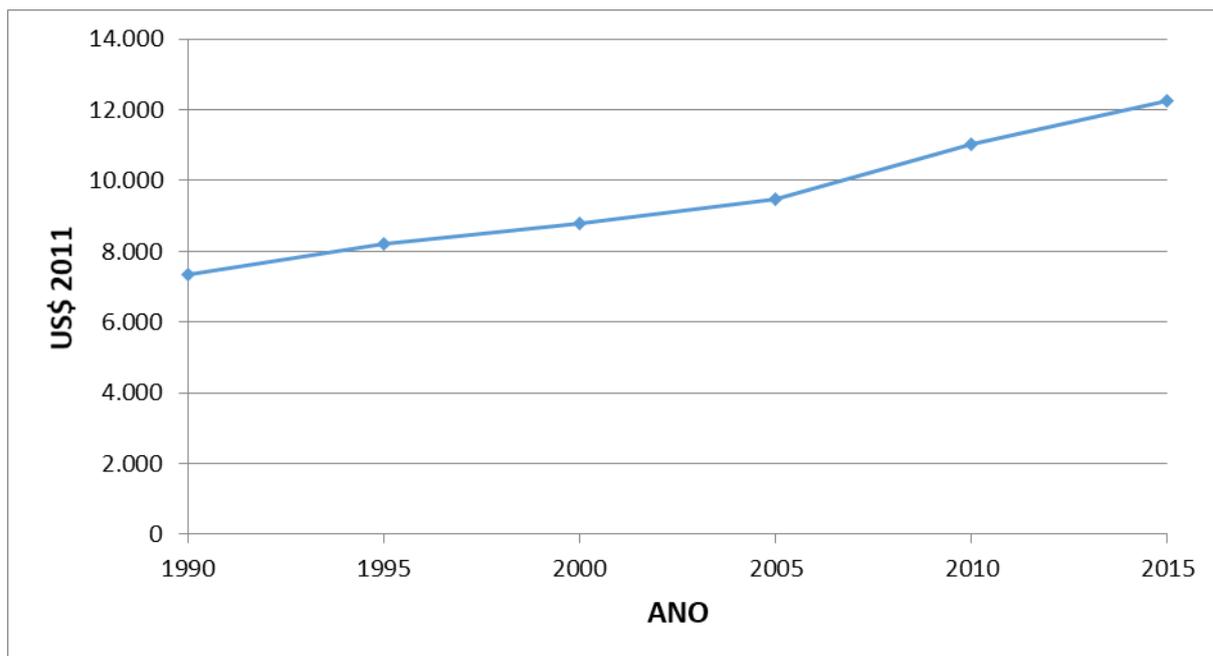


Gráfico 16: Evolução da média regional do PIB_ppc_pc (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

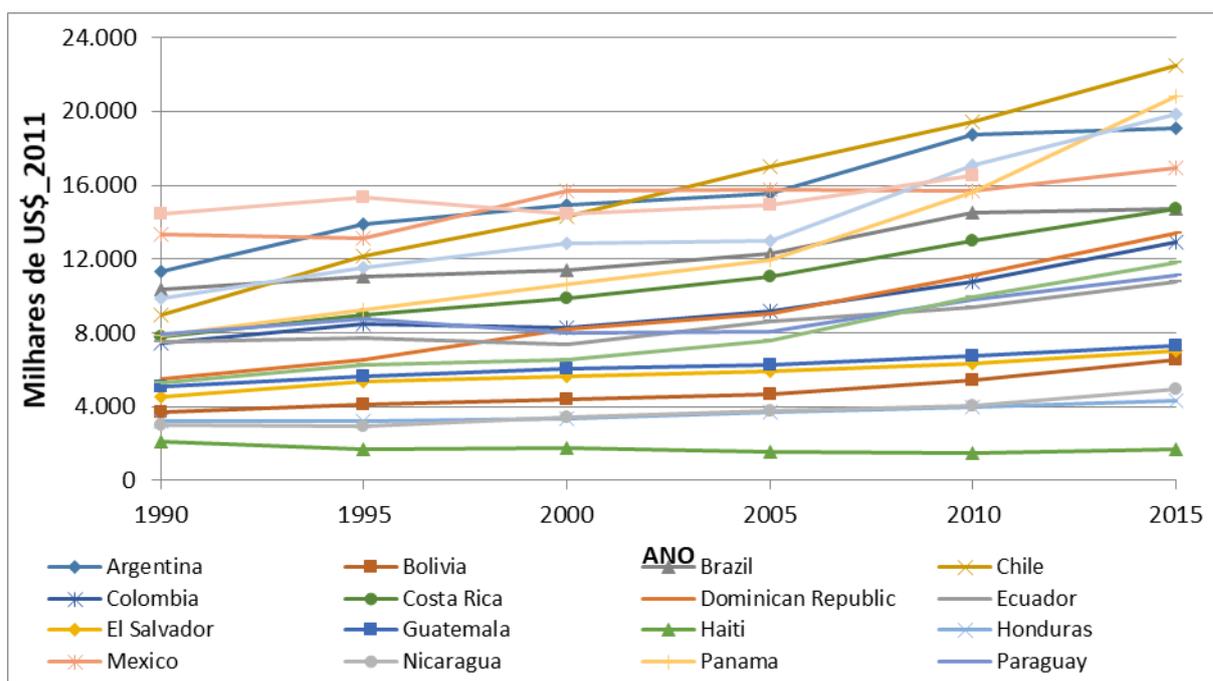


Gráfico 17: Variação do PIB_ppc_pc dos países latino-americanos (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

A média regional do PIB_ppc_pc se elevou em 50,51%, menor, portanto, que a do PIB_pc (59,97%) no período, mas enquanto alguns países apresentaram uma elevação de mais de 100%, outros ficaram bem abaixo da média, como é caso da Venezuela (14,49%), do México (26,81%) e, especialmente do Haiti, que apresentou uma queda com relação ao PIB_ppc_pc do início do período, mesmo que tenha tido uma elevação de 9,93% quando se compara 2010 com 2015.

No período analisado, não se verificou uma alteração significativa no número de países que tenham alterado sua posição com relação à média do PIB_ppc_pc regional (Gráfico 18), indicando que, mesmo com a elevação dessa média, as distâncias – em termos de potencial de superação de privações – não se modificaram na região.

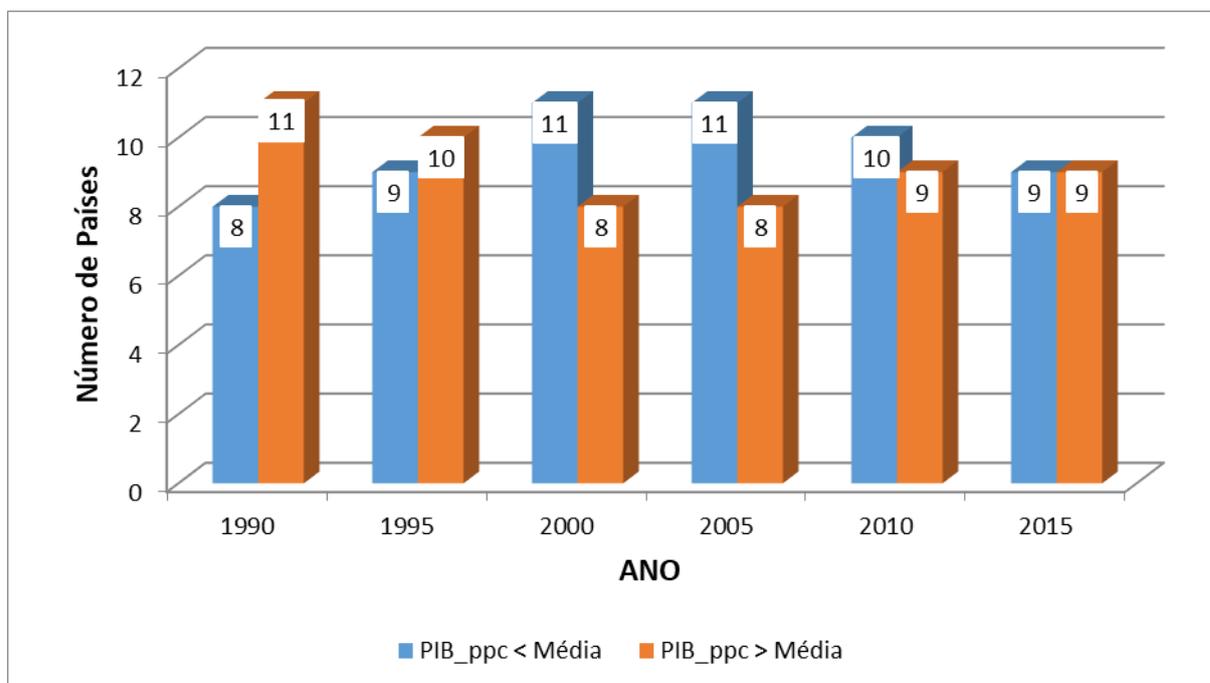


Gráfico 18: Número de países com PIB_ppc_pc acima e abaixo da média regional (1995 a 2015)
Fonte: elaborado pelo autor.

Em uma economia globalizada, as relações econômicas com o exterior são um importante indicador do comportamento da economia de uma região. Essas relações são transações entre residentes e não residentes e incluem a remessa e o recebimento de recursos pelos migrantes, os investimentos diretos realizados no exterior ou dele recebidos e, ainda, a exportação e importação de bens e serviços.

Para esse estudo, utilizou-se apenas os valores em US\$ 2010 da exportação e importação de bens e serviços dos países selecionados. Inicialmente, apresenta-se os dados sobre as exportações dos países e da América Latina (Tabela 16) para depois apresentar os referentes a importação.

Tabela 16: Evolução das Exportações dos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 milhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	25.968,22	36.385,38	49.289,34	67.536,49	80.208,87	69.894,25
Bolívia	2.777,68	3.985,39	4.336,60	7.039,37	8.093,18	10.412,73
Brasil	64.373,02	94.452,79	130.686,99	211.791,45	240.006,82	271.238,66
Chile	22.701,80	37.298,88	54.844,28	75.252,46	82.487,24	88.894,59
Colômbia	17.848,53	23.219,61	31.692,54	39.642,31	46.827,06	58.503,78
Costa Rica	3.567,46	5.673,14	8.060,13	10.408,11	12.363,10	15.546,18
Cuba	4.462,64	3.462,02	5.583,61	9.618,11	14.519,00	15.186,54
Rep.Dominicana	5.483,46	8.071,41	11.256,94	12.086,54	12.213,20	16.903,51
Equador	7.638,50	12.442,60	13.698,09	18.512,19	19.402,44	23.404,19
El Salvador	1.375,69	2.244,84	3.983,93	4.376,56	4.971,10	6.066,66
Guatemala	5.489,95	6.775,71	8.852,34	9.020,49	10.667,58	13.382,12
Haiti	473,91	352,69	783,31	882,79	1.016,04	1.419,99
Honduras	4.257,05	4.548,31	4.784,96	7.093,02	7.247,91	9.058,32
México	96.728,13	139.545,01	222.610,31	285.320,35	314.142,28	423.796,36
Nicarágua	676,14	901,39	1.602,21	2.284,52	3.544,32	4.719,10
Panamá	7.260,55	8.812,28	10.584,62	12.291,34	20.620,60	24.588,29
Paraguai	4.409,11	7.986,18	6.883,32	8.606,05	11.002,31	11.564,64
Peru	10.173,28	14.586,42	22.045,64	35.350,56	41.051,64	44.529,69
Uruguai	3.030,22	4.169,44	5.463,04	7.892,27	10.612,14	11.966,35
Venezuela	154.645,78	203.207,84	171.576,18	168.025,13	112.179,38	105.791,06
Média	22.167,06	30.906,07	38.430,92	49.651,51	52.658,81	61.343,35
Exp_total	443.341,12	618.121,32	768.618,38	993.030,10	1.053.176,23	1.226.867,02
Exp_min	473,91	352,69	783,31	882,79	1.016,04	1.419,99
Exp_max	154.645,78	203.207,84	222.610,31	285.320,35	314.142,28	423.796,36

Fonte: elaborada pelo autor.

O volume de exportações (em US\$ 2020) da América Latina aumentou continuamente no período estudado. Venezuela, de 1990 a 1995, foi o país que mais recebeu recursos através de seu comércio exterior, sendo superada pelo México, que se manteve como líder em exportações no restante do período, enquanto o Brasil somente passou a ocupar o segundo lugar a partir de 2005.

Com exceção de Cuba, que apresentou uma queda de US\$ 1.000.620.442,28 de 1990 e 1995 para, já no período seguinte iniciar sua recuperação, da Argentina com uma diminuição de US\$ 10.314.614.137,26 no último período (2010 a 2015) e da Venezuela que, após ter elevado seus ingressos com exportação entre 1990 e 1995 para a partir do período entre 1995 e 2000 entrar em declínio, os demais países elevaram, no decorrer de todo o período, seus ingressos com comércio internacional (Gráfico 19).

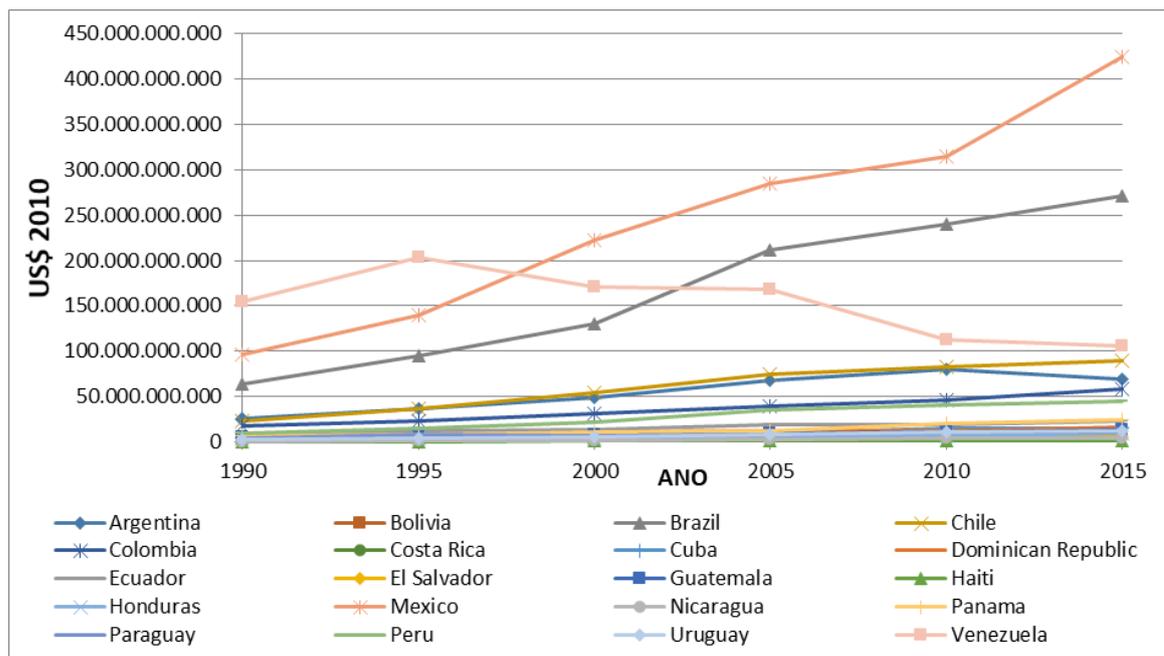


Gráfico 19: Variação dos ingressos com comércio exterior dos países latino-americanos (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

A crise da economia mundial de 2008 afetou, como era de esperar, as exportações da América Latina, fazendo com que a evolução dos ingressos, mesmo que ainda se elevando, apresentasse uma forte queda (menos US\$ 164.265.596.451,42 em comparação ao período imediatamente anterior) entre os anos de 2005 e 2010, para retomar uma elevação mais robusta (US\$ 113.544.666.244,18) entre 2010 e 2015 (Gráfico 20).

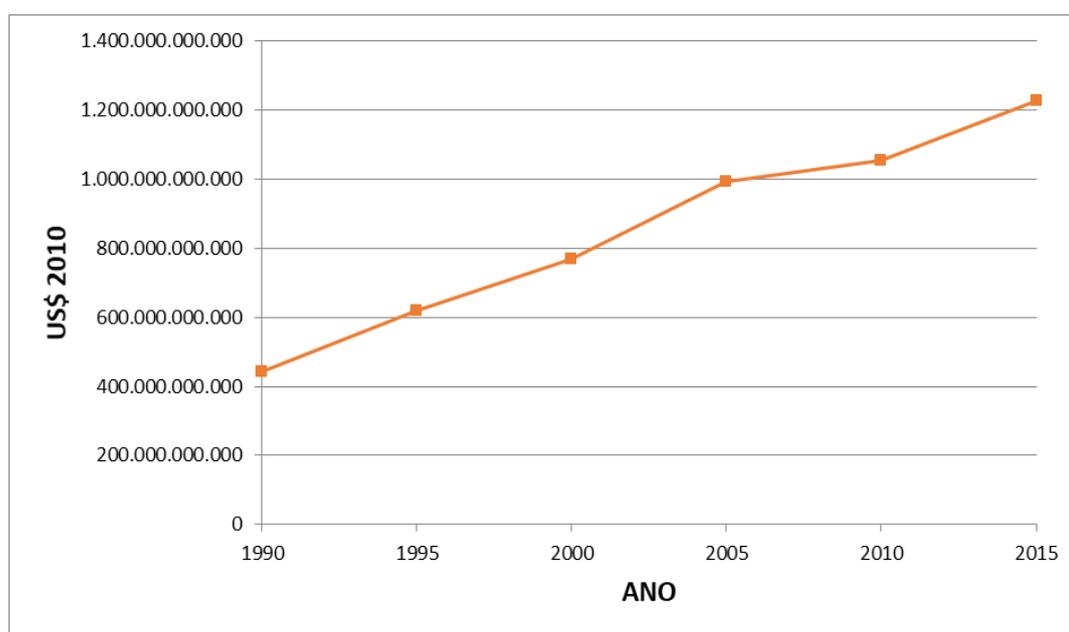


Gráfico 20: Evolução dos ingressos com comércio exterior da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

Do mesmo modo como as exportações (em US\$ 2020), as importações da América Latina aumentaram de maneira contínua no período analisado. Entretanto, no caso das importações, foi o México o país que mais dispendeu recursos em todos os períodos, tendo o Brasil na segunda posição também no decorrer de todo o período compreendido pelo estudo.

Enquanto o total das exportações cresceu quase três vezes no período, as importações aumentaram, mais que quintuplicaram no mesmo período de tempo (Tabela 17), indicando uma reversão no fluxo do comércio internacional na região.

Tabela 17: Evolução das Importações dos países da América Latina 1995 a 2015 (US\$ 2010 milhões)

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	7.941,66	29.716,36	42.559,03	40.842,89	67.937,93	76.053,14
Bolívia	2.483,34	3.301,78	4.292,44	5.631,78	6.744,57	9.691,78
Brasil	43.451,85	107.475,32	122.266,13	129.269,53	263.001,36	260.271,06
Chile	10.419,13	21.330,41	28.736,37	46.028,99	68.442,91	78.176,87
Colômbia	10.362,63	27.672,56	23.049,23	33.564,74	51.364,02	78.461,96
Costa Rica	4.536,32	6.690,17	8.597,27	10.693,27	13.061,02	17.396,30
Cuba	9.943,33	4.299,87	5.433,55	7.723,64	11.400,00	12.971,09
Rep.Dominicana	6.331,11	9.617,69	14.798,84	14.449,70	17.948,47	20.756,83
Equador	6.858,23	10.276,88	8.899,75	16.204,76	22.541,70	24.244,74
El Salvador	2.898,70	5.696,99	7.606,66	8.787,89	8.595,00	9.771,92
Guatemala	4.883,50	8.069,33	11.941,27	13.756,08	15.009,49	20.125,85
Haiti	920,75	1.413,92	3.398,09	3.579,26	4.288,04	4.382,26
Honduras	4.679,91	6.001,00	7.051,02	10.044,38	10.086,96	12.986,80
México	80.018,15	110.380,80	245.862,65	308.471,72	328.581,15	419.121,91
Nicarágua	1.265,78	1.920,05	3.265,48	3.992,81	5.246,16	7.382,35
Panamá	7.646,56	10.035,19	11.760,63	13.890,92	23.031,70	28.265,37
Paraguai	3.811,85	7.361,37	4.823,52	7.012,82	10.212,59	10.400,86
Peru	6.710,22	14.301,50	14.463,81	19.351,97	35.180,70	45.206,65
Uruguai	2.439,58	4.845,39	6.218,99	6.458,52	10.214,55	12.534,63
Venezuela	12.427,58	22.156,67	33.906,00	48.780,79	69.227,36	56.222,86
Média	11.501,51	20.628,16	30.446,54	37.426,82	52.105,78	60.221,26
Exp_total	230.030,19	412.563,24	608.930,76	748.536,47	1.042.115,68	1.204.425,23
Exp_min	920,75	1.413,92	3.265,48	3.579,26	4.288,04	4.382,26
Exp_max	80.018,15	110.380,80	245.862,65	308.471,72	328.581,15	419.121,91

Fonte: elaborada pelo autor.

As oscilações das importações dos países apresentaram maior oscilação do que as exportações com nove países apresentando aumentos e quedas no

transcorrer do período analisado e onze com crescimento contínuo.

Comparativamente à 1990, Cuba foi o país que apresentou a menor elevação das importações no último período (2015) com uma diferença de US\$ 3.027.764.425,34 e o México foi o que teve a maior elevação de seus dispêndios com comércio internacional, com uma diferença de US\$ 339.103.752.689,52 entre o ano inicial e o ano final do período analisado (Gráfico 21).

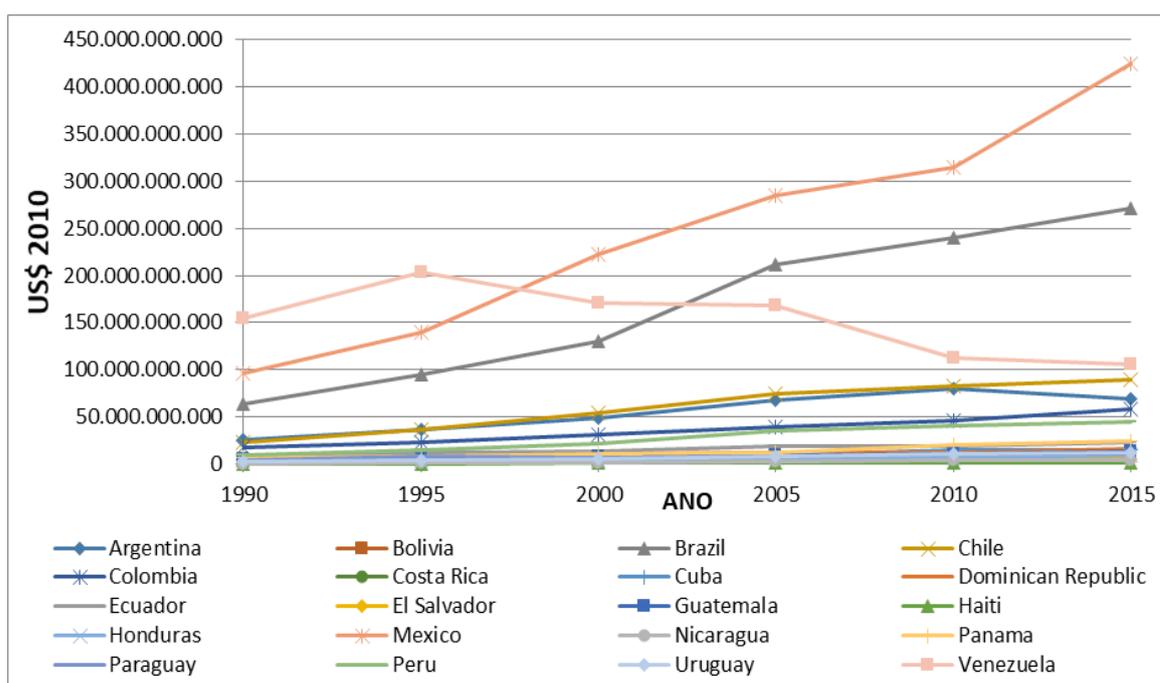


Gráfico 21: Evolução dos dispêndios com comércio exterior dos países latino-americanos (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

O total das importações da região (Gráfico 22) apresentou comportamento similar ao das exportações, com uma elevação contínua e acentuada entre 1990 e 2005, mas de forma contrária às exportações entre o período de 2005 e 2010. O aumento do dispêndio foi mais forte que nos períodos anteriores (aumento de US\$ 293.579.216.885,01 com relação ao período imediatamente anterior) para retornar a elevações mais suaves no período de 2010 a 2015 (mais US\$ 162.309.547.897,07).

O volume, em valores financeiros, das importações de México e Brasil representou mais de 50% do aumento das importações da região no decorrer do período analisado, totalizando, os dois países, US\$ 555.922.962.628,80 de um total de US\$ 974.395.043.860,26.

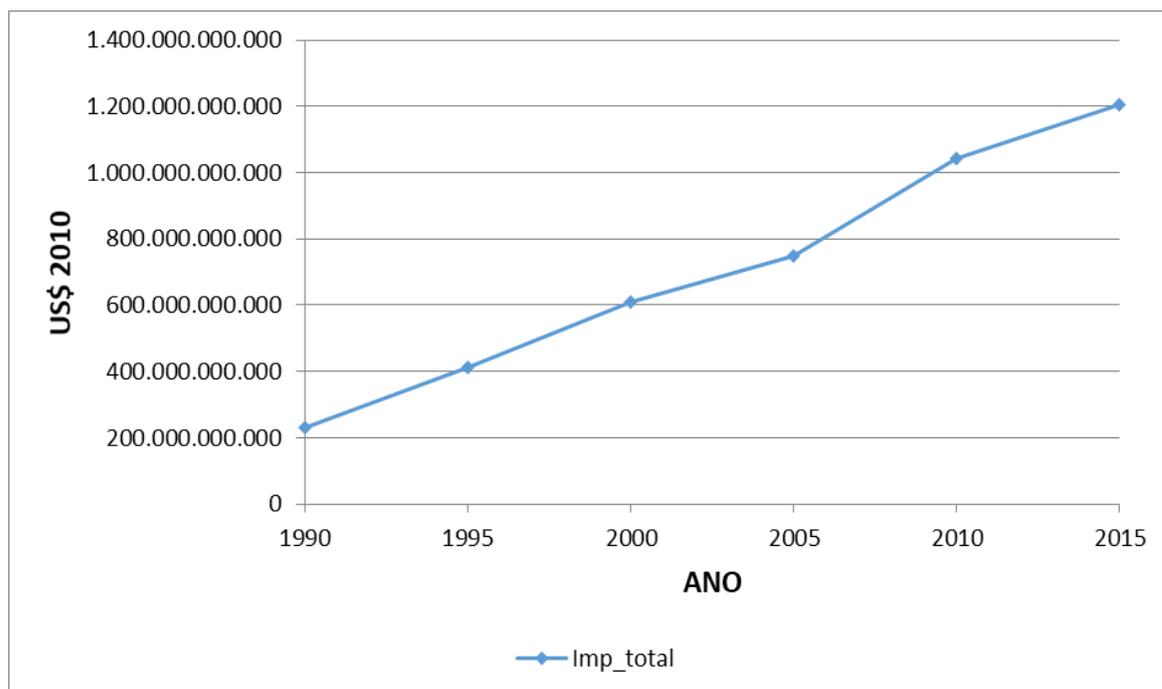


Gráfico 22: Evolução dos dispêndios com comércio exterior da América Latina (1995 a 2015)
Fonte: elaborado pelo autor.

O total dos ingressos e dos dispêndios com o comércio exterior da América Latina (Gráfico 23) evoluiu de forma que, nos dois últimos períodos analisados, seus valores praticamente se igualaram, mostrando que entre os anos de 2010 e 2015 as importações realizadas pela região foram, quase na sua totalidade, cobertas pelas exportações realizadas.

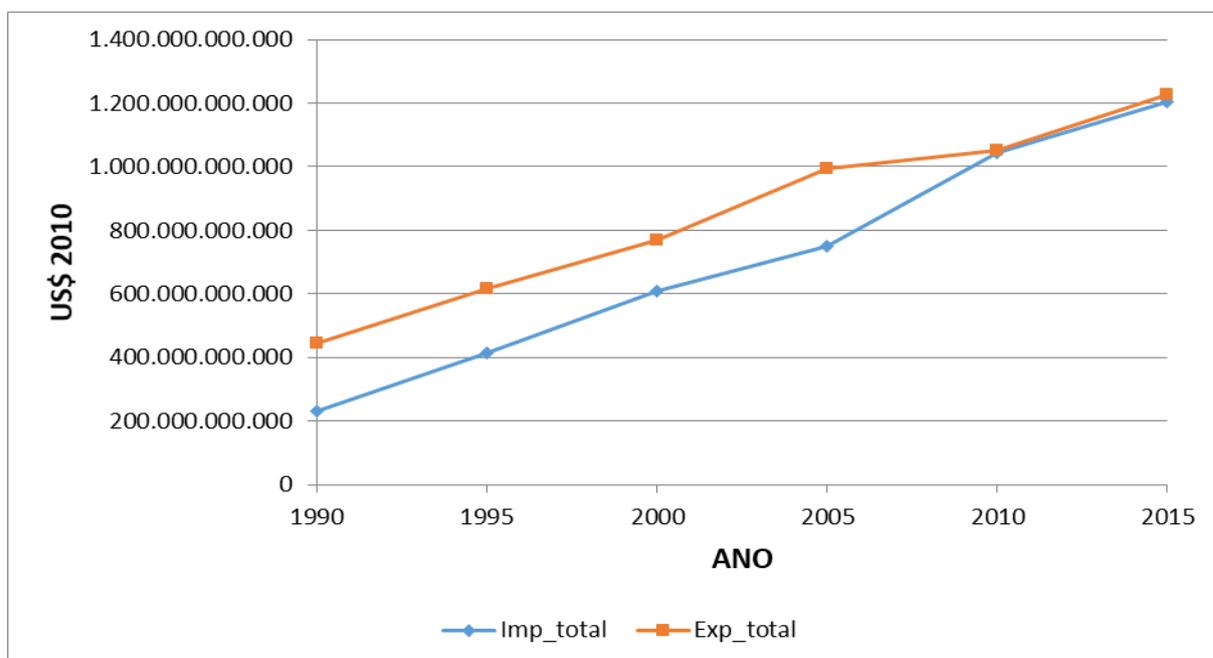


Gráfico 23: Evolução do comércio exterior da América Latina (1995 a 2015)
Fonte: elaborado pelo autor.

O saldo financeiro do comércio exterior (Gráfico 24) da região apresentou um viés de declínio já no início do período estudado, quando diminuiu de US\$ 213.310.936.098,71 em 1990 para US\$ 205.558.088.739,68 em 1995 e para US\$ 159.687.616.268,42 em 2000. No período posterior (2000 a 2005), elevou-se novamente, atingindo o maior saldo de todo o período (US\$ 244.493.637.778,43) para, atingido pela crise de 2008, despencar para US\$ 11.060.546.659,87 (2005 a 2010) e apresentar uma recuperação no último período (US\$ 22.441.790.773,41), que apesar de ser mais que o dobro do saldo do período anterior ainda foi mais de dez vezes inferior ao saldo apresentado no período de 2000 a 2005.

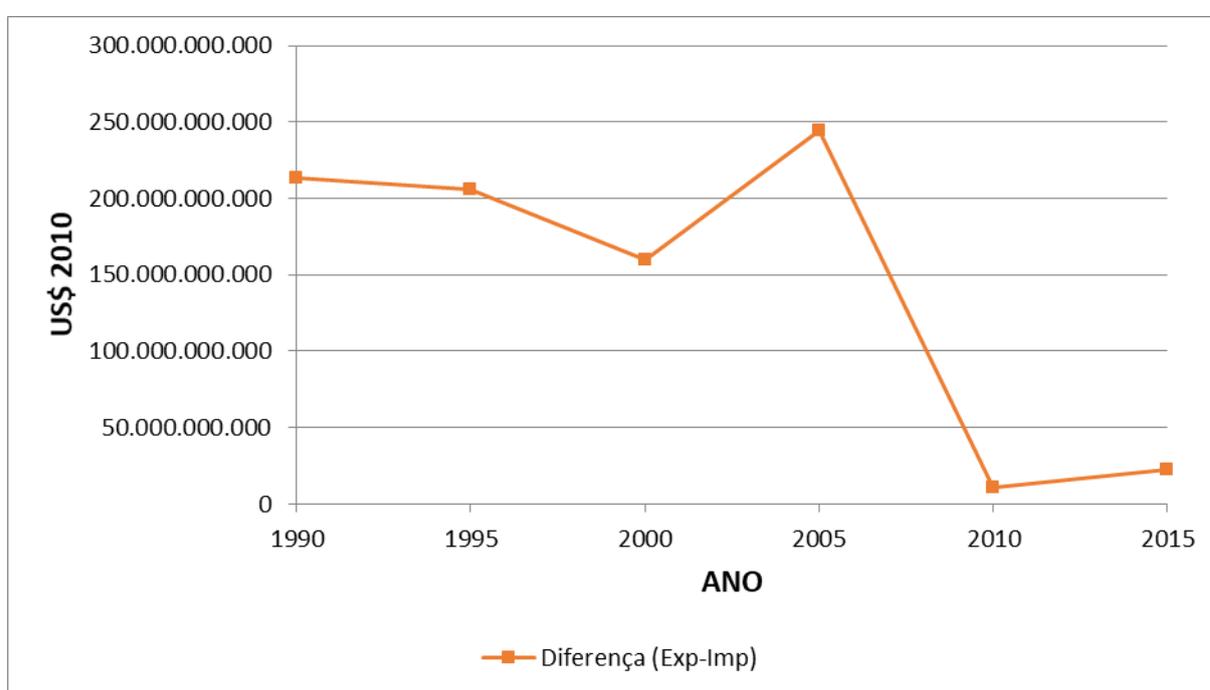


Gráfico 24: Evolução do saldo do comércio exterior da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

Analisadas as características gerais da população da América Latina e como se comportou a economia regional, resta verificar como a riqueza produzida foi apropriada pelas pessoas que a geraram e, após isto, realizar a análise dos impactos da economia sobre a população.

5.1.3 Desenvolvimento socioeconômico na América Latina – região e países selecionados de 1990 a 2015

Uma sociedade é caracterizada pelas relações sociais, políticas e culturais existentes entre os indivíduos e as classes sociais que a compõem. Ela, a

sociedade, é um conjunto de atividades dos homens, ou ações humanas, e essas ações é que tornam a sociedade possível. Essas ações conformam a organização social e mostram como seus membros se relacionam uns com os outros.

A desigualdade socioeconômica está presente em uma sociedade quando determinados indivíduos e classes sociais se encontram em condições mais vantajosas que outros indivíduos ou classes. Isso ocorre pela má distribuição da riqueza gerada e pela falta ou dificuldade de acesso à educação, saúde, cultura e oportunidades de trabalho.

Assim, a desigualdade é um produto das relações sociais no interior de uma determinada sociedade do mesmo modo que é a pobreza, muito embora não se possa confundi-las. A pobreza está presente quando os membros de uma sociedade – indivíduos ou classes sociais – encontram-se em situações de carência, que não possuem um padrão de vida mínimo estabelecido em cada contexto histórico.

É possível, portanto, a existência de sociedades pobres e ricas com mais ou menos desigualdade, dependendo da quantidade de riqueza produzida e de como essa riqueza é distribuída por seus extratos sociais e indivíduos.

Para analisar como a riqueza produzida na América Latina é apropriada pela população, utilizou-se o Índice de Gini e o IDH, em seu valor final, e, também, em cada uma de suas dimensões, buscando verificar não só o comportamento da redistribuição de renda, mas a evolução das condições de saúde e de educação dos latino-americanos.

Na Tabela 18 apresenta-se a evolução do índice de Gini para o período de análise e países que formam a amostra selecionada.

Tabela 18: Evolução do Índice de Gini dos países da América Latina entre 1995 e 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina		48,90	51,10	48,00	44,50	
Bolívia	42,00		61,60	58,50		46,70
Brasil	60,50	59,60		56,30		51,30
Chile	57,20		52,80			47,70
Colômbia			58,70	53,70	54,70	51,10
Costa Rica	45,30	45,70	47,40	47,50	48,20	48,40
Cuba						
Rep.Dominicana			51,50	50,00	47,30	45,20
Equador			56,40	53,10	48,70	46,00
El Salvador		49,90	51,50	48,50	43,50	40,60
Guatemala			54,20			
Haiti						
Honduras	57,40	55,50		59,50	53,10	49,60
México			52,60	50,10	47,20	
Nicarágua				48,80		
Panamá		57,80	56,80	53,80	51,60	50,80
Paraguai	40,80	58,20		51,40	51,00	47,60
Peru			49,10	50,40	45,50	43,40
Uruguai					44,50	40,20
Venezuela		47,80		52,40		
Média	50,53	52,93	53,64	52,13	48,32	46,82
Gini_min	40,80	45,70	47,40	47,50	43,50	40,20
Gini_max	60,50	59,60	61,60	59,50	54,70	51,30
Gini < média	3	4	7	8	7	6
Gini > média	3	4	5	7	5	7

Fonte: elaborada pelo autor.

Mesmo com vários *gaps* de dados, é possível verificar que a concentração de renda nos países latino-americanos apresenta uma tendência de declínio no período do estudo (Gráfico 25). Nos anos para os quais se tem um maior volume de informações (2000 a 2015), a média do Índice de Gini decresceu de forma contínua, o mesmo se dando com os valores mínimos e máximos do indicador.

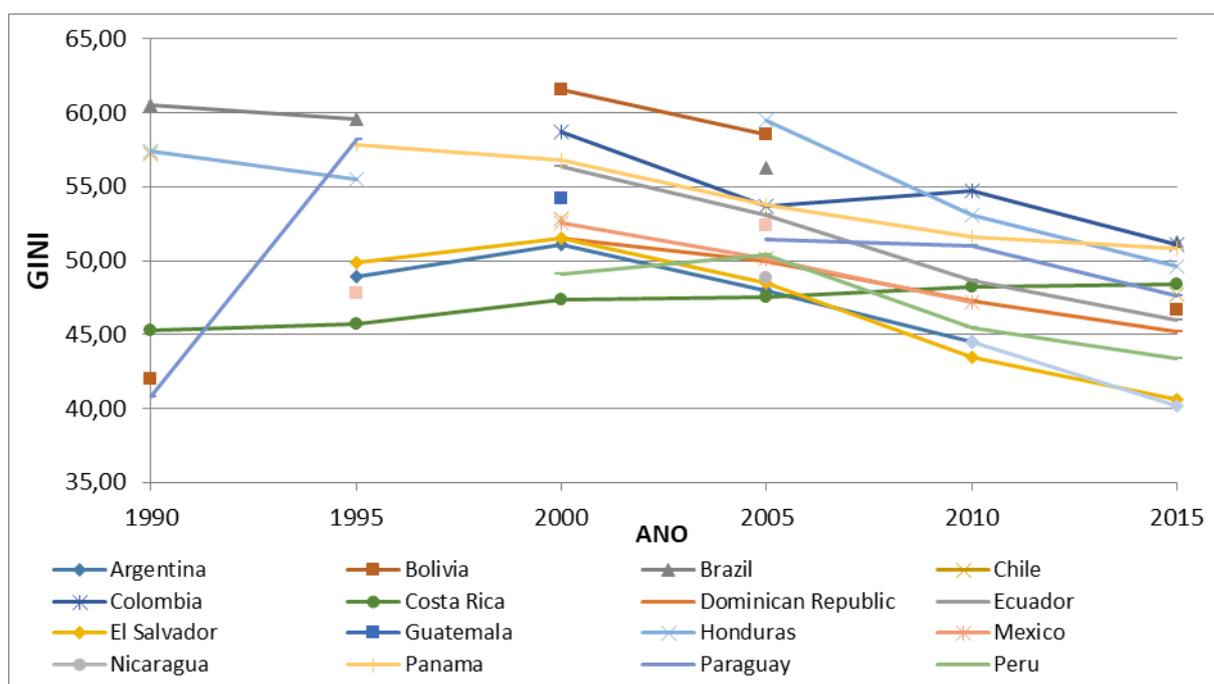


Gráfico 25: Evolução do Índice de Gini dos países da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

O Brasil foi o país com maior concentração de renda no ano inicial da série, com um Gini de 60,50, o segundo de todo o período, sendo o primeiro maior o da Bolívia em 2000 (61,60), ano para o qual não se tem o dado brasileiro. No ano final da série é também o Brasil que apresentou a maior concentração de renda medida pelo Índice de Gini (51,30). Aliás, foi o Brasil que apresentou o maior número de anos para os quais dispõe os dados do país o Índice mais elevado. Já a Costa Rica foi o que maior número de anos esteve com a menor concentração de renda, quando se olha para os dados disponíveis.

O fato de o Brasil apresentar os maiores níveis de concentração de renda no período não implicou em um aumento dessa. Pelo contrário, os dados disponíveis mostram uma queda no Índice de Gini. Situação oposta apresentou a Costa Rica, que mesmo ostentando os menores índices de Gini, teve uma elevação da concentração de renda em todos os períodos quando comparados com os imediatamente anteriores.

Quando se compara a evolução do PIB (US\$ 2010) com a média do Índice de Gini (Gráfico 26), fica evidente uma mudança na distribuição da riqueza na região. De 1990 a 2000, ambos indicadores se elevam, mostrando que o aumento contínuo do PIB na América Latina não resultou em uma melhor distribuição de renda, mas em sua concentração. A partir do ano de 2000, essa situação se altera. A elevação do PIB se mantém, mas a média do Índice de Gini passa a declinar, mostrando que

a riqueza produzida passa a ser melhor distribuída entre a população latino-americana.

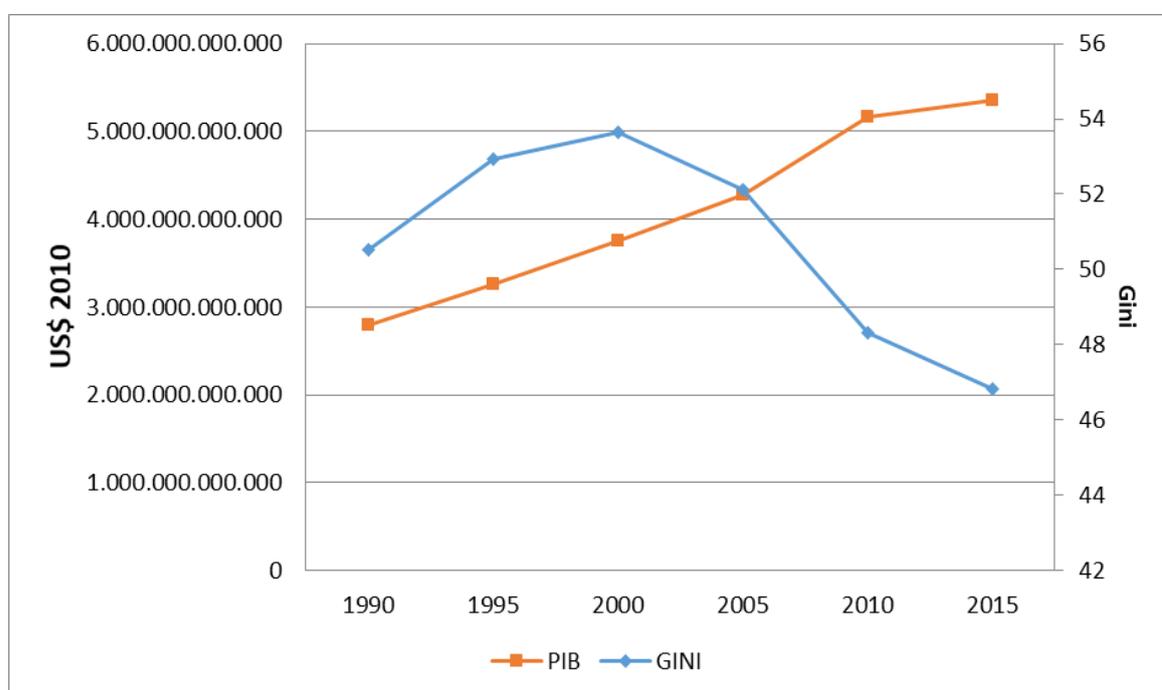


Gráfico 26: Evolução da média do Índice de Gini x evolução do PIB (US\$ 2010) na América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

O desenvolvimento, assim como a desigualdade e a pobreza, possui caráter multidimensional e só é possível compreendê-lo em toda sua complexidade se o analisar em outras dimensões além da renda, pois somente sob a ótica da renda não é possível captar os efeitos da presença ou da ausência de bens não monetários, como, por exemplo, educação e saúde.

Para analisar outras dimensões do desenvolvimento, além da renda, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Inicialmente, apresenta-se o IDH pleno (Tabela 19) e, posteriormente, cada uma de suas dimensões para analisar como se comportam e compará-los com o Índice de Gini.

Tabela 19: Evolução do IDH dos países da América Latina de 1995 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	0,707	0,731	0,770	0,777	0,818	0,828
Bolívia	0,540	0,578	0,616	0,632	0,656	0,685
Brasil	0,613	0,651	0,684	0,700	0,726	0,755
Chile	0,703	0,725	0,753	0,788	0,800	0,839
Colômbia	0,600	0,633	0,662	0,693	0,729	0,753
Costa Rica	0,655	0,687	0,711	0,728	0,754	0,786
Cuba	0,676	0,654	0,686	0,730	0,776	0,768
Rep.Dominicana	0,593	0,624	0,653	0,675	0,701	0,733
Equador	0,642	0,661	0,669	0,692	0,716	0,758
El Salvador	0,529	0,573	0,608	0,637	0,659	0,660
Guatemala	0,477	0,507	0,546	0,571	0,602	0,647
Haiti	0,412	0,421	0,440	0,451	0,467	0,492
Honduras	0,508	0,529	0,555	0,581	0,598	0,613
México	0,652	0,672	0,705	0,729	0,739	0,759
Nicarágua	0,494	0,523	0,568	0,593	0,614	0,644
Panamá	0,659	0,688	0,719	0,739	0,758	0,782
Paraguai	0,588	0,622	0,640	0,667	0,692	0,718
Peru	0,613	0,646	0,679	0,700	0,721	0,750
Uruguai	0,692	0,711	0,742	0,756	0,774	0,802
Venezuela	0,638	0,660	0,672	0,714	0,753	0,763
Média	0,600	0,625	0,654	0,678	0,703	0,727
IDH_min	0,412	0,421	0,440	0,451	0,467	0,492
IDH_max	0,707	0,731	0,770	0,788	0,818	0,839
IDH < média	8	8	8	8	8	7
IDH > média	12	12	12	12	12	13
IDH_muito alto	0	0	0	0	0	0
IDH_alto	0	0	0	0	2	2
IDH_médio	17	19	19	19	17	16
IDH_baixo	3	1	1	1	1	1

Fonte: elaborada pelo autor.

O IDH é classificado, para fins de análise, em quatro níveis: baixo [0,000 – 0,499], médio [0,500 – 0,799], alto [0,800 – 0,899] e muito alto [0,900 – 1,000]. No decorrer do período da análise, a média do IDH da América Latina elevou de 0,600 em 1990 para 0,727 em 2015 e se manteve em todo o período no nível médio.

Somente dois países, Argentina e Chile, atingiram o nível de IDH alto e isso nos dois últimos períodos da análise. A ampla maioria dos países apresentou um IDH médio em todo o período e, com exceção do ano de 1990, quando Guatemala, Haiti e Nicarágua apresentaram IDH baixo, nos demais períodos, somente o Haiti se manteve nessa situação.

Essa elevação contínua da média foi reflexo da tendência de alta apresentada pelo IDH de todos os países (Gráfico 27). A Guatemala foi o país no qual a elevação

do IDH (1,700) foi mais forte, enquanto no Haiti essa alta foi a mais baixa (0,080), seguido por Cuba (0,092).

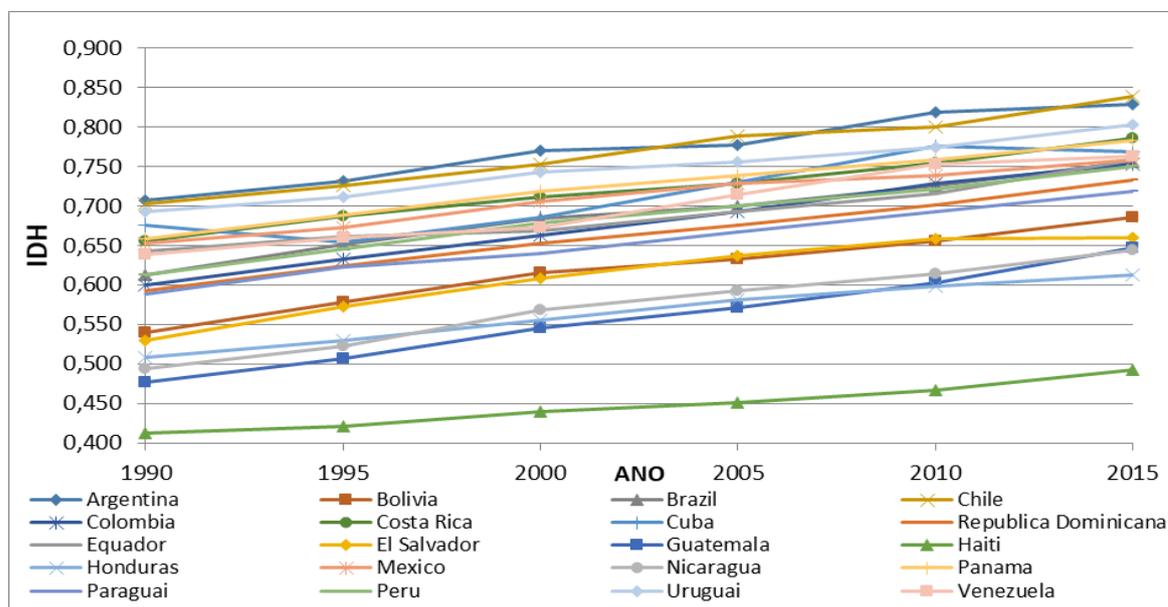


Gráfico 27: Evolução do IDH dos países da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

Sendo o IDH a média aritmética de três dimensões, é possível que uma delas seja a responsável pela elevação contínua do índice pleno. Isso pode ocorrer no caso de uma dessas três dimensões se elevar de tal forma que encubra uma queda ou estabilidade de uma delas ou mesmo das outras duas. Para verificar se esse foi o caso, ou se a elevação do IDH foi fruto de uma melhora determinada por suas três dimensões, essas dimensões serão analisadas separadamente. Na Tabela 20 são apresentados os dados da dimensão renda do IDH.

Tabela 20: Evolução do IDH (R) dos países da América Latina de 1995 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	0,709	0,744	0,753	0,745	0,787	0,792
Bolívia	0,538	0,556	0,567	0,574	0,594	0,625
Brasil	0,697	0,709	0,711	0,723	0,749	0,752
Chile	0,673	0,720	0,745	0,763	0,784	0,812
Colômbia	0,650	0,673	0,667	0,682	0,704	0,735
Costa Rica	0,650	0,675	0,685	0,703	0,729	0,746
Cuba	0,588	0,529	0,559	0,595	0,633	0,654
Rep.Dominicana	0,599	0,625	0,661	0,674	0,709	0,737
Equador	0,639	0,651	0,640	0,666	0,683	0,703
El Salvador	0,571	0,599	0,605	0,610	0,621	0,634
Guatemala	0,590	0,606	0,619	0,622	0,631	0,645
Haiti	0,459	0,428	0,433	0,414	0,410	0,424
Honduras	0,515	0,517	0,523	0,536	0,547	0,556
México	0,737	0,735	0,765	0,765	0,766	0,776
Nicarágua	0,507	0,493	0,527	0,543	0,552	0,582
Panamá	0,654	0,679	0,699	0,713	0,748	0,790
Paraguai	0,630	0,659	0,642	0,641	0,684	0,705
Peru	0,590	0,617	0,626	0,644	0,686	0,720
Uruguai	0,688	0,715	0,734	0,731	0,771	0,793
Venezuela	0,752	0,760	0,752	0,757	0,774	0,758
Média	0,622	0,634	0,646	0,655	0,678	0,697
IDH (R)_min	0,459	0,428	0,433	0,414	0,410	0,424
IDH (R)_max	0,752	0,760	0,765	0,765	0,787	0,812
IDH (R) < média	9	9	10	9	7	7
IDH (R) > média	11	11	10	11	13	13
IDH (R)_muito alto	0	0	0	0	0	0
IDH (R)_alto	0	0	0	0	0	1
IDH (R)_médio	19	18	19	19	19	18
IDH (R)_baixo	1	2	1	1	1	1

Fonte: elaborada pelo autor.

Da mesma forma como ocorreu com o IDH, a média da sua dimensão renda elevou de forma contínua no decorrer do período analisado, passando de 0,622 em 1990 para 0,697 em 2015. Embora tenha iniciado a série com um valor maior que o IDH pleno, o IDH (R) elevou de forma mais suave, indicando que sua influência no índice final não foi o fator preponderante para a elevação desse.

Com relação ao IDH (R), a ampla maioria dos países manteve, por todo o período, no intervalo do índice médio, com apenas um país (Chile) atingindo o índice alto e apenas no último intervalo de tempo. O Haiti novamente se manteve no intervalo de IDH (R) baixo em todo o transcurso do tempo e apenas em 2000 foi acompanhado pela Nicarágua.

Em termos da tendência da dimensão renda do IDH (Gráfico 28), a maioria

dos países apresentou uma elevação contínua com Haiti, sendo o único em que o IDR (R) alternou quedas e elevações por todo o intervalo de tempo, embora alguns países, como, por exemplo, Argentina e Cuba, tenham tido declínio dessa dimensão em um dos períodos, mas recuperaram o viés de elevação no período imediatamente posterior.

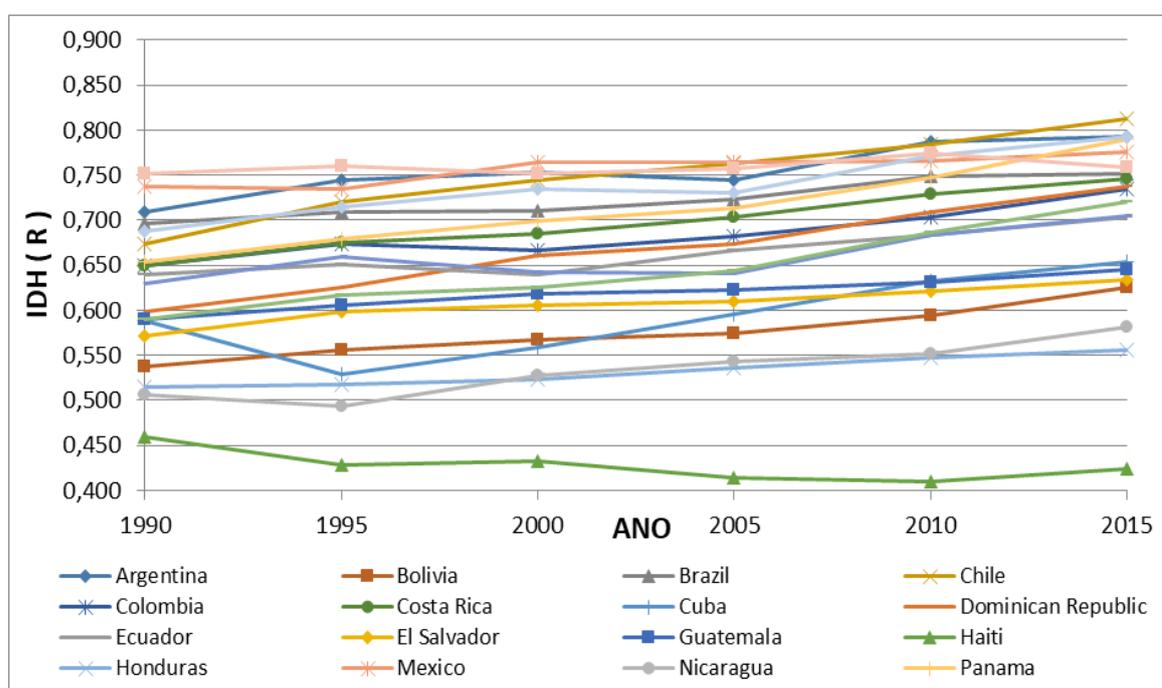


Gráfico 28: Evolução do IDH (R) dos países da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

A próxima dimensão do IDH que foi analisada é a dimensão saúde (Tabela 21). O IDH (S) utiliza a expectativa de vida ao nascer como *proxy* para medir os avanços em saúde de uma região geográfica. Da mesma forma que o IDH (R), a média regional do IDH (S) cresceu de forma contínua por todo o período. Em 1990, essa média era de 0,736 e em 2015 de 0,841, um crescimento de 0,106 pontos. Uma elevação mais forte do que a média do IDH (R), que foi de 0,075.

Essa melhora mais robusta nos esforços de superação das desigualdades apresentada pelo IDH (S) em relação ao IDH (R), aliada ao fato de que a dimensão saúde do IDH, já no início da série, apresentava um resultado mais alto, implicou em que o impacto da saúde no IDH pleno tenha sido mais forte do que o da elevação da renda no mesmo período de tempo.

Tabela 21: Evolução do IDH (S) dos países da América Latina de 1995 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	0,794	0,810	0,824	0,838	0,850	0,863
Bolívia	0,555	0,604	0,653	0,697	0,739	0,774
Brasil	0,713	0,743	0,771	0,798	0,825	0,846
Chile	0,823	0,846	0,867	0,887	0,904	0,918
Colômbia	0,765	0,786	0,815	0,835	0,853	0,870
Costa Rica	0,856	0,870	0,884	0,894	0,904	0,916
Cuba	0,841	0,853	0,872	0,888	0,898	0,901
Rep.Dominicana	0,717	0,741	0,760	0,781	0,801	0,819
Equador	0,752	0,784	0,812	0,833	0,848	0,864
El Salvador	0,677	0,727	0,752	0,771	0,788	0,806
Guatemala	0,650	0,694	0,736	0,766	0,792	0,819
Haiti	0,527	0,551	0,571	0,595	0,623	0,654
Honduras	0,719	0,752	0,780	0,800	0,820	0,838
México	0,783	0,809	0,836	0,851	0,847	0,845
Nicarágua	0,681	0,728	0,762	0,788	0,807	0,825
Panamá	0,815	0,832	0,847	0,860	0,874	0,889
Paraguai	0,747	0,762	0,778	0,795	0,810	0,826
Peru	0,710	0,752	0,786	0,814	0,837	0,858
Uruguai	0,809	0,825	0,842	0,859	0,873	0,883
Venezuela	0,779	0,790	0,802	0,813	0,817	0,809
Média	0,736	0,763	0,787	0,808	0,825	0,841
IDH (S)_min	0,527	0,551	0,571	0,595	0,623	0,654
IDH (S)_max	0,856	0,870	0,884	0,894	0,904	0,918
IDH (S) < média	9	10	10	9	10	9
IDH (S) > média	11	10	10	11	10	11
IDH (S)_muito alto	0	0	0	0	2	3
IDH (S)_alto	5	7	10	12	14	15
IDH (S)_médio	15	13	10	8	4	2
IDH (S)_baixo	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborada pelo autor.

Os melhores resultados dos esforços para superar as desigualdades existentes nos países latino-americanos foram do IDH (S). Embora o crescimento da média dessa dimensão (0,106) não tenha sido tão forte como o da média da dimensão educação (0,181), o fato do IDH (S) ter, no início da série de tempo, uma melhor colocação no *ranking* do IDH fez com que seu crescimento, que também foi contínuo, impactasse de forma mais forte o índice pleno.

O impacto do IDH (S) no IDH é comprovado pelo fato de que, no transcorrer da série temporal estudada, nenhum país tenha sido classificado como de IDH (S) baixo e que no penúltimo período da série (2005 a 2010) dois deles (Chile e Costa Rica, ambos com IDH (S) de 0,904) tenham atingido a classificação muito alto e que de 2010 a 2015 três países tenham atingido essa mesma classificação: os dois

mencionados e Cuba. A tendência de alta do IDH (S) dos países da América Latina é apresentada no Gráfico 29.

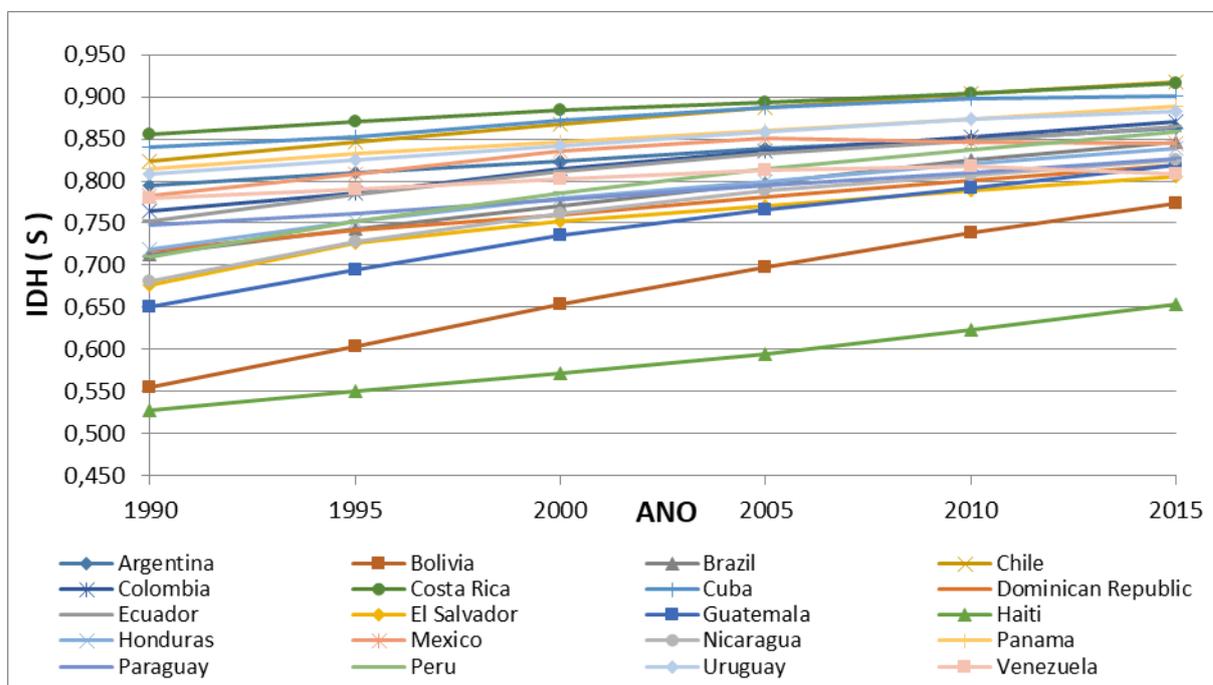


Gráfico 29: Evolução do IDH (S) dos países da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

A última dimensão do IDH a ser analisada é a dimensão educação (Tabela 22). Essa foi a dimensão que apresentou a maior elevação, da média, entre as três dimensões do índice pleno (0,181). Isso permite inferir que a elevação do IDH foi mais fortemente impactada pela melhoria das condições educacionais nos países latino-americanos do que pelas altas das demais dimensões.

O país que apresentou o menor IDH (E) no transcorrer de todo o período foi a Guatemala, com 0,284 em 1990 e o com o maior IDH (E) foi a Argentina no último ano da análise.

Tabela 22: Evolução do IDH (E) dos países da América Latina de 1995 a 2015

País	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Argentina	0,628	0,648	0,736	0,751	0,818	0,832
Bolívia	0,528	0,574	0,630	0,631	0,642	0,665
Brasil	0,463	0,523	0,584	0,593	0,619	0,677
Chile	0,626	0,627	0,661	0,722	0,722	0,792
Colômbia	0,433	0,480	0,534	0,584	0,644	0,669
Costa Rica	0,505	0,550	0,593	0,613	0,650	0,710
Cuba	0,624	0,621	0,663	0,736	0,824	0,768
Rep.Dominicana	0,485	0,525	0,554	0,585	0,606	0,652
Equador	0,551	0,565	0,577	0,598	0,635	0,717
El Salvador	0,382	0,432	0,493	0,551	0,586	0,562
Guatemala	0,284	0,311	0,358	0,390	0,437	0,512
Haiti	0,288	0,316	0,345	0,373	0,399	0,430
Honduras	0,355	0,381	0,418	0,457	0,477	0,494
México	0,480	0,510	0,548	0,595	0,623	0,666
Nicarágua	0,349	0,398	0,457	0,488	0,520	0,555
Panamá	0,538	0,577	0,627	0,658	0,665	0,681
Paraguai	0,431	0,480	0,524	0,581	0,599	0,635
Peru	0,551	0,581	0,636	0,653	0,652	0,684
Uruguai	0,597	0,609	0,661	0,688	0,687	0,737
Venezuela	0,444	0,480	0,503	0,591	0,674	0,724
Média	0,477	0,509	0,555	0,592	0,624	0,658
IDH (E)_min	0,284	0,311	0,345	0,373	0,399	0,430
IDH (E)_max	0,628	0,648	0,736	0,751	0,824	0,832
IDH (E) < média	9	8	10	9	9	7
IDH (E) > média	11	12	10	11	11	13
IDH (E)_muito alto	0	0	0	0	0	0
IDH (E)_alto	0	0	0	0	2	1
IDH (E)_médio	9	12	15	16	15	17
IDH (E)_baixo	11	8	5	4	3	2

Fonte: elaborada pelo autor.

De forma diversa da dimensão renda do IDH, o IDH (E) iniciou a série de tempo com a maioria dos países da região apresentando IDH (E) baixo, número que declinou de maneira contínua até atingir apenas dois países (Haiti e Honduras) nessa posição ao final do período.

A Argentina foi o país com o melhor desempenho do IDH (E) em todo o período estudado, com Chile e Cuba se alternado no segundo posto, mas com vantagem para Cuba que esteve o maior número de vezes (quatro) ocupando essa posição.

O comportamento do IDH (E) dos países da região (Gráfico 30) foi mais homogêneo que o do IDH (R). Somente dois países apresentaram, em algum período, queda no valor dessa dimensão quando comparada com o período anterior.

Os demais apresentaram crescimento constante ou, comparando-se 2010 com 2005, ficaram com seus índices estáveis (Chile, Peru e Uruguai).

É possível afirmar, a partir da análise gráfica dos dados, que os países latino-americanos empreenderam esforços para elevar os níveis de escolaridade da população em busca do aumento de suas capacitações e, com isso, da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e sociedade como um todo.

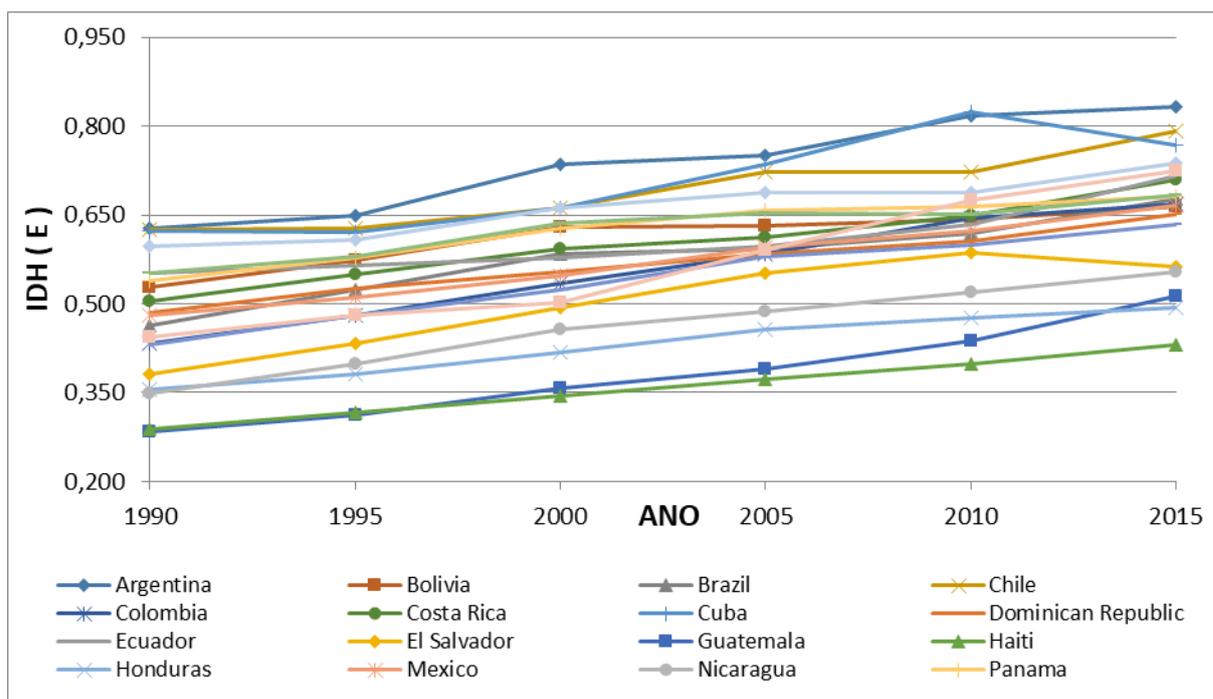


Gráfico 30: Evolução do IDH (E) dos países da América Latina (1995 a 2015)

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando-se o comportamento das médias das três dimensões do IDH (Gráfico 31), verifica-se o impacto que a elevação de cada uma dessas dimensões teve na melhoria do desenvolvimento socioeconômico da região e fica evidente que o IDH (E) foi o mais impactante.

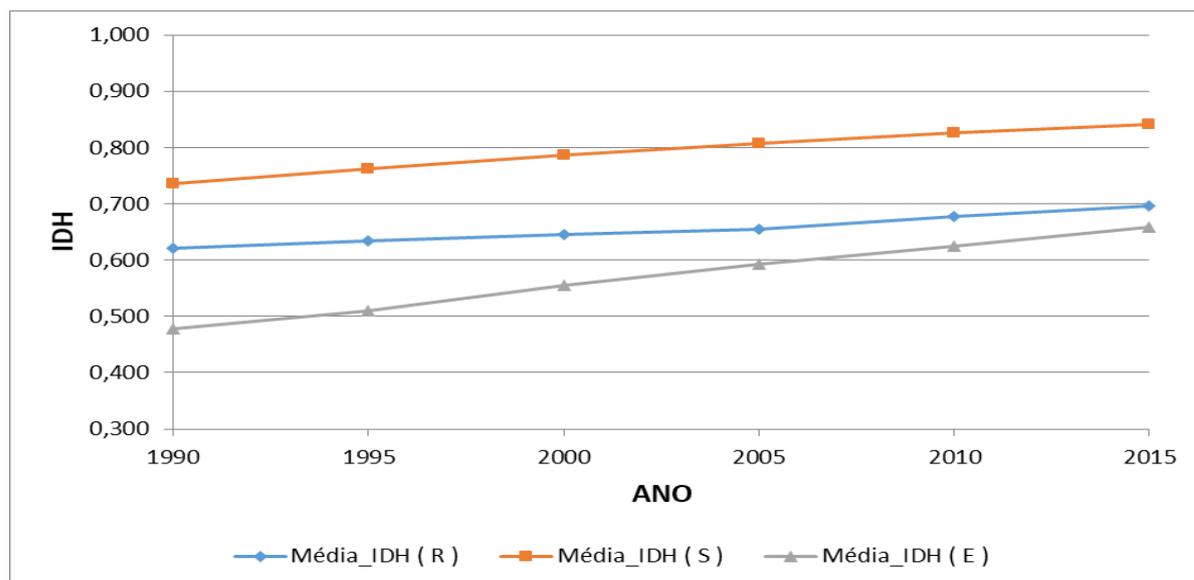


Gráfico 31: Evolução das médias das dimensões do IDH dos países da América Latina (1995 a 2015)
Fonte: elaborado pelo autor.

Realizada a análise gráfica, resta verificar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de pobreza e desigualdade da América Latina, o que será feito através da análise de painel.

5.2 ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL

A Tabela 23 apresenta oito estimações de MQO com efeito fixo para avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de pobreza. Nas estimações, alterna-se com e sem *dummy* de crises nas duas variáveis de respostas, tanto quando se analisa o impacto no Índice de Gini, quanto para o Hiato da pobreza.

Dessa forma, observa-se que tanto a taxa de crescimento do PIB, quanto a taxa de crescimento do estoque de capital não afetam a desigualdade e os índices de pobreza para as nações analisadas. Além disso, é possível observar que aumentos na inflação afetam positivamente os indicadores de pobreza, bem como os aumentos na taxa de câmbio afetam os hiatos da pobreza de \$3,20 e \$5,50, entretanto, ambos não afetam a desigualdade.

Analisando os indicadores de comércio exterior, pode-se verificar que um aumento nas importações afeta negativamente somente o grupo de indivíduos que pertencem ao Hiato da pobreza de \$5,50. Porém, no caso das exportações, os resultados indicam que um aumento afeta negativamente a desigualdade, bem como aqueles indivíduos que pertencem ao Hiato da pobreza de \$1,90.

Ademais, analisa-se que um aumento na taxa de crescimento populacional afeta negativamente a desigualdade e aqueles indivíduos que pertencem ao Hiato da pobreza de \$5,50 e o desemprego afeta positivamente tanto a desigualdade quanto os hiatos da pobreza. Por fim, a variável que representa as crises econômicas internacionais indica que crises econômicas contribuem para o aumento da desigualdade, mas não incidem sobre os hiatos da pobreza analisados.

Tabela 23: Resultados para Pobreza com MQO-FE

	Gini	Gini	Pob_ \$1, 90	Pob_ \$1, 90	Pob_ \$3, 20	Pob_ \$3, 20	Pob_ \$5, 50	Pob_ \$5, 50
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Tx_PIB	0.131 (0.10)	0.154 (0.09)	0.007 (0.08)	-0.003 (0.08)	-0.003 (0.11)	-0.012 (0.11)	0.021 (0.15)	0.016 (0.15)
Tx_FBK	-0.019 (0.02)	-0.022 (0.01)	-0.007 (0.01)	-0.006 (0.01)	-0.006 (0.02)	-0.005 (0.02)	-0.008 (0.02)	-0.007 (0.03)
Inflação	-0.001 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.002*** (0.00)	0.002*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.003*** (0.00)
Câmbio	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000* (0.00)	0.000 (0.00)	0.001*** (0.00)	0.001*** (0.00)
ln(import)	-2.315 (1.64)	-2.415 (1.65)	-0.088 (1.36)	-0.046 (1.36)	-2.710 (2.13)	-2.670 (2.12)	-7.131** (2.90)	-7.107** (2.90)
ln(export)	-4.320* (2.24)	-4.096* (2.23)	-4.037* (2.19)	-4.130* (2.23)	-3.738 (3.13)	-3.829 (3.18)	-3.042 (4.18)	-3.094 (4.24)
Tx_pop	-2.395* (1.13)	-2.374* (1.13)	1.114 (0.85)	1.105 (0.85)	2.020 (1.22)	2.011 (1.23)	2.968* (1.59)	2.963* (1.59)
Desempregc	0.603*** (0.12)	0.598*** (0.12)	0.372*** (0.12)	0.374*** (0.12)	0.526*** (0.15)	0.528*** (0.16)	0.704*** (0.19)	0.705*** (0.19)
D_crises		0.626** (0.28)		-0.261 (0.24)		-0.254 (0.41)		-0.145 (0.60)
_cons	207.335*** (29.83)	204.112*** (29.68)	97.542*** (31.15)	98.886*** (31.67)	154.100*** (44.74)	155.405*** (45.62)	247.605*** (62.13)	248.352*** (63.51)
N	292	292	292	292	292	292	292	292

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Os níveis de significância são representados por *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto. A amostra contempla 16 países da América Latina.

A Tabela 24 apresenta as estimações de MQO com efeito fixo, com intuito de avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de renda, saúde, educação e, também, o IDH. Seguindo a mesma lógica da tabela anterior, alterna-se

as estimações com e sem *dummy* de crises às variáveis de respostas.

Analisou-se que a taxa de crescimento do PIB é estatisticamente significativa, afetando negativamente tanto o indicador de educação, quanto o índice geral de desenvolvimento humano (IDH), exceto para os indicadores de renda e saúde. Também pode-se observar que as taxas de crescimento da formação bruta de capital e a taxa de inflação não foram estatisticamente significativas para explicar os indicadores de interesse. Já a taxa de câmbio afeta negativamente a renda e positivamente os índices de educação e IDH. Quanto as importações e exportações, os coeficientes significativos indicam que um aumento em ambos os setores impacta positivamente os indicadores, exceto para educação quando se analisa o nível de exportações.

Além disso, a taxa de crescimento populacional apresenta um impacto negativo nos indicadores de saúde, educação e IDH. De modo similar, o desemprego afeta negativamente os indicadores de renda, educação e IDH. Porém, não apresenta significância estatística sobre o indicador de saúde. Por fim, a variável de crises econômicas foi estatisticamente significativa para explicar o IDH, indicando que crises econômicas internacionais impactam negativamente o índice de desenvolvimento humano.

Tabela 24: Resultados para IDH com MQO-FE

	I_Renda (1)	I_Renda (2)	I_Saúde (3)	I_Saúde (4)	I_Educ (5)	I_Educ (6)	IDH (7)	IDH (8)
Tx_PIB	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.001* (0.00)	-0.002* (0.00)	-0.001** (0.00)	-0.001** (0.00)
Tx_FBK	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
Inflação	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
Câmbio	-0.000* (0.00)	-0.000* (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000*** (0.00)	0.000*** (0.00)	0.000** (0.00)	0.000** (0.00)
ln(import)	0.022** (0.01)	0.022** (0.01)	0.023*** (0.01)	0.023*** (0.01)	0.076*** (0.02)	0.077*** (0.03)	0.045*** (0.01)	0.046*** (0.01)
ln(export)	0.029*** (0.01)	0.029*** (0.01)	0.033*** (0.01)	0.033*** (0.01)	0.021 (0.03)	0.021 (0.03)	0.026** (0.01)	0.026** (0.01)
Tx_pop	-0.007 (0.01)	-0.007 (0.01)	-0.024*** (0.01)	-0.024*** (0.01)	-0.038** (0.02)	-0.038** (0.02)	-0.024*** (0.01)	-0.024*** (0.01)
Desemprego	-0.003** (0.00)	-0.003** (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.002* (0.00)	-0.002* (0.00)	-0.001** (0.00)	-0.001** (0.00)
D_crises		-0.001 (0.00)		-0.001 (0.00)		-0.003 (0.00)		-0.002* (0.00)
_cons	-0.490** (0.19)	-0.490** (0.19)	-0.465** (0.19)	-0.465** (0.19)	-1.617*** (0.35)	-1.616*** (0.35)	-0.938*** (0.15)	-0.937*** (0.15)
N	532	532	532	532	532	532	532	532

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Os níveis de significância são representados por *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto. A amostra contempla 22 países da América Latina.

A Tabela 25 apresenta as estimações com *System-GMM* de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998). Assim como na Tabela 23, o objetivo é avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de pobreza, alternando as estimações com *dummy* de crise.

Primeiramente, verificando a qualidade do ajustamento do modelo, foram reportados os testes de especificação da estatística J de Hansen e os testes de autocorrelação de primeira e segunda ordem de Arellano e Bond. O teste de Hansen indica que os instrumentos são válidos para todas as especificações. Quanto aos testes de autocorrelação de Arellano-Bond, os resultados indicam a rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem apenas para as

estimações (1) e (2) e a não rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de segunda ordem para todas as especificações, implicando que os instrumentos são válidos e não são correlacionados com o termo de erro apenas para as especificações (1) e (2). Por fim, observa-se que o número de instrumentos internos gerados não ultrapassa o número de grupos, seguindo a orientação de Labra e Torrecillas (2014) e Lillo e Torrecillas (2018). Portanto, somente as estimações (1) e (2) estão adequadas para interpretação.

No tocante aos resultados, analisa-se que o componente inercial, ou seja, a variável dependente defasada, foi estatisticamente significativa ao nível de 1% de confiança para estimação (1), mas não apresenta significância para a estimação (2). Quanto ao crescimento econômico o resultado indica um impacto positivo da taxa de crescimento do PIB na desigualdade para a estimação (1) para os países analisados. Todavia, o resultado não é corroborado pela especificação (2), quando são controlados os choques macroeconômicos com *dummy* de crise. Já para taxa de crescimento do estoque de capital, os resultados diferem dos encontrados com MQO-FE da Tabela 4, indicando que uma variação positiva na taxa de crescimento de estoque de capital reduz a desigualdade na estimação (2). Porém, a estimação (1) não corrobora o resultado, indicando que essa taxa não afeta a desigualdade.

Ademais, é possível observar que o aumento na inflação, bem como na taxa de câmbio, afeta positivamente o indicador desigualdade. Em relação as importações e exportações, não são estatisticamente significativas para explicar a desigualdade. Além disso, pode-se observar que um aumento na taxa de crescimento populacional afeta positivamente a desigualdade. Tal resultado contraria o encontrado com MQO-FE na Tabela 23, o que pode indicar que o modelo estimado com OLS-FE pode ter resultados enviesados, devido a endogeneidade. Contudo, a variável de desemprego segue afetando positivamente a desigualdade. Por fim, a variável que representa as crises econômicas internacionais indica que crises econômicas contribuem para o aumento da desigualdade em magnitude semelhante a encontrada anteriormente.

Tabela 25: Resultados para pobreza com System-GMM

	Gini (1)	Gini (2)	Pob_ \$1,90 (3)	Pob_ \$1,90 (4)	Pob_ \$3,20 (5)	Pob_ \$3,20 (6)	Pob_ \$5,50 (7)	Pob_ \$5,50 (8)
Inertial Component								
L. Gini	0.525*** (0.19)	0.241 (0.15)						
L. Pob_ \$1,90			-0.054 (0.29)	-0.286 (0.29)				
L. Pob_ \$3,20					0.027 (0.29)	-0.195 (0.31)		
L. Pob_ \$5,50							0.403 (0.30)	0.379 (0.58)
Covariates								
Tx_PIB	0.212 (0.24)	0.727** (0.31)	0.018 (0.20)	-0.016 (0.09)	0.140 (0.28)	0.079 (0.25)	-0.021 (0.35)	0.070 (0.37)
Tx_FBK	-0.021 (0.04)	-0.103** (0.05)	0.002 (0.03)	0.010 (0.02)	-0.012 (0.04)	-0.000 (0.04)	0.013 (0.05)	-0.001 (0.05)
Inflação	0.004*** (0.00)	0.004*** (0.00)	0.002*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.004*** (0.00)	0.005*** (0.00)	0.004** (0.00)	0.004 (0.00)
Câmbio	0.000* (0.00)	0.000* (0.00)	-0.001* (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001* (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.000 (0.00)
ln(import)	-0.326 (1.38)	0.523 (1.74)	-3.697** (1.80)	-3.378* (1.98)	-5.560** (2.56)	-5.262** (2.35)	-5.685* (3.33)	-5.434 (4.27)
ln(export)	0.092 (0.79)	-0.347 (1.34)	3.108* (1.74)	2.806 (1.87)	4.815* (2.56)	4.244* (2.26)	4.753 (3.17)	4.387 (3.84)
Tx_pop	1.908* (1.07)	3.382*** (0.87)	1.371 (1.79)	2.036* (1.19)	3.282 (3.07)	2.669 (2.50)	2.346 (3.74)	1.205 (4.93)
Desemprego	0.135** (0.06)	0.323*** (0.11)	-0.020 (0.14)	0.042 (0.13)	-0.014 (0.23)	-0.021 (0.24)	-0.029 (0.29)	0.014 (0.37)
D_crisis		0.788** (0.34)		-0.011 (0.25)		0.155 (0.47)		0.446 (0.52)
_cons	24.668 (19.06)	24.310 (15.28)	15.861 (14.63)	14.935 (15.72)	19.870 (23.74)	28.521 (24.84)	27.431 (25.62)	31.037 (33.90)
AR (1)	[0.02]	[0.02]	[0.63]	[0.70]	[0.50]	[0.80]	[0.20]	[0.51]
AR (2)	[0.23]	[0.15]	[0.19]	[0.91]	[0.44]	[0.87]	[0.85]	[0.82]
J- Hansen	[0.33]	[0.69]	[0.61]	[0.67]	[0.43]	[0.50]	[0.57]	[0.53]
N instrumentos	16	16	16	16	16	16	16	16
N grupos	16	16	16	16	16	16	16	16
N	232	232	232	232	232	232	232	232

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Os parâmetros foram estimados por meio do método *two-step system-GMM com PCA*. Os níveis de significância são representados por *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto de Windmeijer (2005). A amostra contempla 16 países da América Latina.

A Tabela 26 apresenta oito estimações com o estimador *System-GMM*, seguindo a mesma lógica anterior da Tabela 24, com o objetivo de avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de renda, saúde, educação e IDH. Da mesma forma da tabela anterior, alterna-se as estimações com e sem *dummy* de crises as variáveis de respostas.

Verificando a qualidade do ajustamento do modelo pelos testes, tem-se que o teste de Hansen indica que os instrumentos são válidos para todas as especificações. Quanto aos testes de autocorrelação de primeira e segunda ordem de Arellano-Bond, os resultados indicam que é rejeitada a hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem e a não é rejeitada a hipótese nula de ausência de autocorrelação de segunda ordem para todas as especificações, exceto para as estimações (3) e (4), implicando que os instrumentos são válidos e não são correlacionados com o termo de erro. Quanto aos instrumentos, pode-se observar que o número e os instrumentos internos gerados não ultrapassa o número de grupos, conforme a orientação de Labra e Torrecillas (2014) e Lillo e Torrecillas (2018). Portanto, todas as especificações estão adequadas a interpretação, exceto as estimações (3) e (4).

Quanto aos resultados do componente inercial, em todas as especificações foram estatisticamente significativos a um nível de confiança de 1%, indicando que os valores passados dos índices explicam os valores presentes. Com relação a taxa de crescimento do PIB, pode-se analisar que uma variação positiva do PIB afeta positivamente o índice de renda e o IDH. Tal resultado é o oposto ao encontrado na Tabela 5 para o IDH com estimador MQO-FE. Além disso, a taxa de crescimento do PIB não apresenta efeito sobre a educação. Também se observa que as taxas de formação bruta de capital, bem como a taxa de câmbio, importações, desemprego e a variável que captura as crises econômicas não foram estatisticamente significativas para explicar os indicadores de interesse.

Analisando a taxa de inflação e as exportações, os resultados apresentam impacto negativo com significância estatística, implicando que um aumento afeta negativamente somente o índice de renda. Já os resultados para taxa de crescimento populacional impactam negativamente também somente o índice de renda na estimação (1), não sendo corroborado na estimação (2).

Tabela 26: Resultados para IDH com System-GMM

	I_Renda (1)	I_Renda (2)	I_Saúde (3)	I_Saúde (4)	I_Educ (5)	I_Educ (6)	IDH (7)	IDH (8)
Inertial Component								
L. I_Renda	1.030*** (0.01)	1.038*** (0.02)						
L. I_Saúde			0.993*** (0.02)	0.993*** (0.02)				
L. I_Educ					0.957*** (0.05)	0.964*** (0.06)		
L. IDH							0.999*** (0.03)	1.007*** (0.03)
Covariates								
Tx_PIB	0.002*** (0.00)	0.002*** (0.00)	-0.000* (0.00)	-0.000* (0.00)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	0.001** (0.00)	0.001* (0.00)
Tx_FBK	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
Inflação	-0.000*** (0.00)	-0.000** (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
Câmbio	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
ln(import)	0.001 (0.00)	0.002 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.000 (0.01)	0.001 (0.00)	0.002 (0.00)
ln(export)	-0.002* (0.00)	-0.003* (0.00)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	0.002 (0.01)	0.001 (0.01)	-0.001 (0.00)	-0.002 (0.00)
Tx_pop	-0.001** (0.00)	-0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	-0.002 (0.00)	-0.003 (0.01)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
Desemprego	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000* (0.00)	-0.000* (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
D_crises		0.000 (0.00)		0.000 (0.00)		0.000 (0.00)		0.000 (0.00)
_cons	0.007 (0.01)	0.006 (0.01)	0.013 (0.01)	0.012 (0.01)	0.004 (0.03)	0.005 (0.05)	-0.005 (0.01)	-0.008 (0.02)
AR (1)	[0.00]	[0.01]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]
AR (2)	[0.39]	[0.57]	[0.00]	[0.00]	[0.45]	[0.44]	[0.54]	[0.71]
J- Hansen	[0.32]	[0.19]	[0.26]	[0.21]	[0.18]	[0.10]	[0.15]	[0.09]
<i>instrumentos</i>	21	21	21	21	21	21	21	21
<i>N grupos</i>	22	22	22	22	22	22	22	22
<i>N</i>	532	532	532	532	532	532	532	532

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Os parâmetros foram estimados por meio do método *two-step system-GMM com PCA*. Os níveis de significância são representados por *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto de Windmeijer (2005). A amostra contempla 22 países da América Latina.

5.2.1 Robustez

Nesta seção, os resultados são reestimados com o estimador *system-GMM* de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998), adotando os chamados “desvios ortogonais à frente” ou simplesmente “desvios ortogonais” de Arellano e Bover (1995). Essa estratégia é indicada quando o painel é desbalanceado, pois

minimiza a perda informacional, dado que em vez de subtrair a observação anterior da contemporânea, é subtraído a média de todas as observações futuras disponíveis (ARELLANO; BOVER, 1995).

A Tabela 27 apresenta as estimações com *System-GMM* com desvios ortogonais de Arellano e Bover (1995). Assim como na Tabela 23 e 24, o objetivo é avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de pobreza, alternando as estimações com *dummy* de crise.

Primeiramente, verificando a qualidade do ajustamento do modelo, o teste de Hansen indica que os instrumentos são válidos para todas as especificações. Os testes de autocorrelação de Arellano-Bond indicam a rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem apenas para as estimações (1), (2) e (7) e a não rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de segunda ordem para todas as especificações, implicando que os instrumentos são válidos e não são correlacionados com o termo de erro apenas para as especificações (1), (2) e (7). Por fim, observa-se que o número de instrumentos internos gerados não ultrapassa o número de grupos. Portanto, somente as estimações (1), (2) e (7) estão adequadas para interpretação.

Em relação aos resultados, observa-se que o componente inercial do Índice de Gini e do Hiato da pobreza de \$5,50 foram estatisticamente significativos ao nível de confiança de 1%, indicando que os valores passados dos índices explicam os valores presentes. Quanto à taxa de crescimento do PIB, os resultados encontrados para ambas estimações corroboram com os resultados da Tabela 6, onde impactam positivamente sobre a desigualdade. Entretanto, a taxa de crescimento de estoque de capital não apresenta impacto na desigualdade e no Hiato da pobreza, diferindo dos resultados encontrados anteriormente.

Ademais, observa-se que o aumento na inflação afeta positivamente o indicador da desigualdade, bem como o Hiato da pobreza, corroborando com o resultado encontrado na Tabela 6. Além disso, o comércio internacional não possui impacto em nenhum dos índices analisados. Por fim, as variáveis câmbio, taxa de crescimento populacional e desemprego seguem afetando positivamente a desigualdade, mas ambas sem impacto na pobreza. E a variável que representa as crises econômicas internacionais indica que choques macroeconômicos contribuem somente para o aumento da desigualdade nas estimações.

Tabela 27: Resultados para pobreza com System-GMM Ortogonal

	Gini (1)	Gini (2)	Pob_ \$1,90 (3)	Pob_ \$1,90 (4)	Pob_ \$3,20 (5)	Pob_ \$3,20 (6)	Pob_ \$5,50 (7)	Pob_ \$5,50 (8)
Inertial Component								
L. Gini	0.579*** (0.11)	0.362* (0.19)						
L. Pob_ \$1,90			0.395** (0.18)	0.458 (0.30)				
L. Pob_ \$3,20					0.423** (0.20)	0.132 (0.29)		
L. Pob_ \$5,50							0.667*** (0.15)	0.301 (0.42)
Covariates								
Tx_PIB	0.176 (0.17)	0.585** (0.29)	-0.107 (0.07)	-0.102 (0.09)	-0.156 (0.17)	-0.121 (0.14)	-0.266 (0.25)	-0.066 (0.22)
Tx_FBK	-0.008 (0.03)	-0.076 (0.05)	0.019* (0.01)	0.021 (0.01)	0.030 (0.03)	0.031 (0.03)	0.047 (0.04)	0.026 (0.03)
Inflação	0.003*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.001*** (0.00)	0.001* (0.00)	0.002*** (0.00)	0.003*** (0.00)	0.002** (0.00)	0.004* (0.00)
Câmbio	0.000* (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
ln(import)	-0.094 (1.27)	-0.130 (2.36)	-1.808 (1.44)	-1.576 (1.05)	-4.116 (2.75)	-3.014 (2.63)	-4.655 (3.86)	-5.221 (5.34)
ln(export)	-0.225 (0.76)	0.028 (1.85)	1.502 (1.47)	1.250 (0.95)	3.497 (2.65)	2.220 (2.49)	3.739 (3.88)	4.028 (4.73)
Tx_pop	1.490** (0.69)	2.954** (1.31)	0.918 (0.73)	1.241 (1.06)	1.384 (1.84)	3.619** (1.73)	0.341 (2.29)	3.462 (3.92)
Desemprego	0.203*** (0.05)	0.352** (0.14)	0.036 (0.09)	0.073 (0.07)	0.042 (0.19)	0.150 (0.19)	0.062 (0.25)	0.176 (0.30)
D_crisis		0.916** (0.43)		-0.020 (0.13)		0.060 (0.39)		0.372 (0.53)
_cons	24.296 (16.85)	25.552 (20.49)	7.749 (8.98)	7.541 (8.30)	16.523 (18.12)	18.912 (22.65)	25.430 (24.24)	31.287 (38.95)
AR (1)	[0.00]	[0.04]	[0.08]	[0.12]	[0.10]	[0.41]	[0.04]	[0.48]
AR (2)	[0.28]	[0.26]	[0.30]	[0.34]	[0.69]	[0.96]	[0.62]	[0.80]
J- Hansen	[0.50]	[0.21]	[0.67]	[0.70]	[0.59]	[0.44]	[0.72]	[0.38]
N instrumentos	16	16	16	16	16	16	16	16
N grupos	16	16	16	16	16	16	16	16
N	232	232	232	232	232	232	232	232

Fonte: elaborada pelo autor. **Nota:** Os parâmetros foram estimados por meio do método *two-step system-GMM* com *PCA* e desvios ortogonais. Os níveis de significância são representados por *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto de Windmeijer (2005). A amostra contempla 16 países da América Latina.

A Tabela 28 apresenta as estimações com *System-GMM* com desvios ortogonais, seguindo a mesma lógica anterior da Tabela 26, com o objetivo de avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de renda, saúde, educação e IDH. Da mesma forma, alterna-se as estimações com e sem *dummy* de crises as variáveis de respostas.

Verificando a qualidade do ajustamento do modelo, o teste de Hansen indica que os instrumentos são válidos para todas as especificações. Os testes de autocorrelação de Arellano-Bond indicam a rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de primeira ordem para todas as estimações e a não rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação de segunda ordem para todas as especificações exceto para as estimações (3) e (4). Por fim, pode-se observar que o número de instrumentos internos gerados não ultrapassa o número de grupos. Portanto, somente as estimações (3) e (4) não estão adequadas para interpretação.

Quanto aos resultados do componente inercial, em todas as especificações foram estatisticamente significativos a um nível de confiança de 1%. Com relação a taxa de crescimento do PIB, pode-se observar um impacto positivo no índice de renda e o IDH, tal como encontrado na Tabela 26. Ademais, em relação as outras variáveis, também se observa que as taxas de crescimento formação bruta de capital, bem como a taxa de câmbio, as importações, o desemprego e a variável que captura as crises econômicas não foram estatisticamente significativas para explicar os indicadores de interesse. Por fim, analisando a taxa de inflação, o crescimento populacional e as exportações apresentam impacto negativo apenas para o índice de renda, assim como encontrado na Tabela 26.

Tabela 28: Resultados para IDH com System-GMM Ortogonal

	I_Renda (1)	I_Renda (2)	I_Saúde (3)	I_Saúde (4)	I_Educ (5)	I_Educ (6)	IDH (7)	IDH (8)
Inertial Component								
L. I_Renda	1.025*** (0.01)	1.031*** (0.01)						
L. I_Saúde			0.984*** (0.01)	0.988*** (0.01)				
L. I_Educ					0.946*** (0.05)	0.955*** (0.07)		
L. IDH							1.008*** (0.04)	1.014*** (0.04)
Covariates								
Tx_PIB	0.002*** (0.00)	0.002*** (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	0.001* (0.00)	0.001** (0.00)
Tx_FBK	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
Inflação	-0.000*** (0.00)	-0.000* (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
Câmbio	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)
ln(import)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.002 (0.00)	0.002 (0.00)
ln(export)	-0.002 (0.00)	-0.002* (0.00)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)	0.002 (0.00)	0.001 (0.01)	-0.001 (0.00)	-0.002 (0.00)
Tx_pop	-0.001** (0.00)	-0.001 (0.00)	0.000 (0.00)	0.001 (0.00)	-0.004 (0.00)	-0.003 (0.01)	0.001 (0.00)	0.001 (0.00)
Desemprego	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
D_crises		0.000 (0.00)		0.000 (0.00)		0.001 (0.00)		0.000 (0.00)
_cons	0.007 (0.01)	0.006 (0.01)	0.015 (0.02)	0.014 (0.02)	0.005 (0.03)	0.005 (0.05)	-0.004 (0.01)	-0.007 (0.02)
AR (1)	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]	[0.00]
AR (2)	[0.36]	[0.53]	[0.00]	[0.00]	[0.40]	[0.50]	[0.47]	[0.65]
J- Hansen	[0.30]	[0.23]	[0.29]	[0.26]	[0.20]	[0.09]	[0.13]	[0.10]
<i>instrumentos</i>	21	22	22	22	22	22	21	22
<i>N grupos</i>	22	22	22	22	22	22	22	22
<i>N</i>	532	532	532	532	532	532	532	532

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Os parâmetros foram estimados por meio do método *two-step system-GMM* com PCA e desvios ortogonais. Os níveis de significância são representados por *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$; o valor entre parênteses representa o erro-padrão robusto de Windmeijer (2005). A amostra contempla 22 países da América Latina.

Realizadas as análises gráficas e de painel dos dados coletados nas fontes já nominadas, o próximo capítulo apresenta as considerações finais a que se chegou. Apresenta-se as limitações encontradas, responde-se as questões elaboradas a respeito do crescimento econômico e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico da América Latina e se analisa as hipóteses formuladas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar o crescimento econômico e o desenvolvimento social da América Latina no transcorrer de um período de 15 anos, que se inicia em 1990 e vai até 2015, com a intensão de compreender quais são os aspectos desse crescimento e quais os impactos dele na desigualdade socioeconômica e na pobreza da região.

O objetivo geral proposto foi, então, investigar o crescimento desenvolvimento econômico latino-americano no transcurso dos anos mencionados. E os objetivos específicos foram: investigar o padrão do crescimento econômico da América Latina, investigar a evolução da desigualdade e da pobreza na América Latina e investigar a relação existente entre o crescimento econômico, a desigualdade socioeconômica e a pobreza na região.

Foram, inicialmente, elaborados três questionamentos que nortearam o estudo com a intensão de atingir os objetivos propostos. Esses questionamentos são:

1. A economia da América Latina apresentou um padrão de crescimento no período compreendido entre os anos de 1990 e 2015?
2. Se houve crescimento econômico, o mesmo resultou em diminuição da desigualdade e da pobreza na região?
3. A América Latina apresenta convergência entre o crescimento econômico, desigualdade e pobreza?

De forma preliminar, foram construídas, como respostas às questões elaboradas, as três hipóteses a seguir:

H1 – Houve crescimento econômico na região no período analisado, mas esse não apresentou um padrão.

H2 – O crescimento econômico verificado não resultou na diminuição da desigualdade e da pobreza na região no período analisado.

H3 – Não existe convergência entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza na região no período analisado.

Compreendendo que a realidade é consequência de um processo histórico resultante das formações socioeconômicas e das relações de produção vigentes em cada período histórico e que, portanto, a pobreza e a desigualdade socioeconômica da América Latina são frutos do modelo de desenvolvimento experimentado pela

região, utilizou-se como referencial teórico no estudo o materialismo histórico e dialético e a metodologia usada para o desenvolvimento do estudo foi a pesquisa bibliográfica associada a análise quantitativa de dados.

Para realizar o estudo proposto, o presente trabalho foi dividido em seis seções além desta. Na Introdução, apresentou-se a motivação que levou a decidir realizá-lo e a justificativa fundamentando a relevância do mesmo. Na segunda, a partir do referencial teórico adotado, realizou-se um estudo da história latino-americana, onde pode ser identificado os traços comuns existentes entre os países da região. Traços esses que derivam do modelo de colonização ao qual o território foi submetido e do contexto histórico no qual esta colonização se deu.

Com essa revisão da história da América Latina, pode-se perceber as implicações que o modelo de colonização, baseado em colônias de exploração e de monopólio de comércio com as metrópoles portuguesa e espanhola, deixou como legado para a região uma estrutura econômica que impôs, mesmo após a independência política dos países latino-americanos, uma economia exportadora de produtos primários e, portanto, periférica e dependente de suas relações comerciais com os países centrais da economia mundial.

Mostrou-se, ainda na segunda seção, que a independência política latino-americana ocorreu no contexto histórico da Revolução Industrial que transformou o modo de produção vigente até então, o mercantilismo no modo de produção capitalista industrial. E, também, que o fim da colonização ibérica não trouxe nenhuma alteração na estrutura produtiva da região, que se manteve primário exportadora, substituindo, apenas, as metrópoles portuguesa e espanhola por uma nova, a Inglaterra, que emergia como nova potência e novo centro da economia mundial.

Continuando a segunda parte do presente trabalho, analisou-se e mostrou-se as consequências dos três grandes eventos que marcaram o século XX – a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial – sobre a economia e a política e a economia do mundo e da América Latina. Com a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como novo centro do mundo capitalista e a emergência da União Soviética, que tendo surgido no transcorrer da Primeira Guerra Mundial e sendo uma das maiores, se não a maior, vencedora da Segunda Guerra Mundial, essa passava a disputar com os Estados Unidos a

posição de maior potência mundial, levando o mundo ao período que ficou conhecido como a Guerra Fria.

Apresentou-se, também, na segunda seção, as quatro correntes de pensamento que se propunham a interpretar o subdesenvolvimento no qual estava imerso os países latino-americanos e a apresentar soluções para superá-lo: os partidos comunistas ligados a Terceira Internacional Socialista, os foquistas, a corrente cepalina e a Escola da Dependência.

O primeiro grupo partia da compreensão de que a estrutura econômica e social da América Latina era, ainda, pré-capitalista e defendia que para superar o subdesenvolvimento da região era necessário, inicialmente, realizar a revolução burguesa, criando, assim, uma forte classe operária e as condições objetivas para a superação do capitalismo e a realização da revolução socialista.

O segundo grupo se baseava no processo utilizado na vitoriosa Revolução Cubana – o primeiro país a adotar o modo de produção socialista no continente americano –, que preconizava que não era necessário que as condições objetivas para a revolução socialista estivessem presentes para que o processo revolucionário iniciasse. O fundamental era a tomada de consciência pelo povo de que era explorado pelos capitalistas e a sua vontade resoluto de deixar de sê-lo, juntamente com a formação de focos revolucionários que teriam como terreno da luta armada o campo e não a cidade.

O terceiro grupo era formado pelos economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe na ONU, a CEPAL, liderados pelo argentino Raúl Prebisch. A concepção econômica da corrente cepalina era baseada na visão de desenvolvimento de Walt Rostow, economista estadunidense que pensava o desenvolvimento como um processo constituído por etapas e defendiam que a manutenção do comércio exterior entre países centrais e periféricos, alicerçado na teoria de David Ricardo – teoria das vantagens comparativas –, era prejudicial aos países subdesenvolvidos devido a desvantagens que esses tinham com relação aos termos de troca. Como solução para superar o subdesenvolvimento, propunham, sem resolver os problemas oriundos do capitalismo, alavancar o desenvolvimento latino-americano através da industrialização pela substituição de importações.

O outro grupo que se propunha a entender os motivos do persistente subdesenvolvimento da América Latina foi a Escola da Dependência, que surge no momento de refluxo das forças de esquerda, pois os partidos comunistas estão

proscritos em vários países da região, o foquismo está em baixa com o assassinato do Che na Bolívia, a teoria cepalina não havia conseguido dar respostas práticas para o problema do subdesenvolvimento e as ditaduras se espalhavam pelo continente.

A Escola da Dependência era composta por dois grupos, que mesmo com divergências possuíam em comum a visão de que o desenvolvimento do capitalismo foi o responsável pela divisão internacional do trabalho vigente, na qual desenvolvimento e subdesenvolvimento têm a função de garantir a manutenção do sistema. Um desses grupos, liderado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, possuía orientação capitalista e weberiana; e o outro, liderado por Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Ruy Mauro Marini, tinha orientação marxista.

Na terceira seção, discutiu-se do que, afinal, se trata quando se fala de pobreza. Esse é um tema central da questão social na sociedade contemporânea, cujo aumento do número de trabalhos que dela tratam levaram ao surgimento de novas formas de abordagem e de medição da mesma e a ampliação do conceito anteriormente utilizado – focado na insuficiência de renda – para outro que compreende a pobreza como possuidora de um caráter multidimensional e relativo que tem na renda uma de suas dimensões e que não pode ser tratado a partir de uma ótica única, devendo se considerar nos debates sobre o assunto questões relacionadas ao processo de desenvolvimento socioeconômico e a cultura da região que se estuda.

Outro aspecto a ser salientado é que não se pode tratar a pobreza sob uma única ótica. A pobreza assume aspectos diferenciados em diferentes regiões e países – e mesmo no interior desses –, pois é preciso considerar questões culturais e de desenvolvimento socioeconômico.

Demonstrou-se, através da revisão bibliográfica, que a pobreza deve ser analisada dentro de um contexto específico para que possam ser estabelecidas referências que auxiliem na análise e na aplicação de políticas sociais, mesmo que se possa afirmar que ela está ligada a situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida estabelecido pelo contexto histórico ao qual estão submetidos, o que torna mais complexo o seu estudo.

Foi visto que a pobreza, mesmo não sendo originada nas sociedades capitalistas, nelas se acentua e muda de caráter, pois enquanto nas sociedades pré-

capitalistas a pobreza era gerada pela escassez de produtos resultante do pouco desenvolvimento das forças produtivas, naquelas ela é consequência da desigualdade resultante da concentração dos meios de produção e da exploração da força de trabalho.

A desigualdade que origina a pobreza e com ela forma um ciclo vicioso, também foi discutida na terceira seção deste trabalho. Viu-se que a desigualdade só é passível de ser discutida quando se analisa como alguma coisa é distribuída entre indivíduos, grupos de indivíduos ou sociedades e que ela é, também, composta de múltiplas dimensões.

Alertou-se para o fato de que a desigualdade se configura na violação do mais fundamental direito humano, que é o direito à vida. Isso porque ela produz seres humanos desprovidos das condições mínimas para exercerem, no interior da sociedade em que se encontram, todas as suas potencialidades e usufruírem dos bens, principalmente dos não monetários, que a sociedade produz.

Mostrou-se que é a partir do surgimento de uma mais complexa divisão social do trabalho – elemento primordial para a constituição do ser humano – que se estabelecem as condições históricas para o surgimento da desigualdade, uma vez que essa nova e mais complexa forma de organização da sociedade possibilita que a riqueza produzida pelo conjunto dos indivíduos que a compõem se aproprie dos excedentes criados no processo produtivo.

Foi visto que a desigualdade e a pobreza se ampliam sob o modo capitalista de produção, uma vez que não é mais fruto da escassez de produtos, mas da injusta distribuição do produto do trabalho e da, cada vez maior, concentração da riqueza socialmente. Conclui-se, então, que as persistentes desigualdade e pobreza a que está submetida a América Latina é fruto das relações sociais estabelecidas desde a colonização luso-espanhola da região e decorrente do fato de ter sido incluída na divisão internacional do trabalho já no decorrer de uma sociedade dividida em classes e encontrado sua independência política no momento em que o capitalismo se consolidava e expandia com o advento da Revolução Industrial. Sendo assim, a América Latina não tinha como não reproduzir essas relações sociais.

Na quarta seção que compõe este trabalho foram apresentadas as variáveis que seriam analisadas, apontou-se as fontes dos dados e explicou-se os motivos que levaram a necessidade da construção de amostras para serem utilizadas no estudo. A escassez de dados, principalmente os referentes aos anos anteriores a

1990, e os relativos a alguns países que constituem a América Latina, implicaram nessa necessidade.

Os países analisados no estudo foram selecionados de acordo com a disponibilidade dos dados e devido às limitações desses foram, então, construídas três amostras grupos de países. A primeira composta por 20 países e com dados de cinco em cinco anos a partir de 1990 até 2015, foi utilizada na análise gráfica. A segunda formada por 16 países foi usada para avaliar o impacto do crescimento econômico nos indicadores de desigualdade e pobreza. Por fim, a terceira amostra com 22 países serviu para a avaliação do impacto do crescimento econômico nos indicadores de saúde, educação, renda e no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (IDH).

Em sequência, discutiu-se a estratégia empírica utilizada para analisar os dados que compuseram as amostras descritas. A análise gráfica foi utilizada para verificar, de forma sintética, o comportamento de algumas variáveis utilizadas, buscando visualizar como elas evoluíram no decorrer do período de tempo que compõe o estudo e como se relacionam umas com as outras.

Uma vez que se tratam de dados analisados em *cross-section* e, também, em séries temporais, a literatura indica a utilização de análise em painel para o tratamento dos mesmos, pois esse tipo de metodologia apresenta a vantagem de controlar possível uma heterogeneidade presente. Inicialmente, utilizou-se estimações com Mínimos Quadrados Ordinários com efeito fixo (MQO-FE), o que permitiu controlar características não observáveis existentes entre os países no período de tempo analisado.

Como existia fortes indícios da presença de endogeneidade entre as variáveis, utilizou-se dados em painel dinâmico com o estimador *System-GMM*, com a correção dos erros padrões robustos, o que controlou as possíveis fontes de endogeneidade.

De forma resumida, é necessário alertar que inicialmente se realizou estimações com MQO com efeito fixo e, posteriormente, em um segundo exercício, foi usado o método de *two-step system-GMM* com a correção de amostra finita, por ser, de acordo com a literatura, assintoticamente mais eficiente e por permitir que fossem controlados os potenciais problemas da proliferação dos instrumentos pelo método do PCA. Por fim, na análise de robustez, o método utilizado foi o *two-step system-GMM* com os desvios ortogonais para minimizar a perda de dados.

A análise gráfica mostrou que a população latino-americana, que cresceu 42,46% no período compreendido pelos anos de 1990 a 2015, é majoritariamente urbana, com um contingente populacional de mais de 80%, em 2015, vivendo em zonas urbanizadas, sendo que no transcorrer do período a população rural apresentou com um pequeno declínio.

A população latino-americana, além de majoritariamente urbana, é predominantemente feminina. Com apenas cinco países possuindo, durante todo o período analisado, uma população de maioria masculina, sendo que ambos os gêneros apresentaram um padrão similar em decréscimo. Em termos comportamentais, pode-se afirmar que a população latino-americana cresceu apresentando um comportamento de tendência de alta homogênea.

Embora a distribuição do desemprego tenha apresentado uma tendência de queda na maioria dos países, esta tendência não foi mais forte devido ao aumento, em valores absolutos, do desemprego no Brasil que, tendo contribuído com 33,54% para a elevação da PEA, foi responsável por 86,76% do aumento no número de desempregados latino-americanos no período de 1995 a 2015. Em comparação com a PEA da América Latina, que apresentou uma evolução semelhante ao da população total, o desemprego total na região apresentou uma tendência suave de declínio entre 2005 e 2015, após ter sofrido uma forte elevação entre 2000 e 2005, embora sem ter retornado aos patamares de 2000.

A força de trabalho, crescente na América Latina, impactou, também, na elevação do PIB que, no período da análise aumentou em 92,05% quando comparado ao ano inicial da série, o que fez com que PIB regional se elevasse em 92,05%.

Analisando-se o comportamento do PIB dos países da região, verifica-se um viés de alta similar em praticamente todos os países da amostra, com a maioria deles tendo apresentado um crescimento do indicador maior que 100% e apenas três países apresentando um crescimento do PIB em taxas inferiores à 70%. A análise gráfica permite, então, que se afirme que o crescimento econômico em todos os países da região apresentou, no período analisado, um viés de alta e aponta para a existência de um padrão nesse crescimento.

Essa forte elevação do PIB regional refletiu no PIB_{pc}, que também se elevou no mesmo período, embora com intensidade menos que a do PIB, tendo aumentado, percentualmente, 51,97%. Um aumento de pouco mais que a metade

do primeiro, sem, no entanto, apresentar um padrão entre os países latino-americanos. O PIB medido na modalidade de paridade de poder de compra (PIB_ppc) apresentou uma elevação não homogênea com a maioria deles, crescendo abaixo da média regional, e apresentou uma tendência de queda, apontando para uma redução do valor dos meios de pagamento latino-americanos no decorrer dos anos analisados.

Embora a média regional do PIB paridade de poder de compra *per capita* (PIB_ppc_pc) tenha apresentado uma elevação constante no período, esse crescimento, quando se olha para o indicador de cada um dos países, não se comportou de forma uniforme.

Em relação aos termos de troca, ou seja, dos resultados obtidos como comércio internacional, pode-se afirmar que ambos os indicadores, importações e exportações, se elevaram de maneira contínua se considerada a região como um todo, mas não apresentaram um padrão quando se olha para os países separadamente.

Os dados mostraram, também, que a crise da economia mundial de 2008 afetou, como era de esperar, as exportações da América Latina, fazendo com que a evolução dos ingressos, mesmo que ainda se elevando, apresentasse uma forte queda entre os anos de 2005 a 2010.

Do mesmo modo como as exportações (em US\$ 2020), as importações da América Latina aumentaram de maneira contínua no período analisado. Já a análise dos gastos com importação, mesmo tendo apresentado comportamento similar ao dos ingressos com comércio exterior, aumentaram em valores absolutos de maneira mais forte que esses, quintuplicando no período, enquanto o valor das exportações superou, apenas, três vezes o valor do ano de 1990.

Ainda em relação ao comportamento dos indicadores de comércio internacional, afirma-se que as importações, quando se olha para os países separadamente, apresentaram maior oscilação do que as exportações dos mesmos.

O primeiro indicador de desenvolvimento analisado graficamente foi o Índice de Gini. Mesmo com os vários *gaps* dos dados, ele foi utilizado por ser importante para a identificação do comportamento da distribuição da renda. Pode-se verificar que a concentração de renda nos países latino-americanos apresenta uma tendência de declínio no período do estudo. Nos anos para os quais se tem um maior volume de informações (2000 a 2015), a média do Índice de Gini decresceu

de forma contínua, o mesmo se dando com os valores mínimos e máximos do indicador.

Quando se comparou a evolução do PIB com a média do Índice de Gini, evidenciou-se uma mudança na distribuição da riqueza na região. De 1990 a 2000, ambos indicadores se elevaram mostrando que o aumento contínuo do PIB na América Latina não resultou em uma melhor distribuição de renda, mas em sua concentração. Já a partir de 2000 ocorre uma alteração nesse comportamento. A elevação do PIB se mantém, mas a média do Índice de Gini passa a declinar, mostrando que a riqueza produzida passa a ser melhor distribuída entre a população latino-americana.

O segundo indicador de desenvolvimento que se analisou foi o IDH pleno, ou seja, o resultado final da média aritmética das três dimensões que o compõem (renda, saúde e educação). Mesmo tendo se elevado de forma contínua no período, a média do IDH não atingiu o intervalo definido como de alto desenvolvimento (0,800 a 0,899), permanecendo de 1990 a 2015 como sendo de médio desenvolvimento, de acordo com a classificação adotada pelo PNUD. Somente dois países da região atingiram a classificação de alto desenvolvimento, mesmo assim, somente a partir de 2010.

O IDH (R), dimensão renda do IDH, também apresentou uma média com tendência de alta contínua, o mesmo ocorrendo com a maioria dos países quando analisados separadamente, mas essa tendência foi mais suave que a do índice pleno, mesmo tendo iniciado a série temporal com um valor maior do aquele. Essa elevação mais suave permite concluir que sua influência na melhora do IDH não foi determinante para tal.

Da mesma forma que o IDH (R), a média regional da dimensão saúde, o IDH (S), cresceu continuamente por todo o período, tendo apresentado uma elevação mais forte do que a média do IDH (R). Essa melhora mais robusta em relação ao IDH (R), aliada ao fato de que a dimensão saúde do IDH, já no início da série, apresentava um resultado mais alto, implicou em que o impacto da saúde no IDH pleno tenha sido mais forte do que o da elevação da renda no mesmo período de tempo. O impacto do IDH (S) no IDH é comprovado pelo fato de que, no transcorrer da série temporal estudada, nenhum país tenha sido classificado como de IDH (S) baixo, no penúltimo período da série (2005 a 2010) dois deles tenham atingido a classificação muito alto e de 2010 a 2015 três países tenham atingido essa mesma

classificação.

A última dimensão do IDH analisada foi a dimensão educação, IDH_ (E). Essa foi a dimensão que apresentou a maior elevação da média entre as três dimensões do índice pleno, o que permite inferir que a elevação do IDH foi mais fortemente impactada pela melhoria das condições educacionais nos países latino-americanos do que pelas altas das demais dimensões.

Para realizar a análise de dados pelo método de painel, devido a necessidade de mais dados do que os que foram utilizados na análise gráfica, construiu-se, como já dito, duas novas amostras com dados referentes a todos os anos do período de tempo, o que permitiu, assim, uma análise mais robusta. As variáveis analisadas também foram outras devido a serem mais adequadas para esse tipo de análise.

As estimações de MQO com efeito fixo, com e sem *dummy* de crises econômicas internacionais, foram utilizadas para verificar qual o impacto causado pelo crescimento econômico nos indicadores de pobreza (Gini e Hiato de Pobreza) e, também, no IDH e nos indicadores de renda, saúde e educação. Com a mesma intensão foram utilizadas estimações com o estimador *System-GMM* de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998). Também nessa estimação, alternou-se a análise com e sem a variável *dummy* de crise.

Por se tratar de um painel desbalanceado, a literatura indica a utilização de reestimação com o estimador *system-GMM* de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998), adotando os chamados “desvios ortogonais à frente” ou simplesmente “desvios ortogonais” de Arellano e Bover (1995). A mesma técnica de estimação com e sem a variável *dummy* de crises internacionais foi utilizada e o objetivo das estimações foi, também, o mesmo, ou seja, avaliar qual o impacto causado pelo crescimento econômico nos indicadores de pobreza e desigualdade.

Após realizadas as análises gráfica e de painel, de acordo com a metodologia descrita, pode-se responder as questões colocadas para o estudo.

Os dados utilizados na análise gráfica e na análise de painel demonstram que:

- a) Houve crescimento econômico na região no período analisado e que esse apresentou um viés de alta em todos os países;
- b) O crescimento econômico verificado impactou positivamente na desigualdade;
- c) O crescimento econômico verificado não afetou os níveis de pobreza;

- d) As crises internacionais afetam positivamente a desigualdade, mas não a pobreza;
- e) O crescimento econômico impacta positivamente o IDH e a renda;
- f) Não existe convergência entre o crescimento econômico, a desigualdade e a pobreza na região.

Dessa forma, refuta-se a H1 – Houve crescimento econômico na região no período analisado, mas esse não apresentou um padrão e a H2 – O crescimento econômico verificado não resultou na diminuição da desigualdade e da pobreza na região no período analisado. E aceita-se a H3 – Não existe convergência entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza na região no período analisado.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental-variable estimation of error-components model. **Journal of Econometrics**, v. 68, p. 29-52, 1995.
- ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The review of economic studies**, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.
- ATKINSON, A. B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: LeYa, 2015.
- BANBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2019.
- BAGOLIN, I. P.; PORSSE, M. C. S. Pobreza e gênero no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da abordagem das capacitações de Martha Nussbaum. In: **Anais do 2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: FEE/PUC/RS, 2004. p. 01-17.
- BAI, J.; NG, S. Instrumental variable estimation in a data rich environment. **Econometric Theory**, v. 26, n. 6, p. 1577-1606, 2010.
- BARDEN, J. E. Abordagem das Capacitações: uma análise a partir de um indicador agregado via Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. In: **Anais da III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alca-deca/download/abordagem-das-capacitacoes-uma-analise-a-partir-de-um-indicador.doc>> Acesso em: 01 set. 2012.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil**. Texto de Discussão n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1727/1/td_0377.pdf> Acesso em: 26 out. 2013.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BIRDSALL, N.; LUSTIG, N.; MCLEOD, D. **Declining Inequality in Latin America: Some Economics, Some Politics**. Working Paper n. 251. Washington: Center for Global Development, 2011. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/publication/declining-inequality-latin-america-someeconomics-some-politics-working-paper-251>> Acesso em: 28 out. 2013.
- BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of econometrics**, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998.
- BONFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 25 mar. 2020.

BULMER-THOMAS, V. **La História económica de América Latina desde la independência**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.

CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO, 2007.

COBO, B. et al. **Percepções sobre desigualdade e pobreza**. O que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf> Acesso em: 04 set. 2012.

COLAO, M. M. O modo de produção: Categoria do materialismo histórico. In: **Revista Movimento**, v. 12, n. 02, p. 143-169, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2907>> Acesso em: 23 abr. 2018.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, n. 23, ago. 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2017/2398>> Acesso em: 05 jun. 2012.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina, 2019** (LC/PUB.2019/22-P/Re v.1). Santiago: CEPAL, 2019.

CONCEIÇÃO, J. J. O abc da crise. In: SISTER, S. (org.). **O ABC da crise**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 17-54.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE electron.**, São Paulo, v. 1, n. 2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2012.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

FÁVERO, L. P. **Análise de Dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FEIJÓ, C. A. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri: Manole, 2011.

FERNANDES, F. Padrões de Dominação Externa da América Latina. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1988. p. 95-112.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FURTADO, C. **A economia latino-americana: Formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSER, I. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe. 3, p. 78-89, nov. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000700078&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FUSFELD, D. R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUEVARA, E. S. **A Guerra de Guerrilhas**. 10. ed. São Paulo: Edições Populares, 1987.

GUJARATI, D. M.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HANSEN, L. P. Large sample properties of generalized method of moments estimators. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 1029-1054, 1982.

HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-17.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2 (122), p. 238-248, abr-junho/2011.

KAPETANIOS, G.; MARCELLINO, M. Factor-GMM estimation with large sets of possibly weak instruments. **Computational Statistics & Data Analysis**, v. 54, n. 11, p. 2655-2675, 2010.

LABRA, R.; TORRECILLAS, C. Guía CERO para datos de panel. Un enfoque práctico. **UAM-Accenture Working Papers**, v. 16, p. 1-57, 2014.

LILLO, R. L.; TORRECILLAS, C. Estimating dynamic Panel data. A practical approach to perform long panels. **Revista Colombiana de Estadística**, v. 41, n. 1, p. 31-52, 2018

LOPEZ, L. R. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência; uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, C. N.; REIS FILHO, D. A. (orgs.). **O Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATHIAS, M.; BRITO, C. M. T. M. B. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. **REBELA**, v. 6, n. 2. mai./ago. 2016.

MATTEI, L. Pobreza na América Latina: Diferenças Intra-Regionais e Principais Tendências. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 23, n. 1 (41), p. 01-24, jan./jun. 2012.

MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MEHRHOFF, J. A solution to the problem of too many instruments in dynamic panel data. **GMM**, 2009.

MENDONÇA, L. J. V. P. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2009.

MENDOZA ENRÍQUEZ, H. El concepto de pobreza y su evolución em la política social del gobierno mexicano. **Estudios Sociales**, v. 19, n. 37, jan./jun. 2011, p. 222-251. Disponível em:
<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=41716750010>> Acesso em 04 set. 2012.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, abr./jun, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, C. P.; AMORIM, Á. A. S. Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas sobre realidades complexas. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 132-148, jul./dez. 2010.

PETRY, A. A Pobreza e a Exclusão social na América Latina. **UNISINOS**, 2007.

Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=A+Pobreza+e+a+Exclus%C3%A3o+social+na+Am%C3%A9rica+Latina&rlz=1C1GTPM_enBR885BR885&oq=A+Pobreza+e+a+Exclus%C3%A3o+social+na+Am%C3%A9rica+Latina&aqs=chrome..69i57j69i64l2.1996j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em: 10 jan. 2019.

PIKETTTY, T. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

POPOV, I. **Fundamentos da Economia Política**: países em vias de desenvolvimento. Moscou: Edições Progresso, 1984.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2016**.

Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso. Nova York: PNUD, 2016.

Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-progreso-multidimensional-2016.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2017

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informe sobre el Desarrollo Humano 1990**: definición y medición del desarrollo humano.

Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990. Disponível em:

<<http://hdr.undp.org/fr/rapports/mondial/rdh1990/chapitres/spanish/>> Acesso em: 03 dez. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informe sobre el desarrollo humano 1997**: Desarrollo humano para erradicar la pobreza.

Madri: Mundi-Prensa, 1997. Disponível em:

<<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1997/capitulos/espanol/>> Acesso em: 03 dez. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016**. O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. Nova York: PNUD, 2016. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/>> Acesso em: 15 fev. 2017.

REIS, C. N.; DALAGASPERINA, E. C. Complexidade Conceitual de Pobreza: notas sobre diferentes abordagens conceituais. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política – SEP**. São Paulo: SEP, 2009. Disponível:

<<http://www.sep.org.br/artigos?conference=14&title=&author=Reis>> Acesso em: 25 out. 2012.

REZENDE, C. **História Econômica Geral**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROODMAN, D. A note on the theme of too many instruments. **Oxford Bulletin of Economics and statistics**, v. 71, n. 1, p. 135-158, 2009.

ROODMAN, D. **How to do xtabond2**: An introduction to *Difference and System GMM* in Stata. 2006.

ROSSI, J. W.; NEVES, C. **Econometria e séries temporais com aplicações a dados da economia brasileira**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SALAMA, P. Pobreza: Luz no fim do túnel? **Nexus Econômicos**, CME-UFBA, Salvador, v. IV, n. 6, jun. 2010.

SARGAN, J. D. The estimation of economic relationships using instrumental variables. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 393-415, 1958.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **Anais da III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alca-deca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ, J. E. **O grande abismo**: sociedades desiguais e o que podemos fazer. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

THORBECKE, E. Multidimensional poverty: conceptual and measurement issues. **Paper prepared for The Many Dimensions of Poverty International Conference**. Brasília: UNDP International Poverty Center, 2005. Disponível em: <<http://www.arts.cornell.edu/econ/et17/Erik%20Thorbecke%20files/Multi1.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2012.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini - vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 2006**: Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis. New York: UNDP, 2006. Disponível em:
<<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2006%20Global%20HDR/HDR-2006-Beyond%20scarcity-Power-poverty-and-the-global-water-crisis.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 2010**: The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development. Colorcraft of Virginia, New York: UNDP, 2010. Disponível em:
<http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_EN_Complete_reprint.pdf> Acesso em: 06 mar. 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 2013**: The Rise of the South/Human Progress in a Diverse World. Colorcraft of Virginia, New York: UNDP, 2013. Disponível em:
<<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalHDR/English/HDR2013%20Report%20English.pdf>> Acesso em: 10 Set. 2013.

WINDMEIJER, F. A finite sample correction for the variance of linear efficient *two-step* GMM estimators. **Journal of econometrics**, v. 126, n. 1, p. 25-51, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT Press, 2010.

ZANATTA, L. **Uma breve história da América Latina**. São Paulo: Cultrix, 2017.